Publicação da LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional)

ISSN 2179-118X

CORREIO INTERNACIONAL

26

TERCEIRA ÉPOCA DEZEMBRO - 2023 - ANO 14

OS DEBATES MARXISTAS SOBRE A LUTA PALESTINA CONTRA ISRAEL

Revolução permanente e guerra em Palestina 16

As diferenças entre revolucionários e reformistas 22

Nossos acordos e diferenças com o Hamas 30

CORREIO INTERNACIONAL

SUMÁRIO

GUERRA EM PALESTINA E LUTA DE CLASSES

1 APRESENTAÇÃO

Apresentamos el vigésimo sexto número da Revista *Correio Internacional*

DECLARAÇÃO 2

A guerra na Palestina e a situação da lucha de classes internacional

RESISTÊNCIA 6

Não é terrorismo. É resistência contra uma guerra diária promovida por Israel

Palestina Livre: “Hoje meu corpo era um massacre televisionado” 8

16 TEORIA

Revolução Permanente e guerra na Palestina

10 SOLIDARIEDADE

Solidariedade pela Palestina toma as ruas de todo o mundo

11 Dezenas de milhares marcham em Washington pela libertação da Palestina

14 Declaração de solidariedade com todas as organizaciones e militantes que apoiam a causa palestina na França

22 PROGRAMA

As diferenças entre revolucionários e reformistas

30 DEBATE

Nossos acordos e diferenças com o Hamas

Debate com Gilbert Achcar sobre a Palestina 35

39 ANÁLISE

Qual é a situação política em Israel após o ataque a Gaza?

43 OPINIÃO

Sionismo não é sinónimo de judaísmo

49 ANP

Cisjordânia, a outra frente do ataque israelense aos palestinos

HISTÓRIA 56

Os partidos políticos na luta palestina

Por que nos opomos à solução de dois Estados 61

62 DENUNCIA

As mentiras do sionismo e da grande mídia preparam a “solução final”

Correio Internacional
é uma publicação
de Editora Lorca S.A.
Rua Conselheiro Carrão 546,
CEP: 01328-000,
Bela Vista, São Paulo,
SP, Brasil

Impressão
Projeto IP Grafis
Soluções Gráficas Ltda.
Rua Giancarlo Palanti, 26
CEP: 03661-050,
Vila Ré, São Paulo,
SP, Brasil

Editor Responsável
Alejandro Iturbe

Projeto gráfico
Victor Bud

Desenho de capa e Diagramação
Natalia Estrada

Revisão de textos
Lena Souza

Traduções
Fábio Bosco
Herbert Claros
Irinéia Vieira
Lena Souza
Lilian Enck
Rosangela Botelho

Fotografia de tapa
Said Khatib/AFP

ISSN 2179-118X

APRESENTAÇÃO

É com muito orgulho que apresentamos esta nova edição da revista Correio Internacional dedicada à luta do povo palestino pela recuperação do seu território histórico usurpado pelo Estado sionista de Israel desde 1948. Nascido da limpeza étnica, a *nakba* (catástrofe) do povo palestino, Israel continuou desde então, com uma nakba contínua.

Esta revista tornou-se essencial após a ação militar do Hamas em território israelita no dia 7 de outubro e da resposta genocida do governo de Benjamin Netanyahu contra a Faixa de Gaza (cujas imagens horrorizam o mundo).

Estas imagens foram a faísca da solidariedade internacional com a luta palestina e contra o estado sionista, expressa em manifestações massivas em muitos países, incluindo os países imperialistas que apoiam incondicionalmente Israel, como os EUA, a Grã-Bretanha e a França.

Ao mesmo tempo, esta situação atualizou o debate entre correntes e organizações que se dizem marxistas sobre qual seria a "solução" para este conflito e as aspirações do povo palestino de recuperar a sua terra. Também sobre os caminhos e as tarefas necessárias para chegar a essa "solução". São debates muito profundos sobre qual deveria ser a estratégia revolucionária para a Palestina e para toda a região, as consignas que expressam as tarefas que as massas devem enfrentar nesse caminho e sobre os métodos necessários nessa luta.

Nesta revista apresentamos uma seleção de materiais publicados desde 7 de outubro no site da LIT-QI (www.litci.org), outros artigos que foram escritos especialmente para ela e referências a inúmeros artigos sobre o tema, escritos no passado, que abordam não apenas análises e caracterizações políticas, mas também as principais polêmicas existentes entre as correntes marxistas.

Em primeiro lugar, a Declaração da LIT-QI sobre a guerra na Palestina, em novembro passado, que aborda muitas destas questões. Queremos destacar especialmente a proposta "Por uma Palestina Laica Democrática e Não-Racista", consigna fundacional da OLP na década de 1960 e entregue por ela nos Acordos de Oslo em 1993. Uma proposta que para ser concretizada deve estar associada à destruição do estado sionista de Israel que usurpou o território.

Este ponto tem continuidade no artigo referente à inserção da luta palestina numa dinâmica de revolução permanente, uma vez que esta luta deve ser a centelha de um processo revolucionário em todo o Oriente Médio e inclusive no mundo, na perspectiva da estratégia da revolução socialista.

O artigo sobre as diferenças entre revolucionários e reformistas na Palestina aborda, entre outros temas, o debate sobre a falsa solução dos "dois Estados" e a impossibilidade de ganhar a população ocupante de um enclave imperialista como Israel para uma luta comum ao lado do povo palestino.

No debate com Gilbert Achcar damos continuidade a este tema, bem como à questão dos métodos de combate necessários para derrotar Israel. Num artigo específico, expomos os nossos acordos e diferenças com o Hamas. Noutro, a diferença entre o Judaísmo e o Sionismo nitidamente expressa pelo movimento de judeus que se mobilizam em apoio aos palestinos com a bandeira "Não em nosso nome".

A dirigente palestino-brasileira Soraya Misleh escreveu artigos dolorosos sobre o novo massacre que seu povo está sofrendo em Gaza. Outros artigos referem-se às mobilizações massivas que estão ocorrendo no mundo. Finalmente abordamos a situação na Cisjordânia (o "outro" território palestino) e até mesmo os processos políticos dentro do estado sionista.

Esperamos que esta revista seja uma ferramenta útil para todos aqueles que lutam na Palestina e no mundo contra o estado sionista.

O Editor

A guerra na Palestina e a situação da luta de classes internacional

O genocídio de Israel segue com a invasão terrestre da Faixa e da cidade de Gaza. O avanço nas comunicações traz a brutalidade das práticas nazifascistas instantaneamente para o mundo.

DECLARAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES - QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI)

Grandes manifestações de apoio a Palestina (em alguns países, de massas) mostram que o sionismo começa a perder a batalha pela consciência das massas no mundo.

A guerra na Palestina se transformou no centro da luta de classes mundial. As duas guerras (Palestina e Ucrania) aprofundam a crise na ordem mundial e a disputa inter imperialista e inter burguesa.

A crise da ordem mundial se aprofunda com a guerra na Palestina

A crise da ordem mundial se aprofunda com a guerra na Palestina. Essa crise tem uma base material na onda descendente da economia, presente desde a recessão de 2007-2009, amplificada pelo conflito EUA- China.

A decadência mundial se expressa na instabilidade crescente, com crises políticas e pesadas divisões nas burguesias, ascensos importantes do movimento de massas e crise de direção revolucionária. Os reflexos são muito pesados nas condições de vida das massas, com elementos de barbárie crescentes, que levam a explosões em várias regiões do mundo, por vezes inesperadas ou mesmo inéditas. Em outros lugares, pelo peso da crise de direção revolucionária, impera um refluxo do movimento.

Os imperialismos norte americano e europeu estão assumindo diretamente as consequências políticas do apoio ao genocídio israelense. Biden já está começando a sofrer as consequências políticas desse apoio direto dentro dos EUA. As pesquisas indicam uma reprovação majoritária entre a juventude dos EUA contra sua política para a Palestina, com crises também com os setores negros e a esquerda democrata.

A grande mídia burguesa segue cumprindo um papel importante no apoio ao sionismo, falando do "direito de defesa" de Israel. Crescem os setores de ultradireita em apoio a Israel, com apelo de correntes religiosas evangélicas.

O imperialismo russo está se aproveitando da guerra na Palestina. Por um lado, busca bloquear o avanço ucraniano, contando com a crise dos EUA que está limitando ainda mais o apoio militar do

Mobilização em São Paulo, em defesa do povo palestino, contra o genocídio e o apartheid.

imperialismo norte americano a Ucrânia. Tanto a Rússia como a China têm interesses econômicos e políticos na região, tanto com Iran como com Israel. Interessa a eles a estabilidade e não uma guerra. Nenhum deles deseja a destruição de Israel. Com a guerra, passaram a criticar os dois lados. e a defender novamente a estratégia dos Acordos de Oslo, os "dois estados".

Isso tem uma importância dupla: por um lado, capitalizam o desgaste do imperialismo norte americano na região. E por outro, se candidatam a serem parte de um "plano de paz para a região" pós guerra.

O imperialismo russo tem peso sobre o bloco chamado "eixo da resistência": Síria, Iran e Hezbollah (no Líbano), Jihad Islâmica e os rebeldes Houthis do Iêmen.

Esse bloco tem se mantido fora da luta militar direta contra Israel. As ameaças e declarações contra Israel feitas até esse momento, não se concretizaram em nenhuma ação militar real de peso, deixando Gaza sozinha contra o genocídio israelense. Já existe uma certa perplexidade e inquietude em setores de ativistas que apoiam o Hezbollah e o Iran a nível mundial com essa atitude.

As mobilizações podem e precisam avançar

As mobilizações em apoio a Palestina têm peso de massas em países imperialistas como EUA e Inglaterra, assim como nos países árabes. Os judeus norte americanos contra a invasão israelense ocuparam o Capitólio e estações de trem em manifestações de peso. Há uma presença importante de juventude e de imigrantes em boa parte das mobilizações.

A amplitude do apoio de vanguarda e de massas a luta palestina permite que se organizem comitês de solidariedade em todas as cidades e, muitas vezes nas categorias de trabalhadores e jovens.

Começam a existir algumas ações de solidariedade ativa de trabalhadores a luta palestina. Três sindicatos de trabalhadores de transporte belgas chamaram seus membros a não permitir o embarque de armas para Israel. Em Oakland (EUA) uma ação de vanguarda retardou a saída de um navio com armas para Israel.

Nem Israel nem o imperialismo esperavam que houvesse esse repúdio crescente contra o genocídio no mundo. Isso está na base da ruptura das relações diplomáticas da Bolívia e Belize, do chamado para consulta dos embaixadores da Colômbia, Honduras e Chile. Isso explica o tom duro de Erdogan, que foi obrigado a chamar uma mobilização em apoio a Palestina para frear as manifestações.

Quinze sindicatos espanhóis levaram uma declaração ao parlamento exigindo a ruptura com Israel. Isso aponta a necessidade de que as entidades do movimento de massas se contraponham à propaganda sionista e se posicionem contra o genocídio, exigindo que os governos de seus países rompam com Israel.

Muchas de las protestas han sido prohibidas, los grupos y partidos que apoyan la resistencia palestina están siendo criminalízalos, tildados de "terroristas" y "antisemitas". En general estamos frente a una restricción grave de las libertades democráticas de expresión y organización. Mesmo assim, as mobilizações crescem cada vez mais.

No somos pacifistas

As mobilizações em apoio a Palestina têm um ponto de acordo de barrar o genocídio israelense. Mas, apesar de entender suas posições, queremos dialogar com os pacifistas.

Nós não igualamos a violência do opressor e do oprimido. Existe uma guerra, e nela temos um lado, o lado dos palestinos. Nós defendemos a vitória militar dos palestinos e a derrota de Israel. A culpa pela morte de civis israelenses é do estado sionista.

A guerra já dura mais de um mês e deve se estender por mais tempo. A evolução desse processo pode tomar características novas, na medida em que as mobilizações nos países possam ou não se radicalizar, se combinem ou não com os processos locais da luta de classes. O que podemos afirmar é que o conflito em Gaza está agudizando a polarização política que já existe no mundo.

Em defesa de um programa revolucionário

A única possibilidade de derrotar Israel é transformando essa guerra de libertação nacional em um processo revolucionário internacional.

Trata-se de uma guerra muito desigual desde o ponto de vista militar. Israel não só é a quarta potência militar do planeta, como tem o apoio direto do imperialismo norte-americano e europeu.

Como sabemos, é possível derrotar mesmo a potência imperialista hegemônica, quando se alia a mobilização das massas e a luta armada. Os EUA foram derrotados no Vietnã em 1975, pela combinação da heroica resistência dos vietnamitas, combinada com as mobilizações em todo o mundo e, em particular, nos EUA.

O centro de nosso programa para a Palestina é uma consigna democrática: por uma Palestina laica, democrática e não racista. Mas para realizá-la, será necessário destruir o estado de Israel.

Defendemos a derrota militar de Israel, e não paramos aí: nossa estratégia é a destruição do estado israelense. Sem isso é impossível uma Palestina laica, democrática e não racista.

E isso exige uma revolução que terá de se enfrentar com as burguesias locais que são contra esse objetivo. Ou seja, estamos falando da necessidade de um processo revolucionário objetivamente socialista, pois naturalmente se voltará contra a burguesia e suas organizações.

Por isso, mesmo tendo a consigna democrática "por uma Palestina laica, democrática e não racista" no centro de nosso programa para a região, a nossa estratégia de transição aponta para uma Federação Socialista dos países do Oriente Médio e Norte da África.

Assinatura dos Acordos de Oslo de 1993, entre Isaac Rabin por Israel, Bill Clinton por os Estados Unidos, e Yaser Arafat pela OLP.

Qualquer visão que ignore a questão da libertação nacional palestina, adiando e diluindo essa perspectiva para "o socialismo", é completamente equivocada e termina capitulando a pressão sionista.

Por outro lado, qualquer visão que só veja a guerra de liberação nacional palestina, sem o marco da revolução permanente e o necessário combate socialista e revolucionário contra as direções burguesas da região, terminará por capitular a essas direções.

É necessário apostar em um processo internacional, como a combinação de uma nova intifada palestina, a retomada da chamada "primavera árabe " nos países da região (colocamos entre aspas, porque abarcaram países não árabes) , e mobilizações de massas em todos os países do mundo, em particular nos países imperialistas. Lembremos da importância que tiveram as mobilizações contra a guerra do Vietnã nos EUA para a vitória vietnamita.

Defendemos un movimiento de masas democrático e independiente, con llamados a la clase trabajadora, a los sectores inmigrantes y a la juventud a apoyar la lucha del pueblo palestino contra el genocidio y la ocupación, un movimiento centrado con las tácticas de huelgas, boicot, protestas de masas con la lucha armada como elemento auxiliar. Esa fue la naturaleza de la Primera Intifada (1987-1993), la marcha por el retorno en 2018, la huelga de los trabajadores palestinos en Israel en 2021 y en general la campaña del BDS que debemos amplificar en todos los países.

A política dos "Dois Estados" é um erro

Aparentemente, a política dos "Dois Estados" pode parecer "mais realista". Na verdade, essa política foi provada desde os acordos de Oslo (1993).

Passados já 30 anos, pode se comprovar que não existe nada de realismo em uma política que ignora o caráter colonialista, com métodos nazifascistas, de Israel.

O resultado foi o desastre atual da Autoridade Nacional Palestina na Cisjordânia, que cumpre um papel de capataz de Israel, sem nenhuma autoridade e autonomia real, e completamente desgastada com os palestinos.

Essa política segue sendo um plano imperialista, tanto dos EUA como do bloco Rússia- China, a depender dos resultados da ofensiva israelense.

A única possibilidade de chegar a uma "Palestina Laica, Democrática e Não Racista" é através da destruição do estado de Israel.

A existência do estado israelense é defendida pelos governos burgueses, assim como pelos partidos reformistas. Assumem as ideologias ("ser contra o sionismo é igual a antissemitismo", "a única democracia contra os bárbaros árabes", etc.), para justificar essa política.

Não aceitamos o estado de Israel, nem com as fronteiras atuais, nem com as depois de 1967 (guerra dos seis dias), nem com as de 1948 (resolução de fundação do estado de Israel, da ONU). Defendemos a sua destruição.

Ou seja, defendemos o programa histórico da Organização de Libertação da Palestina, que se sintetiza na consigna "Por uma Palestina única, laica, democrática e não racista". Esse é o significado profundo do lema "Palestina livre, do rio ao mar". No caso, do rio Jordão ao mar Mediterrâneo.

Só assim será possível uma convivência pacífica de uma maioria palestina (que inclua o retorno dos milhões de refugiados dispersos no mundo), e uma minoria judia e de outras religiões. Isso existia antes da existência do estado de Israel. Não se trata de um problema essencialmente religioso, mas da utilização das religiões por classes sociais e a defesa dos interesses imperialistas.

Alguns setores dos ativistas, mesmo muito comprometidos com a defesa dos palestinos e contrários a política dos "dois estados", não defendem a destruição do estado de Israel. Uma das expressões disso é o chamado ODS (*One Democratic State*, Um Estado Democrático). Ou seja, um estado único e democrático, mas sem precisar que esse estado seja palestino, como resultado da destruição de Israel.

Nossos acordos e diferenças com as direções palestinas, incluindo o Hamas

Defendemos a mais ampla unidade de ação com o Hamas, a direção palestina mais respeitada nesse momento. Mas discordamos de seu programa.

A estratégia do Hamas é derrotar Israel, com suas alianças com as burguesias regionais do "Eixo de Resistencia", o que inclui os governos do Iran, Síria e Líbano, e não a mobilização independente das massas.

Em seu documento programático de 2017, o Hamas rejeita os acordos de Oslo, dos dois estados, mas recua da estratégia de destruição do estado de Israel, admitindo as fronteiras de 1967.

Junto com esse recuo estratégico, o Hamas faz um movimento em sentido mais democrático, contra as opressões religiosas, se diferenciando nisso do estado teocrático do Iran. Trata-se de um movimento islâmico, mas sem a proposta de

um estado teocrático islâmico. Segue sendo um programa distinto do nosso também nisso, porque defendemos explicitamente uma "Palestina laica, democrática e não racista", e isso o Hamas não faz.

Por último, o Hamas não tem um programa revolucionário socialista, mas desenvolvimentista burguês.

Nada disso nos impede de lutar junto ao Hamas e das massas palestinas contra o estado de Israel e os imperialismos. Mas mantemos a tradição leninista de golpear juntos, mas marchar separados, não só do Hamas, mas de todas as correntes burguesas e reformistas.

A necessidade de uma direção revolucionária

Em toda a região do Oriente Médio e Norte da África, a crise de direção revolucionária é absoluta. Não existem direções, organizações revolucionárias marxistas.

A tragédia nessa região até hoje é que não foi possível organizar uma direção alternativa durante os processos revolucionários que repetiram, e foram derrotados.

O papel do stalinismo foi e é chave para explicar essa situação. A URSS, sob direção de Stalin, apoiou a criação de Israel, inclusive financiando armas para o movimento sionista. Esse foi um de seus mais graves crimes históricos, dentro de uma longa série.

Depois, o stalinismo apoiou o nacionalismo burguês na região. Hoje, o stalinismo a nível mundial, apoia as direções burguesas da região, desde a Síria, Iran, Hezbollah e Hamas.

Por isso, é tão fundamental avançar na construção de uma outra direção alternativa as atuais. Uma nova direção, que tenha um programa marxista revolucionário, que inclua a consigna "Palestina única, laica e não racista" como uma consigna de transição em uma estratégia revolucionária socialista, em uma perspectiva de uma Palestina Socialista, como parte de uma Federação livre dos Estados Socialistas das Repúblicas do Oriente Médio e Norte da África.

Essa direção só pode ser construída na luta cotidiana pela derrota de Israel, ombro a ombro com a juventude palestina e de todo o mundo.

Apoio à Palestina e o BDS na França. [Photo Credit: BDS France], tomada de bdsmovement.net

- Apoio incondicional a luta do povo Palestino!
- Em defesa de uma nova Intifada! Por uma nova "Primavera dos povos", um novo levante dos povos do Oriente Médio e Norte da África contra seus governos!
- Por um movimento internacional de apoio a luta palestina com ações de rua, greves, boicotes a Israel!
- Em defesa da ruptura das relações econômicas, políticas e diplomáticas dos países com Israel!
- Pelo fortalecimento da campanha do BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) contra Israel!
- Pela formação de comitês de apoio a Palestina
- Pela derrota militar de Israel! Armas para a Palestina!
- Denunciamos os governos do Oriente Médio e Norte da África, mesmo os que se pronunciam contra o genocídio israelense, como o Iran, por não terem entrado na guerra e deixado gaza isolada. Exigimos, em particular a entrada na guerra contra Israel do Iran e Hezbollah!
- Defendemos a solidariedade dos povos da Ucrania e Palestina, duas guerras de liberação nacionais
- Por uma Palestina laica, democrática e não racista. Isso só é possível com a destruição do estado de Israel.
- Por uma Palestina Socialista!
- Por uma Federação Livre e Socialista dos estados do Oriente Médio e Norte da África.

Não é terrorismo É resistência contra uma guerra diária promovida por Israel!

Apesar das diferenças políticas, é necessário refutar essa caracterização. O Hamas não é o Estado Islâmico ou a Al Qaeda, como quer associar Israel, inclusive esbanjando fake news. Na reunião do Conselho de Segurança da ONU que sucedeu os últimos acontecimentos, o embaixador de Israel, Gilad Erdan, chegou a dizer: "Este é o nosso 11 de setembro", em referência aos ataques às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em 2001.

SORAYA MISLEH

A propaganda ideológica sionista busca colar a pecha de terrorismo, que também predomina nos meios de comunicação de massa, e que, inclusive, analistas apressados da esquerda vêm fazendo coro, mascarada ou diretamente. A frase famosa de Malcolm X cabe bem aqui: "Se você não tomar cuidado, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas e adorar as pessoas que estão oprimindo."

Como foi o início da tragédia palestina

A população palestina enfrenta a violência do colonizador, em aliança com o imperialismo de cada momento histórico – antes, a Grã-Bretanha, e, agora, os Estados Unidos – que, desde antes 1948, enviam bilhões de dólares todos os anos para a indústria da morte sionista.

A Nakba é um processo inaugurado a partir do surgimento do sionismo político moderno, ao final do século 19, e seu projeto colonial.

Ainda sob domínio do Império Turco-Otomano, a Palestina foi escolhida como destino para a colonização, no I Congresso Sionista da Basileia, realizado na Suíça, em 1897. A determinação era assegurar uma maioria de judeus em terras em que, até então, eram uma minoria palestina (apenas 6% em fins daquele período).

Para tanto, a ideia era promover a "transferência populacional". Um eufemismo para limpeza étnica, via ondas de imigração de judeus da Europa do Leste e Central para a Palestina, que realizariam o projeto de conquista da terra e do trabalho, o qual deveria ser exclusivo para estes.

Palestinos começaram, portanto, a ser expulsos já ao início do século 20. Os anos 1920 e 1930 foram marcados por sua resistência contra o mandato britânico, que ficou com o território como espólio entre as potências aliadas vencedoras da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e a colonização sionista sob suas bênçãos.

Entre 1936 e 1939, se deu uma revolução poderosa. Derrotada em função da atuação dos inimigos clássicos da causa palestina, revelados por Kanafani em "A revolta de 1936-1939 na Palestina" (Editora Sundermann) – imperialismo/sionismo, regimes árabes e burguesia reacionária árabe-palestina –, a população palestina ficou absolutamente vulnerável para o que viria: a Nakba.

Ocupação, genocídio, apartheid e limpeza étnica

Em 29 de novembro de 1947, a primeira sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) recomendou a partilha da Palestina em um Estado judeu e um árabe, com Jerusalém sob administração internacional.

Ali começava a longa ficha corrida da cumplicidade brasileira com a colonização sionista. O diplomata brasileiro Osvaldo Aranha presidiu a sessão e votou favoravelmente à partilha, que delegava pouco mais de metade daquelas terras ao colonizador, obviamente sem consulta aos habitantes nativos palestinos não-judeus.

A resolução de partilha foi o sinal verde esperado pelos sionistas, que haviam garantido cerca de 30% de judeus naquelas terras, após várias ondas de imigração. Doze dias depois, teve início a limpeza étnica planejada ainda ao início dos anos 1940.

O que selou o destino trágico dos palestinos foi o Plano Dalet, executado em seis meses no decorrer de 1948.

O resultado foi que 800 mil palestinos foram expulsos e mais de 500 aldeias foram destruídas. Cerca de 15 mil palestinos fo-

ram chacinados com requintes e crueldade. Há casos documentados de genocídios em dezenas de aldeias, que serviram de propaganda para a expulsão dos palestinos em cidades e aldeias vizinhas. Um processo no qual o estupro de meninas e mulheres foi instrumental.

Assim, Israel, com a cumplicidade do mundo, se criava em 78% do território histórico da Palestina. Em 1967, ocupou militarmente os 22% restantes – Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Mais 350 mil palestinos se tornaram refugiados e 13 mil foram mortos.

Hoje, a sociedade palestina segue inteiramente fragmentada: são 13 milhões, sendo metade sob ocupação e apartheid (inclusive nas áreas ocupadas em 1948, onde há 65 leis racistas contra eles) e outra metade no refúgio/diáspora, impedida do direito legítimo de retorno as suas terras.

A Intifada brotou do território ensanguentado

Os palestinos nunca pararam de resistir. Em 1964, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que poucos anos depois passaria a ser liderada por Yasser Arafat, foi criada. Muitas ações diretas e de guerrilha marcaram o período subsequente, na busca por libertação nacional e fim da colonização sionista.

Muitos protestos e massacres marcam a história recente da palestina, como Sabra e Chatila, pelos falangistas no Líbano, com auxílio de Israel e Estados Unidos, em setembro de 1982, e outros.

Em 1987, a poderosa Intifada (levante popular) das "pedras contra tanques" foi deflagrada e, para encerrar esse processo, iniciaram-se negociações secretas entre a OLP e Israel, sob intermediação dos Estados Unidos.

Quem é o Hamas

Criado em 1987, o Hamas é uma organização que vem tentando, há muito tempo, sentar-se à mesa de negociações e ser aceito como interlocutor confiável do povo palestino. Para tanto, inclusive alterou, em 2006, sua Carta Fundacional, em que defendia uma Palestina islâmica e aceitou a "solução de dois estados", como princípio de território a ser libertado.

A organização tem buscado dialogar com governos de todo o mundo. Sua busca é por garantir um Estado Palestino democrático burguês como qualquer outro – não socialista, como defendemos, após a libertação nacional da Palestina, do rio ao mar.

A falência dos acordos de Oslo

O resultado final foi a assinatura dos acordos de Oslo, em 13 de setembro de 1993, uma verdadeira "paz dos cemitérios". A OLP, que em sua Carta Fundacional – reeditada em 1968, para incluir os territórios ocupados um ano antes – declarava o objetivo de libertar toda a Palestina histórica, do rio ao mar, reconhecia o Estado de Israel e se rendia à já morta "solução de dois estados", através da criação de um Estado Palestino em apenas 22% do território: Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

Esta é a "solução" que seguem a apregoar a ONU e governos de todo o mundo, injusta desde sempre e absolutamente inviabilizada pela expansão colonial agressiva contínua sionista.

A cena espetacular, na foto em frente à Casa Branca, do aperto de mãos, há 30 anos, entre Arafat e o então primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, sob intermediação do imperialismo estadunidense, na figura do presidente Bill Clinton, vendida para todo o mundo como "paz" gradual, marcava mais um capítulo da contínua Nakba.

A paz dos cemitérios

A partir de Oslo, com a ajuda do capataz que esses acordos criavam (a Autoridade Palestina, ou AP), sem nenhuma autonomia, com dependência econômica integral e cooperação de segurança com Israel, a Cisjordânia foi dividida, a princípio, em áreas A, B e C (estas últimas representando mais de 60%, sob controle militar total israelense).

Organizações palestinas na diáspora foram fechadas e enfraquecidas, esvaziando-se o movimento de solidariedade. Qualquer resistência que surgisse em território ocupado era reprimida pela AP nas áreas que passou a administrar, encarcerada por esta ou entregue a Israel para compor sua longa lista de presos políticos, entre os quais mulheres e crianças.

Não à toa o intelectual palestino Edward Said denominou Oslo como subserviência e servilismo, em suas palavras, o "Tratado de Versalhes" da causa palestina.

O descontentamento com a contínua ocupação se represaria em uma segunda Intifada, após provocação do carniceiro Ariel Sharon, na Mesquita de Al-Aqsa (em Jerusalém), em 28 de setembro de 2000. Esta durou até 2005. Neste ano, Israel decidiu retirar 8 mil colonos da faixa de Gaza. O cenário para o que viria a seguir estava armado.

O suplício de Gaza

Em 2006, o partido político de orientação islâmica Hamas ganhou as eleições legislativas na Palestina ocupada, mas Israel e Estados Unidos não aceitaram o resultado democrático. Um cerco desumano foi imposto pela ocupação sionista e, na sequência, se iniciaram os bombardeios a "conta-gotas" ou massivos, como os que foram vistos em 2008-2009, 2012, 2014, 2021 e agora, em 2023.

Em 2018, os palestinos de Gaza protagonizaram a "Grande Marcha do Retorno", reprimida violentamente por Israel. "Snipers" (atiradores de elite) disparam contra o povo e deixaram 189 mortos, dentre os quais 35 crianças, profissionais da Saúde, que tentavam socorrer os feridos, e jornalistas com coletes de imprensa, além de mais de 20 mil feridos.

O pretexto, como sempre, é que Israel está se defendendo, como "civilização contra a barbárie".

Nada mais falso. É o agressor, o colonizador, o ocupante.

Palestina Livre

“Hoje meu corpo era um massacre televisionado”

O genocídio na estreita faixa de Gaza entrou no 18º dia em 24 de outubro sem que a repugnante propaganda de guerra da mídia burguesa também dê trégua. Já são mais de 2 mil crianças, cerca de 1.120 mulheres e 220 idosos entre os mais de 5 mil trucidados pelas bombas sionistas. São nomes e vidas que não param de se somar a essa trágica estatística, que só faz crescer. Aproximadamente 120 crianças são chacinadas todos os dias, segundo o Observatório Euro-Mediterrâneo de Direitos Humanos.

SORAYA MISLEH

Há denúncias de uso de armas químicas, como napalm e bombas de fósforo branco. Vem à mente a poesia da palestina Rafeef Ziadeh, em resposta a um repórter que havia lhe perguntado, durante outro bombardeio massivo a Gaza há mais de 10 anos, se não ficaria tudo bem se os palestinos não ensinassem ódio às suas crianças:
Ensinamos vida, senhor. […] / Ensinamos a vida depois que eles construíram seus assentamentos e muros do apartheid, depois dos últimos céus. / Ensinamos vida, senhor. / Mas hoje meu corpo era um massacre televisionado, / feito para caber em frases de efeito e limites de palavras. […] / E cem mortos, duzentos mortos, mil mortos. / E entre isso, crime de guerra e massacre, / Despejo palavras e sorrio: “Nem exótico”, “nem terrorista”.
A sombra da morte, por fome e sede ou bomba, segue à espreita para 2,4 milhões de palestinos em Gaza. As cenas são brutais: crianças anotando seus nomes nos braços e pernas para serem identificadas caso sejam os corpos estilhaçados do dia; médicos em hospitais sem energia elétrica e estrutura

Acima: Vista do ataque israelense sobre Gaza, Palestina. Foto: EFE / Mohammed Saber. Fuente: https://www.forbes.com.mx/

Embaixo: Família de palestinos sentados sobre os escombros de um dos prédios destruídos em ataque aéreo de Israel em Rafah, na Faixa de Gaza. Foto: Abed Rahim Khatib/Anadolu via Getty Images - CNN Brasil.

sob ameaça de novos bombardeios recebendo os corpos de seus próprios filhos e netos; dezenas de famílias inteiramente dizimadas, apagadas do registro civil; jornalistas cobrindo às lágrimas e também sendo assassinados; igreja cristã com 1.500 anos e repleta de palestinos tentando se abrigar das bombas implacáveis sendo o alvo da vez; ordens de evacuação e bombardeios sobre os palestinos enquanto fazem o trajeto para a direção determinada por Israel; ameaças de bombardeios em mais e mais hospitais, escolas, casas, famílias, tudo o que se move.

Vem à mente trecho da letra da música do grupo palestino de hip hop DAM:

"Quem é o terrorista? Eu sou o terrorista?! / Como posso ser o terrorista quando você tomou minhas terras? / Quem é o terrorista? Você é o terrorista! / Você pegou tudo que eu possuo enquanto morava em minha terra natal. / Você está nos matando como matou nossos ancestrais. / Você quer que eu vá à justiça? Pelo quê? / Você é a testemunha, o advogado e o juiz! / Se você é meu juiz, serei condenado à morte! […] / Você me ataca, mas ainda grita quando eu lembro que foi você quem me atacou. / Você me silencia e grita. / 'Mas você deixa as crianças atirarem pedras! Eles não têm pais para mantê-los em casa?' / O QUÊ?!?! / Você deve ter esquecido que enterrou nossos pais sob os escombros de nossas casas. / E agora, enquanto minha agonia é tão imensa, você me chama de terrorista?!"

Contínua Nakba

Não é notícia nova para o povo palestino na contínua Nakba – catástrofe cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista e colonial de Israel em 15 de maio de 1948 mediante limpeza étnica planejada, em 78% do território histórico da Palestina. Em 1967, a Naksa (revés), com a ocupação militar sionista dos restantes 22%: Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental (*veja linha do tempo*).

A realidade cotidiana dos palestinos e palestinas é violação de todos os direitos humanos fundamentais pelas forças de ocupação, regime de *apartheid*, expansão colonial agressiva via racismo, limpeza étnica, genocídio.

E agora enfrentam o mais brutal genocídio a Gaza desde o cerco desumano há

15 anos, batendo a marca dos sangrentos julho e agosto de 2014. Naquele período, em 51 dias, Israel matou cerca de 2.200 palestinos, entre os quais 530 crianças.

Enquanto isso, na Cisjordânia, Israel armou ainda mais os colonos sionistas. Antes de 7 de outubro estes já vinham promovendo perseguições e ataques brutais (conhecido como *pogroms*) em aldeias palestinas, 270 palestinos já haviam sido assassinados, entre os quais 65 crianças. Isso também ganhou dimensão ainda mais brutal. Em pouco mais de duas semanas quase 100 mortos e 1.400 feridos palestinos.

Repressão e censura. Há organizações denunciando que o número de presos políticos bateu 10 mil – eram 5.200 até o começo de outubro, incluindo 170 crianças. Presos políticos palestinos são transferidos para locais indeterminados, e as famílias seguem sem notícias de seu paradeiro. A tortura avança.

Propaganda de guerra contra os palestinos

A continuação da Nakba atinge um nível elevado, com os discursos racistas dos líderes sionistas sendo reproduzidos abertamente. Os meios de comunicação nas mãos dos grandes capitalistas insistem na mentira da guerra circunstancial e específica do Hamas contra Israel, na falácia do direito de defesa do colonizador.

Inclusive levanta dúvidas sobre se as poderosas bombas lançadas 24 horas seguidas e indiscriminadamente por Israel foram as culpadas pela destruição do hospital Baptista Al Ahli e pela morte de mais de mil pessoas de uma só vez. "Israel disse que não", repetem, sem vergonha, seus interlocutores. Aceitam a mentira de que o povo palestino se teria bombardeado a si próprio, na propaganda de guerra racista da "civilização [ocidental, Israel] contra a barbárie [estes árabes, orientais]".

Estes meios de comunicação social apoiam o terrorismo de Estado perpetrado contra o povo palestiniano e negam o legítimo direito de resistência de um povo que foi oprimido durante muito tempo e que trava, da melhor forma que pode, uma luta anticolonial pela libertação nacional, rodeado de inimigos poderosos. E resiste. É por isso que existe.

Mãos cobertas de sangue

A "comunidade internacional", responsável pela Nakba em 1948 e pela sua continuidade durante mais de 75 anos, afunda ainda mais as mãos sujas de sangue palestino: governos de todo o mundo igualam opressores e oprimidos.

O nível deste novo capítulo da continuação da Nakba pode ser considerado como a tentativa de "solução final" por parte do Estado terrorista, racista e colonial de Israel, financiado e aplaudido pelo imperialismo estadunidense.

O discurso de Biden, o atual presidente, em 1986 é um símbolo deste pacto de morte: "Destinamos bilhões todos os anos para Israel. É o nosso melhor investimento para os nossos interesses econômicos. Se Israel não existisse, teríamos que criá-lo."

O imperialismo europeu não fica atrás.

Solidariedade pela Palestina toma as ruas de todo o mundo

Mundo afora milhares de pessoas estão ocupando às ruas contra o genocídio genocida, inclusive nos EUA. Judeus antissionistas crescem e levantam a bandeira "Não em nosso nome" – com a emblemática imagem de sua ocupação do Capitólio.

SORAYA MISLEH

Ordens de proibição de marchas em solidariedade ao povo palestino e pelo fim do genocídio em Gaza, em países europeus, são desafiadas de forma exemplar. Cem mil nas ruas de Londres, outros milhares em Paris, Frankfurt e muitas outras capitais. O mundo se levanta e abraça os palestinos e palestinas. Oprimidos e explorados dizem não ao genocídio.

Na América Latina também começam a haver grandes manifestações, como no Uruguai e no Brasil, com um ato que reuniu milhares no último dia 21 de outubro, em São Paulo.

Nos diversos países árabes cenas belíssimas, com egípcios indo para as fronteiras carregando mochilas com água e alimentos para tentar furar o cerco total israelense ao gueto de Gaza.

Na Jordânia, a solidariedade acampa próxima à Embaixada de Israel. Árabes tentam entrar na Palestina ocupada para ajudar seus irmãos e são reprimidos pelos próprios governos. Na Cisjordânia, greve geral e fúria voltada inclusive ao QG da gerente da ocupação, a Autoridade Palestina, que reprime violentamente o povo.

O imperialismo e o sionismo afundam em sua crise – e arrastarão consigo toda a cumplicidade criminosa, a história há de cobrar. A Palestina sangra, mas resiste. E se ergue, dos escombros da contínua Nakba, como a causa símbolo das lutas contra a opressão e exploração em todo o mundo. Até a libertação nacional, do rio ao mar.

Estratégia: por uma Palestina laica, democrática e não racista

O movimento operário internacional deve rejeitar impiedosamente as ações do imperialismo e dos governos subservientes em apoiar Israel nos massacres contra os palestinos. A solução dos dois Estados está falida, como demonstrou a barbárie sionista desde os acordos de Oslo.

Israel só pode subsistir como um Estado racista, repressor, genocida e em base à permanente agressão militar.

Defendemos a mais ampla unidade de ação com o Hamas e com todos que façam parte da resistência do povo palestino. Mas temos diferenças políticas com a organização que tem uma direção burguesa e uma política conservadora que não defende abertamente uma Palestina Laica e Democrática.

A libertação total da Palestina precisa combinar a luta por libertação nacional com um processo revolucionário e socialista. A paz só virá com a destruição do Estado racista de Israel e o estabelecimento de uma sociedade democrática e livre na Palestina, aberta a todos os palestinos – muçulmanos, cristãos e judeus.

Essa é a bandeira da Palestina laica, democrática e não racista, que sintetiza uma das principais tarefas da revolução socialista na região.

Dezenas de milhares marcham em Washington pela libertação da Palestina

JOHN LESLIE

À medida que as forças israelitas continuam o seu ataque implacável a Gaza, milhões de pessoas juntaram-se aos protestos em todo o mundo. No dia 4 de novembro, foram realizadas manifestações de protesto em diversas cidades dos Estados Unidos. A maior foi a Marcha Nacional sobre Washington, que exigia o fim da ajuda americana a Israel, um cessar-fogo imediato, o levantamento do cerco a Gaza e a libertação da Palestina das garras do estado de apartheid colonial israelita. A manifestação reuniu mais de 100 mil pessoas procedentes de pelo menos 22 estados na capital dos EUA.

A concentração inicial na Praça da Liberdade, localizada perto da Casa Branca, espalhou-se pelas ruas circundantes. O grande número de veículos que transportavam pessoas para a marcha e o bloqueio policial de cruzamentos próximos causaram o atraso de pelo menos 40 ônibus. A polícia proibiu que os ônibus deixassem passageiros perto da manifestação.

Alguns meios de comunicação capitalistas minimizaram a dimensão da manifestação, limitando-se a dizer que a participação foi de "milhares". A Coligação ANSWER e outros organizadores estimaram a multidão em 300.000 pessoas (ver Mondoweiss), enquanto outras fontes simpatizantes falaram de números muito mais baixos. Os protestos na área da baía de São Francisco e na cidade de Nova York no mesmo dia atraíram dezenas de milhares de manifestantes.

O protesto de Washington, o maior protesto de solidariedade à Palestina na história americana, foi iniciado pela Coalizão ANSWER, pelo Movimento da Juventude Palestina, pela Aliança Muçulmana Americana, pelo Fórum do Povo, pelos Estudantes Nacionais pela Justiça na Palestina (SJP), Al-Awda: The Palestine Right to Return Coalition, la U.S. Palestinian Community Network

(USPCN) y la U.S. Campaign for Palestinian Rights (USCPR). Quase 500 organizações locais e nacionais, desde socialistas a grupos universitários, grupos de solidariedade palestina e organizações religiosas, apoiaram a marcha e mobilizaram-se em seu nome.

O ato refletiu a natureza de muitos protestos em todo o país desde o início de outubro, com a participação massiva de jovens de organizações estudantis e das comunidades palestina, muçulmana e do Médio Oriente. A passeata se estendeu por vários quarteirões e se espalhou da rua para as calçadas. A passeata demorou mais de uma hora a chegar ao Parque Lafayette, em frente à Casa Branca, e os manifestantes permaneceram no parque e na Avenida Pensilvânia durante horas. Um grupo de manifestantes espalhou tinta vermelha nas portas da Casa Branca, simbolizando o sangue nas mãos de Biden.

Os slogans e cantos foram dirigidos contra as ações genocidas do Estado israelita e condenavam o governo Biden pelo seu apoio inabalável aos crimes de Israel em Gaza. Cartazes e banners caseiros referiam-se a Biden como "Joe o Genocida" e pediam sua renúncia. As pessoas gritavam "Biden, Biden, você não pode se esconder; nós o acusamos de genocídio", alternando com "Netanyahu você não pode se esconder, nós o acusamos de genocídio". É nítido que os Democratas se desonraram e se desacreditaram aos olhos de uma nova geração de jovens anti-imperialistas radicalizados.

Nidaa, uma palestina de Gaza, disse à Al Jazeera sobre sua preocupação com sua família em seu país: "Parem a guerra. Parem o bombardeio. Parem com este genocídio em Gaza. Essa é a principal mensagem que enviamos hoje e espero que o nosso governo nos ouça. Espero que o nosso povo em Gaza, na Palestina em geral, saiba que estamos aqui. Espero que ouçam as nossas vozes para, pelo menos, encorajá-los um pouco: que não estão sozinhos".

Recentemente, o governo de Biden, sob pressão de protestos em massa, fez alguns apelos mornos à moderação e a uma "pausa humanitária" no massacre em Gaza. Mas os democratas, incluindo os chamados progressistas e os "socia-

listas" domesticados, continuam a defender o direito de Israel à "autodefesa" e continuam a apoiar o armamento do regime do apartheid. Em outubro, um grupo de congressistas democratas progressistas do congresso apresentou uma resolução que pedia à administração Biden para apelar a uma "desescalada e um cessar-fogo imediata em Israel e na Palestina ocupada", bem como ajuda humanitária para Gaza. Mas mesmo esta resolução muito moderada enfrentou duras críticas no seio da bancada democrata.

Os oradores presentes na manifestação criticaram a administração Biden, o regime israelita e o imperialismo, ao mesmo tempo que exigiam liberdade e justiça para a Palestina. O Dr. Hatem Bazian, professor da Universidade de Berkeley, disse: "Quero dedicar um minuto para expressar a minha mais profunda gratidão à juventude, aos estudantes, aos jovens que se opuseram à máquina. Está fazendo a diferença a partir dos corredores e ruas de Washington DC até todos os cantos do mundo. Hoje estamos reunidos não apenas em Washington, mas na Bolívia, na Colômbia, no Brasil, em Londres e em todo o mundo para dizer inequivocamente ao mundo que estamos sendo testemunhas da hipocrisia deste mundo. Dizemos-lhes que pisotearam todos os aspectos dos direitos humanos. "Ignoraram completamente o direito internacional. "

A Dra. Melanie Yazzi da Red Nation expressou a sua solidariedade: "Hoje desferimos um golpe devastador no colonialismo. Como povos indígenas da Ilha da Tartaruga, proclamamos que a descolonização e a devolução das terras são a única forma de justiça para os crimes da colonização de colonos. Os povos indígenas, infelizmente, já estiveram aqui antes. Conhecemos toda a história e o futuro da Palestina porque o vivemos. Suportamos o projeto de colonização de colonos que se autodenominam Estados Unidos. "

Mohammed Nabulsi, do Movimento da Juventude Palestina, declarou: "Estamos aqui, na capital do império americano, para exigir inequivocamente o fim do genocídio israelense em Gaza, o fim do cerco brutal ao nosso povo e o fim da ajuda militar americana para Israel. Os povos livres do mundo falaram< nos expressamos nitidamente: Exigimos o fim do genocídio do povo palestiniano orquestrado pelos Estados Unidos e levado a cabo por Israel. … Nos reunimos aqui para declarar ao governo americano, e ao mundo inteiro, que as massas deste país e deste globo estão do lado da justiça, da dignidade, da libertação e do lado do povo palestino."

Noura Erakat, atualmente professora associada de estudos internacionais na Rutgers University, afirmou: "Estamos unidos pela nossa humanidade. Estamos unidos pelo nosso compromisso absoluto com a humanidade e pela nossa recusa absoluta em permitir que as potências ocidentais e Israel a enterrem sob a sua busca depravada de riqueza e privilégios. "Estamos colocando nossos corpos sob os trilhos do trem que tentam forjar um futuro através do genocídio e da aniquilação. "

A Nakba continua

A Al Jazeera relata que mais de 10 mil pessoas foram mortas em Gaza por ataques militares israelenses desde 7 de outubro. Além disso, 152 palestinos na Cisjordânia foram assassinados pelo exército israelita e por gangues de colonos armados pelo Estado israelita, que entregou mais de 10.000 rifles aos colonos após o ataque de 7 de outubro liderado pelo Hamas contra a entidade sionista. Enquanto os políticos fascistas israelitas apelam abertamente à limpeza étnica e à expulsão ou morte dos palestinos, os países imperialistas permanecem em silêncio. Na verdade, os políticos americanos de ambos os partidos têm incitado um clima islamofóbico e antipalestino numa tentativa de desacreditar e marginalizar o movimento contra a guerra genocida de Israel.

Em setembro, Netanyahu dirigiu-se à Assembleia Geral da ONU e mostrou um mapa do "Novo Oriente Médio" que exclui a Palestina. Há sinais de que o regime de extrema-direita de Netanyahu pretende levar a cabo a anexação da Cisjordânia, de Gaza e dos Montes Golã, um plano que exclui aos palestinos e exigiria o que só pode ser chamado de Nakba 2.

A fundação do Estado sionista em 1948 foi marcada pela violência e pela limpeza étnica dos palestinos, um evento contínuo a que os palestinos se referem como Nakba (em árabe: a catástrofe). Durante a Nakba original, mais de 700 mil palestinos foram expulsos de suas casas. Centenas de aldeias foram arrasadas ou ocupadas por colonos.

Depois de alguns meses, apenas 138 mil palestinos permaneciam no Estado sionista. A grande maioria dos palestinos foi expulsa pela força, assassinados ou obrigados a fugir, aterrorizada. Os poucos palestinos que restam no Estado israelita, os chamados "árabes israelitas", são cidadãos de segunda classe. Os palestinos que nasceram na Palestina não podem retornar às suas casas.

Desde a guerra de 1967, os palestinos na Cisjordânia e em Gaza vivem sob uma ditadura militar brutal caracterizada por castigos coletivos, o roubo de terras, prisões sem julgamento prévio, execuções extrajudiciais levadas a cabo pelo exército de ocupação, a construção de assentamentos ilegais, destruição de cultivos e oliveiras e a destruição de casas. Os

colonos despejam resíduos tóxicos em riachos a montante das aldeias palestinas.

Durante quase 20 anos, Gaza existiu como uma prisão ao ar livre. Mesmo antes do atual ataque israelita, as Nações Unidas estimavam que 125.967 crianças com menos de cinco anos de idade (35%) de Gaza não atingiriam o seu pleno potencial de desenvolvimento devido à pobreza, à má nutrição, à falta de acesso a serviços básicos e aos elevados níveis de estresse familiar e ambiental e exposição à violência.

Desde 7 de outubro, gangues de colonos realizam um pogrom na Cisjordânia com a nítida intenção de expulsar os restantes palestinos da terra. A colaboracionista Autoridade Palestina perdeu toda a legitimidade e não conseguiu proteger a população da violência dos colonos. Os israelitas que ousaram levantar-se contra este horror foram atacados, ameaçados e detidos.

A ação sindical é crucial

Os sindicatos palestinos fizeram o seguinte apelo: "Os sindicatos palestinianos apelam aos nossos homólogos internacionais e a todas as pessoas de consciência para acabarem com todas as formas de cumplicidade com os crimes de Israel, parando urgentemente o comércio de armas com Israel, bem como todo o financiamento e investigação militar. "Chegou a hora de agir: as vidas palestinas estão por um fio"

Os sindicalistas belgas e italianos recusaram-se a carregar armas destinadas a Israel. Na Grã-Bretanha, Trabalhadores por uma Palestina Livre bloquearam uma fábrica de armas em Kent, propriedade da Instro Precision, filial da Elbit Systems, um fabricante de armas israelita. Na África do Sul, os trabalhadores portuários recusaram-se a descarregar a carga de um navio israelita.

Nos Estados Unidos, a burocracia sindical bloqueou as tentativas dos sindicatos de mostrarem solidariedade com a luta palestina. A liderança da AFL-CIO invalidou uma declaração de solidariedade do Conselho Central do Trabalho Thurston-Lewis-Mason (TLM CLC), com sede em Olympia, Washington. Alguns organismos sindicais do ensino superior – incluindo a Graduate Employee Organization, UAW local 2322, e os Student Workers of Columbia, UAW – emitiram declarações de solidariedade.

A Associação Educacional de Oakland divulgou um comunicado em 27 de outubro que diz: "Condenamos inequivocamente os 75 anos de ocupação militar ilegal da Palestina. "O governo israelita criou um estado de apartheid e os líderes do governo israelita abraçaram uma retórica e políticas genocidas contra o povo da Palestina."

Num comunicado, a National Nurses United afirmou: "Estamos com as enfermeiras, médicos e outros profissionais de saúde palestinos e os seus sindicatos que trabalharam corajosamente para salvar vidas humanas durante esta recente escalada de violência. "Apelamos pelo fim da agressão militar, da ocupação e do bloqueio ilegal de Gaza".

Apenas o começo

A onda de protestos do último mês e a grande marcha em Washington são apenas o início de um movimento de massas contra o regime colonial de Israel e contra a máquina de guerra imperialista americana. Dezenas de milhares de jovens e comunidades radicalizadas em todo o mundo responderam ao apelo do povo palestino à solidariedade no seu momento de necessidade. Os boicotes às empresas que fazem negócios em Israel e aos produtos israelitas ganharam novo vigor. Em alguns lugares do mundo, os protestos continuaram mesmo sob a ameaça de repressão estatal.

É tempo de redobrarmos os nossos esforços para pôr fim à matança em Gaza e vencer a luta pela liberdade e autodeterminação palestina. Em última análise, o fim desta violência só poderá passar através da justiça e do fim do sistema de apartheid que devasta a vida do povo palestino.

Fim de toda a ajuda dos EUA a Israel!

Boicote, desinvestimento e sanções contra o apartheid israelense!

Cessar o cerco a Gaza!

Autodeterminação para o povo palestino!

Parar o confisco das terras palestinas! Acabar com a construção de assentamentos!

Apoiar o direito dos refugiados palestinos de retornar à sua terra natal!

Por uma Palestina livre, democrática e laica, com direitos iguais para todos!

Por uma federação socialista do Oriente Médio!

Declaração de solidariedade com todas as organizações e militantes que apoiam a causa palestina na França

A Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional expressa sua solidariedade incondicional com todas as organizações políticas de esquerda, associações e todos aqueles que lutam pela libertação do povo palestino na França, que hoje estão sendo vergonhosamente atacados pelo governo de Macron.

Nossa organização está comprometida até o final com o movimento que luta pela libertação do povo palestino, defendemos a luta por uma Palestina livre, laica e democrática, e para isso defendemos estratégias de luta que favoreçam ações de massas para enfrentar o Estado israelense, como a primeira Intifada (1987-1993), a Marcha do Retorno (2018) e o movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) e defendemos incondicionalmente o direito do povo palestino à resistência. O reflexo dos governos imperialistas ocidentais que apoiam o Estado colonial e racista de Israel é amordaçar aqueles que querem construir uma solidariedade ativa com as massas palestinas e sua resistência à ocupação. Condenamos energicamente as indignantes ações do governo de Macron contra os aliados da causa palestina na França, começando pelos ataques injustificados e mentirosos contra o NPA (Novo Partido Anticapitalista) e outras organizações de esquerda. Em 10 de outubro, o Centro Nacional de Luta contra o Ódio Online (PNLH) do Ministério Público de Paris remeteu o caso à brigada criminal da polícia judicial de Paris para que iniciasse uma investigação contra o NPA por "apologia do terrorismo". No mesmo dia, o senador do partido conservador (Les Républicains) Stéphane le Rudulier pediu a dissolução de La France Insoumise (LFI), do NPA, da Jeune Garde, dos Indigènes de la République e da Révolution permanente. São acusados de defender o direito do povo palestino de resistir à ocupação. Com isso, o governo reduz a terroristas todos os que querem resistir à violência colonial e pretende criminalizar qualquer ação oposta à ocupação sionista. Rechaçamos estas amálgamas e esta retórica fascista. Também defenderemos até às últimas consequências nossas liberdades democráticas, ou seja, o direito de expressar e debater livremente sobre a melhor forma de travar esta batalha contra o projeto colonial de Israel e a organizar a solidariedade ativa, assim como o direito de manifestação contra as ações do Estado israelense e dos governos que o apoiam política e militarmente.

Também gostaríamos de salientar que, contrariamente ao que muitas organizações sionistas e partidos governamentais afirmam, criticar o Estado de Israel não é em absoluto o mesmo que antissemitismo. A prova mais chamativa disso é o crescente número de judeus antissionistas de todo o mundo que abraçaram a causa palestina e o movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) contra o Estado de apartheid de Israel, assim como organizações judias antissionistas como a UJFP (Union juive française pour la paix) na França, Jewish Voice for Peace (JVP) nos Estados Unidos e a International Jewish AntiZionist

Network (IJAN), para citar apensas as mais conhecidas.

Em 12 de outubro, o Ministro do Interior, Gérald Darmanin, enviou um telegrama a todos os prefeitos exigindo a dissolução de todas as mobilizações pró-palestinas porque eram "suscetíveis de gerar alterações da ordem pública". Felizmente, os palestinos da França e todos os que os apoiam ignoraram a ordem da prefeitura e reuniram milhares de pessoas nas ruas para exigir o fim das atrocidades na Palestina e o fim do cerco a Gaza, onde o exército israelense já lançou mais de 6.000 bombas em 6 dias.**As medidas do governo francês reprimem os palestinos porque se negam a deixar que seu povo seja massacrado sem rebelar-se.** O que altera a paz social são as ações de um Estado colonial e guerreiro que ameaça agora em tornar a Faixa de Gaza inabitável. Herzi Halevi, Chefe do Estado Maior israelense, declarou que "Gaza já não será a mesma. Chegaremos a uma situação na qual o grupo que dirige Gaza será duramente golpeado, e o desmantelaremos. E quem permanecer lá compreenderá muito bem que isso não se faz com o Estado de Israel". As FDI-Forças de Defesa de Israel já estão realizando incursões em Gaza, ordenaram a evacuação forçada e estão prestes a invadir o território.

Ante estas decisões que atacam as liberdades, que lembram o passado mais obscuro do Estado francês, é mais importante do que nunca que não permaneçamos calados, que não permitamos que os Estados criminosos e seus cúmplices ajam em silêncio e tranquilizem sua consciência neste genocídio explicitamente anunciado. Expressamos nossa total solidariedade com as organizações atacadas. Nesses momentos de repressão, é importante agir em uma frente única com todas as organizações da nossa classe que já estão envolvidas nesta luta comum para defendermos juntos nossas liberdades e criar espaços públicos de debate e protesto, de forma que possamos envolver cada vez mais setores na solidariedade ativa com a causa palestina.

Insistimos na importância de continuar usando nossas liberdades democráticas para explicar à nossa classe a história de resistência de um povo que se quer apagar, e para defender a legitimidade de sua luta. Fazemos um chamado para que as mobilizações continuem na França e em todo o mundo para por um fim imediato ao cerco de Gaza e para uma nova Intifada, um movimento que galvanize as massas palestinas e seus aliados para por um fim à ocupação. **Estendemos este chamado às organizações estudantis e sindicatos para que se unam a estas mobilizações.**

Sempre estaremos ao lado dos que lutam pela liberdade, contra a exploração, a opressão e o colonialismo, com o povo ucraniano que resiste heroicamente à invasão assassina de Putin, e com o povo palestino que hoje trava uma luta de sobrevivência por sua dignidade e sua existência, que apoiaremos com todas nossas forças.

Pelo imediato cessar-fogo do ataque a Gaza!

Garantia do direito de expressão e reunião e fim das medidas repressivas!

Viva a heroica resistência do povo palestino!

Por uma Palestina livre, laica e democrática!

Partito di Alternativa Comunista (PDAC)-Italia
Corriente Roja-Estado Espanhol
Em Luta-Portugal
Kirmizi Gazete-Turquia
International Socialist League (ISL)-Reino Unido
Ligue Communiste des Travailleurs (LCT)-Bélgica
Militantes da LIT na França

Revolução permanente e guerra na Palestina

A importância da guerra na Palestina atualiza discussões estratégicas para a esquerda marxista. Uma das mais importantes é a compreensão de todo esse processo convulsivo no marco da teoria programa da revolução permanente.

EDUARDO DE ALMEIDA NETO

De acordo ao critério de Lenin de definição das guerras, a resistência palestina trava uma guerra legitima e progressiva por libertação nacional contra a guerra contrarrevolucionária de Israel que busca impor uma limpeza étnica de caráter nazifascista.

Mas o conjunto do processo é bem mais complexo que o de uma guerra.

A consigna central de todo esse processo- por uma Palestina laica, democrática e não racista- é em si, uma consigna democrática. Mas não se pode concretizar sem uma destruição do estado de Israel, o que exige um levante das massas trabalhadoras em um processo revolucionário objetivamente socialista, pois naturalmente se voltará contra a burguesia e suas organizações.

Trata-se de uma consigna democrática que pode ou não adquirir um caráter de transição nesse processo revolucionário. Ou a possibilidade de uma vitória real será muito reduzida, dada a dimensão do peso da contrarrevolução.

As origens do processo

A formação do estado de Israel é uma excrecência histórica. Um estado criado por uma manobra direta do imperialismo em 1948, apoiado no movimento sionista, para criar uma fortaleza armada até os dentes na região com as maiores reservas petrolíferas do planeta.

Essa manobra foi apoiada explicitamente (inclusive com armas) pela URSS dirigida por Stalin, em um de seus maiores crimes políticos.

A partir da comoção mundial pelo massacre dos judeus pelo nazismo, o movimento sionista foi a ponta de lança de um projeto imperialista. Um projeto que só pôde se concretizar com a limpeza ética e uma guerra permanente contra o povo palestino.

Essa guerra começou com a expulsão de 800 mil palestinos, na primeira guerra de Israel contra os povos árabes, no que é conhecido como a Nakba (catástrofe), para que Israel tomasse o controle de 77% das terras palestinas. Esse é até hoje conhecido como o "território de 48" ou "Palestina de 48".

Como o povo palestino não aceita a submissão, o conflito se retoma periodicamente. Israel usa cada um desses conflitos para se expandir. Depois de 48, na Guerra dos seis dias em 1967, Israel tomou a franja de Gaza, a península do Sinai, a Cisjordânia e as colinas do Golã.

E agora, Israel usa essa guerra com o objetivo de, ou ocupar uma parte da Faixa de Gaza ou expulsar completamente o povo palestino de suas terras nessa região - cerca de dois milhões de pessoas

- para o deserto do Sinai, um passo qualitativo a mais na Nakba

Não se trata apenas de uma guerra contrarrevolucionária, apoiada pelo imperialismo norte americano e europeu. Trata-se de uma ação de caráter nazi fascista, semelhante a feita pelos nazistas contra os judeus no passado.

E como o povo palestino não se rende, temos uma guerra contrarrevolucionária de Israel contra o povo palestino se arrastando há 75 anos, com momentos de auge (como em 48, na guerra dos seis dias em 1967 e agora) e uma guerra progressiva, de libertação nacional dos palestinos contra Israel.

A fundação de Israel gerou uma das mais pesadas opressões nacionais da história mundial. E, sem dúvida, a guerra de libertação nacional com maior apoio mundial nesse momento.

Una región desgarrada por Uma região conflagrada pela revolução e contra revolução

A região conhecida como MENA (Oriente Médio e Norte da África) é historicamente muito polarizada entre revolução e contrarrevolução em processos convulsivos.

Existem razões pesadas razões objetivas e subjetivas para isso.

O primeiro elemento objetivo é a enorme riqueza gerada pelas maiores reservas de petróleo do mundo, que são estratégicas para o imperialismo. Além disso, trata-se de uma reunião de trânsito em Europa e Ásia, muito importante para o comércio mundial. Essas são as razões de fundo para a criação de Israel, como fortaleza do imperialismo.

Essa mesma riqueza produz uma gigantesca polarização social, com burguesias riquíssimas apoiadas em ditaduras (em vários países com monarquias brutais), e um povo em estado de miséria crescente.

O segundo elemento é a própria existência do estado israelense. Não há dúvidas que assegura a dominação militar do imperialismo e uma base ideológica particularmente racista e orientalista ("a democracia contra os bárbaros muçulmanos").

Mas, como se tratou de uma imposição brutal sobre os palestinos, gera-se uma dinâmica de radicalização política permanente, de conflitos e guerras.

Em terceiro lugar, temos a mesma dinâmica de pauperização das massas de todo o mundo, em função da onda decrescente da economia mundial desde a recessão mundial de 2007-09, com sucessivos planos neoliberais, cada um mais pesado que o outro.

Em quarto lugar, a região é quase toda marcada por ditaduras odiadas, com dezenas de anos de existência. A polarização social e de opressão nacional não são equacionadas no marco de democracias burguesas.

Na América Latina, uma série de revoluções democráticas derrotaram as ditaduras na Argentina (1982), Brasil (1984), Uruguai (1985) e outras gerando o estabelecimento de democracias burguesas na maioria do continente. No Oriente Médio e Norte da África isso não aconteceu. Nem a primavera árabe conseguiu acabar com essas ditaduras.

A situação interna de Israel

Existe uma tendencia ao bonapartismo em todo o mundo, acompanhando a decadência das economias e a necessidade de repressão ao movimento de massas, que também se expressa na região.

Não é por acaso, a ampliação das medidas bonapartistas das democracias burguesas (como Macron impondo por cima do parlamento para impor a reforma previdenciária) e a transformação de regimes democrático burgueses em bonapartistas (como na Turquia e Hungria).

Uma das demonstrações disso na região, além da permanência das ditaduras, é a evolução dentro do próprio estado de Israel.

Esse Estado nunca teve um regime de democracia burguesa. Sempre foi um regime de apartheid apoiado na repressão e opressão aos palestinos, cuja maioria não tem sequer direito de voto.

No entanto, para os judeus israelenses, existia uma democracia, semelhante ao status dos brancos no regime do apartheid da África do Sul.

Mas nas últimas décadas, os governos israelenses são cada vez mais de ultradireita. O governo Netanyahu é uma mostra disso, com ministros diretamente fascistas em pastas chaves: Itamar Ben-Gvir (Segurança Pública) e Bezalel Smotrich (Finanças).

Junto com isso, Netahyahu aposta em ataques ainda mais duros contra os palestinos incentivando a ocupação dos colonos judeus armados na Cisjordânia.

Netanyahu estava, antes da guerra, enfrentando uma grande crise política por querer impor uma reforma no judiciário que reduzia os poderes da Suprema Corte do país, numa medida bonapartista inédita. Isso provocou uma divisão no establishment israelense e dezenas de milhares foram às ruas contra esse projeto do governo. Isso ampliou a deslegitimação de Israel.

Isso ajudou a criar as condições de explosividade que explicam as bases para o 7 de outubro.

O dirigente trotsquista argentino Nahuel Moreno foi defensor e impulsionador da consigna "Por uma Palestina laica, democrática e não racista".

Mobilização na Tunísia, 2011.

O ataque palestino foi um golpe para todo o estado israelense e, em particular para Netanyahu que apregoava que seu governo de ultradireita era necessário para garantir a segurança de Israel. O desprestígio do governo se acelerou muito. Foi obrigado a compor um governo de unidade nacional para garantir uma base interna para o ataque militar sobre Gaza.

A demora de Israel na invasão terrestre não tem a ver somente com a preparação militar, mas com crises políticas dentro de Israel, tanto sobre a estratégia, como sobre os passos militares concretos. Além disso, existe uma crise com os familiares dos 240 reféns que cobram uma resposta do governo.

Agora Netanyahu joga suas fichas no genocídio e na vitória militar para garantir também seu futuro político.

O projeto de Israel é dar um novo salto na limpeza étnica do povo palestino e aí se abrem várias possibilidades.

Uma delas é expulsar os palestinos de Gaza (dois milhões de pessoas) para o deserto do Sinai. O outro, mas mediado é ocupar definitivamente uma parte de Gaza, e deixar outra parte com os palestinos submetidos a uma administração submetida a Israel.

A construção desse plano "pós-guerra" já está em discussão, podendo envolver a ANP (no momento, ultra desgastada), países árabes (como Egito, Jordania, Arábia), a ONU e talvez também China e Rússia.

Os limites dos processos revolucionários

Existiram vários processos revolucionários na região, que tem essas bases objetivas: a brutal exploração dos trabalhadores, o ódio contra as ditaduras locais, a existência e a opressão de Israel.

No entanto, esses processos são limitados pela fragilidade social do proletariado na região e a prática inexistência de direções revolucionárias.

Só para citar os processos mais recentes, podemos citar a "primavera árabe", grande levante das massas que abalou as ditaduras da região entre 2010 e 2013. Essas mobilizações revolucionárias derrubaram governos que se perpetuavam há décadas no Egito, Libia, Sudão, Tunísia, Yemen, Iraque e outros.

As outras duas grandes expressões foram as intifadas palestinas: a primeira (de 1987 a 1993) e a segunda (de 2000 a 2005).

No entanto, esses processos foram derrotados. A primavera árabe, depois de quase quatro anos de mobilizações heroicas das massas, conseguiu derrubar os governos na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, mas não conseguiu acabar com as ditaduras nesses países, com exceção da Tunísia (que agora está retrocedendo).

A primeira intifada foi canalizada pela OLP para os acordos de Oslo, de 1994. Por esses acordos, a principal direção palestina (Al Fatah) se transformou no capataz do domínio israelense nos territórios ocupados através da Autoridade Nacional Palestina. A segunda intifada foi também canalizada para os acordos Abbas- Sharon que possibilitaram eleições na Cisjordânia e Gaza em 2006.

Existem muitas desigualdades entre os países, mas em geral o proletariado é socialmente frágil na região, só tendo mais peso histórico no Irã e Egito. Na Síria, antes da revolução, existiam 600 mil operários industriais em uma população de 22 milhões de habitantes. Na Palestina, o proletariado é pequeno e ultra controlado, com a maior parte dos sindicatos dirigidos pela Al-Fatah.

Não é por acaso que o sujeito social dos processos revolucionários, tanto da primavera árabe como das intifadas não foi o proletariado, mas as massas populares, em particular a juventude pauperizada.

Além disso, o proletariado judeu apoia o estado de Israel e o sionismo. Em sua origem, esse proletariado foi formado no processo de colonização da Palestina, com a vinda de milhões de judeus europeus para ocupar as terras e expulsar os palestinos.

Depois, nas palavras de Joseph Daher (ativista sírio, professor universidade Lausanne):

> "Isto não é apenas o resultado da devoção ideológica, mas também do interesse material no Estado israelita, que proporciona aos trabalhadores israelitas casas roubadas aos palestinianos, bem como padrões de vida inflacionados. A classe dominante e o Estado israelitas integram assim a classe trabalhadora israelita como colaboradora num projeto comum de colonialismo de colonos.
>
> As instituições da sua classe trabalhadora, como o seu sindicato, o Histadrut, desempenharam um papel central na limpeza étnica da Palestina. Os líderes trabalhistas sionistas estabeleceram a Histadrut em 1920 como um sindicato exclusivamente judaico e usaram-na para liderar o deslocamento de trabalhadores palestinos."

Em termos subjetivos, o problema se agrava. Não existem organizações marxistas revolucionárias de peso na região. O papel do estalinismo com o apoio da URSS no nascimento de Israel e depois a capitulação dos partidos estalinistas ao nacionalismo burguês, são explicações importantes para isso.

O nacionalismo burguês árabe, que teve grande peso no passado, entrou em pesada decadência desde os anos 70 do século passado, passando-se para os acordos com o imperialismo. O nasserismo se transformou em Sadat y Mubarak no Egito. O Partido Baath evoluiu para Assad na Síria. Isso levou a crise de ditaduras pró imperialistas que se tornaram alvo da fúria das massas na primavera árabe no Egipto, Síria, Libia, Iraque e outros países.

O peso das correntes que se apresentam como islâmicas é parte dessa realidade de crise da direção revolucionária. Vários movimentos e partidos religiosos chegaram aos governos de distintos países em muito diferentes processos.

Isso inclui o Iran, em que os aiatolás xiitas capitalizaram a revolução iraniana de 1979, e desde então impuseram uma ditadura teocrática no país, que se choca cada vez mais com a luta das massas.

No Egito, a Irmandade Muçulmana chegou ao poder pela via eleitoral, depois da queda de Mubarak em 2012. Com seus planos neoliberais e repressivos gerou uma nova rebelião contra seu governo, que foi capitalizada por um golpe militar do general Sissi em 2013, até hoje no governo.

Na Turquia, Erdogan fez uma reforma reacionária, girando o regime da democracia burguesa para o bonapartismo, sempre apoiado no discurso islâmico.

As duas mais importantes direções palestinas no momento, tem orientações muito diferentes. A Autoridade Palestina, dirigida por Mahmoud Abbas, é na verdade, um produto dos acordos de Oslo, sendo um capataz de um simulacro de estado, completamente subordinado a Israel e repudiado pelas massas palestinas.

O Hamas, a mais importante direção de massas palestina hoje, se opõe a Israel e ocupa um local central nesse enfrentamento. O Hamas ganhou as eleições no território palestino em 2006, o que não foi aceito por Israel, dirige Gaza até esse momento e está enfrentando militarmente o genocídio israelense. Mas o programa do Hamas, como veremos, tampouco aponta no sentido do processo revolucionário.

A crise da ordem mundial e seus reflexos na região

É um fato conhecido o peso e a responsabilidade do imperialismo norte americano e europeu no apoio ao genocídio israelense.

Nesse momento, isso tem importância decisiva na ofensiva de Israel, que não teria condições nem militares nem políticas para isso sem o apoio imperialista. A grande mídia burguesa faz eco ao imperialismo dos EUA falando do "direito de defesa" de Israel, em um cinismo cada vez mais questionado.

Estava em curso, antes da guerra, uma manobra do imperialismo norte-americano de aproximação da Arábia Saudita com Israel, o que estabilizaria mais a dominação imperialista dos EUA na região.

No entanto, é necessário precisar o papel do outro bloco imperialista, que também tem peso na região.

A guerra da Ucrania colocou em crise importante o imperialismo russo. Nesse momento, são os imperialismos norte americano e europeu que vão ter de assumir o desgaste por seu papel contrarrevolucionário aberto.

A Rússia e a China representam processos históricos particulares e únicos. Eram estados operários burocratizados, dirigidos por partidos estalinistas. Viveram a restauração capitalista e, por caminhos distintos, evoluíram para novos países imperialistas. São muito diferentes em suas localizações na divisão mundial de trabalho, mas são imperialistas. A China é a segunda potência econômica do mundo, e a Rússia é a segunda potência militar. Tanto a China como a Rússia têm interesses econômicos e políticos imperialistas no Oriente Médio e Norte da África.

Benjamin Netanhayu.

Antes, quando ainda eram estados operários, esses estados tinham peso fundamental no movimento de massas, através dos partidos comunistas. Hoje, já como países imperialistas, seguem tendo peso, ainda que menor que antes. O EIPCO (Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários) que agrupam a maioria dos partidos comunistas de todo o mundo (incluindo PcdoB, PC e PCRR do Brasil), conta com a presença do PC chinês e do PC da Federação Russa (que apoiam a invasão da Rússia na Ucrania).

O imperialismo russo tem interesses econômicos e políticos em toda a região, inclusive com Israel. Antes da situação atual, Netanyahu visitou Putin logo após se encontrar com Trump. A China é a maior importadora de petróleo do Iran e da Arábia Saudita, com negócios também com Israel. Antes da guerra, a China pressionava pela aproximação entre Arábia e Iran, em uma postura contrária a dos EUA.

Interessa tanto a Rússia como a China a estabilidade da região, e não uma guerra. Menos ainda, nenhuma delas deseja a destruição de Israel.

Agora, com a guerra, a China e a Rússia se distanciaram de Israel para defender uma vez mais, a estratégia falida dos Acordos de Oslo, os "dois estados". Capitalizam assim o desgaste do imperialismo norte americano na região. E se candidatam a serem parte de um "plano de paz para a região" pós guerra.

A Rússia está diretamente apoiada em um bloco chamado "eixo da resistência" com Síria, Iran e Hezbollah (no Líbano), Jihad Islâmica e os rebeldes Houthis do Iêmen. Esse bloco, apesar das ameaças e declarações contra o genocídio, até esse momento não entrou na luta contra Israel (aparentemente com a exceção dos Houthis), deixando Gaza sozinha contra o genocídio israelense. Toda a esquerda reformista mundial que apoia o Hezbollah e o Iran deveria exigir sua entrada na guerra.

Uma crise política crescente

A guerra na Palestina está polarizando ainda mais a crise da ordem mundial, com reflexos na economia, na instabilidade política dos países e no meio ambiente. Para falar de forma ultra resumida, se limitam as possibilidades de uma retomada da economia mundial,

se agudizam os conflitos inter burgueses nos países. Por outro lado, se retoma a ênfase na produção de combustíveis fósseis, ampliando a crise ambiental.

Tudo isso está sendo potencializado por mobilizações importantes em apoio aos palestinos. Aqui ganha peso o que dizíamos: a causa palestina é a luta de libertação nacional de mais peso no mundo. Isso está sendo assumido pelas massas de imigrantes e pela juventude dos países imperialistas. Não é por acaso que existem mobilizações gigantescas na Inglaterra e nos EUA. Está sendo incorporado como causa própria pelas massas árabes e muçulmanas nos países do Oriente Médio e Norte da África. Existem manifestações de massas na Turquia, Jordania, Egito e muitos países da área.

Além disso, em boa parte dos países do mundo, existem mobilizações amplas de vanguarda, com apoio de massas.

Começam a existir ações de solidariedade ativa de trabalhadores a luta palestina. Três sindicatos de trabalhadores de transporte belgas chamaram seus membros a não permitir o embarque de armas para Israel. Em Oakland (EUA) uma ação de vanguarda retardou a saída de um navio com armas para Israel.

Não se trata de um processo unidirecional. Existe uma polarização política, com peso crescente também da ultradireita. Os governos imperialistas impõem medidas bonapartistas contra as mobilizações e as organizações que apoiam os palestinos.

Mas existe um sentido político geral no processo político mundial. Mesmo com todo apoio da grande mídia burguesa, o sionismo está perdendo a batalha pela consciência das massas do mundo.

Nesse momento Israel invadiu faixa de Gaza, cercou a cidade de Gaza e se prepara para ocupá-la. Vai enfrentar a resistência heroica dos palestinos, que usarão táticas de guerrilha, apoiados em seus túneis como os vietcongs usaram a selva contra os soldados norte-americanos.

Enquanto Israel avança na batalha terrestre em Gaza, retrocede politicamente no mundo.

É isso o que explica as pesquisas recentes que indicam 66% de apoio ao cessar fogo entre os norte-americanos.

Os judeus norte americanos contra a invasão israelense ocuparam o Capitólio e estações de trem em manifestações de peso.

As mobilizações na Turquia pressionaram Erdogan, que teve de se pronunciar contra Israel e, ele próprio, convocar uma manifestação para frear o processo.

Na América Latina, a Bolívia rompeu relações diplomáticas com Israel enquanto Colômbia e Chile convocaram seus embaixadores.

A evolução do conflito em Gaza tende a agudizar ainda mais a polarização política que já existe no mundo.

Existe uma nova e explosiva conjuntura mundial que recém se inicia e pode tomar múltiplas direções.

Perante essa realidade, queremos retomar o que dizíamos no início desse texto. A única possibilidade de derrotar Israel é transformando essa guerra de libertação nacional em um processo revolucionário internacional.

O processo de revolução permanente

Os programas reformistas em suas mais variadas versões foram testados na região e fracassaram. O tratado de Oslo, com a propostas dos "dois estados", acabou se concretizando na Autoridade Palestina controlando partes da Cisjordânia como capataz de Israel. Esse "semi estado" não tem forças armadas, nenhuma autonomia econômica nem política. Seu território é sistematicamente recortado e diminuído por colonos judeus fortemente armados que seguem ocupando terras e expulsando palestinos.

Não existe possibilidade de que os dois estados convivam porque Israel é um estado com características nazi fascistas, e tem como objetivo expulsar os palestinos a mão armada. Seria como propor "dois estados" na década de 40 do século passado, um nazista e outro judeu desarmado.

A proposta original da OLP "Palestina laica, livre e não racista" é a bandeira histórica dos palestinos. Mas a única possibilidade de viabilizar essa proposta é com a destruição do estado de Israel, para voltar a situação de antes de sua criação, quando conviviam democraticamente muçulmanos, judeus e cristãos na mesma região.

No entanto, trata-se de uma guerra muito difícil pela desigualdade militar. Israel é a quarta potência militar do planeta. E é apoiada diretamente pelo imperialismo norte americano, assim como pelos imperialismos europeus. Se pensarmos somente desde o ângulo militar, a derrota é quase segura, como tem ocorrido até agora.

No entanto, a história ensina que é possível derrotar mesmo a potência imperialista hegemônica, quando se alia a mobilização das massas e a luta armada. Na revolução haitiana, os escravos insurretos derrotaram o imperialismo espanhol e impuseram uma das primeiras derrotas militares ao imperialismo francês com Napoleão Bonaparte. Durante a revolução russa, o exército vermelho recém-criado derrotou a invasão militar contrarrevolucionária de 16 países imperialistas.

Mobilização por Palestina, na Turquia.

Para usar um exemplo mais recente, os EUA foram derrotados no Vietnã em 1975. Isso foi produto da heroica resistência do vietcong combinada com as mobilizações em todo o mundo e, em particular, nos EUA.

Para ser precisos, é necessário entender a guerra de libertação nacional palestina como parte do processo de revolução permanente. Nas palavras de Trotsky, no Programa de Transição:

> "Isto é o que determina a política do proletariado dos países atrassados: está obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementais da independência nacional e a democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial".
> "As reivindicações democráticas, as reivindicações transitórias y as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas diferentes mas surgem imediatamente umas das outras".

É possível derrotar Israel, mas para isso será necessário, além de manter e aprofundar a resistência militar em Gaza, algo semelhante a combinação entre uma nova intifada palestina, a retomada da primavera árabe nos países da região, e mobilizações de massas em todos os países do mundo, em particular nos países imperialistas.

Uma nova intifada vai abrir enfrentamentos de massas na Cisjordânia e nos territórios de 48 tirando o foco único de Gaza.

Uma nova primavera árabe vai se enfrentar com os governos árabes da região, tanto os que apoiam diretamente Israel, como os que se lavam as mãos do "Eixo de resistência", para apoiar ativamente a luta palestina.

As mobilizações nos países imperialistas podem cumprir o papel essencial das manifestações contra a guerra do Vietnã, que fraturaram a burguesia norte-americana e ajudaram muitíssimo a luta vietnamita para a vitória.

Mas, para isso, será necessário superar as direções burguesas desse processo.

Algumas conclusões

Essa compreensão da estratégia da revolução permanente inclui quatro elementos essenciais.

Trabalhadores ingleses se manifestam em defesa da Palestina.

O primeiro é a necessária unidade de ação com todos aqueles que estão contra o genocídio israelense e apoiam a luta palestina. Isso inclui o Hamas e todos os setores envolvidos nessa luta.

O segundo é a compreensão dessa luta democrática como parte de um processo revolucionário socialista, o que necessariamente acaba levando a um enfrentamento com as burguesias árabes, que levaram todos os processos anteriores a derrotas e podem repetir isso nesse momento. Essas direções não se dispõem a mobilizar e armar os trabalhadores e os jovens da região porque temem que isso se volte contra elas.

O terceiro é que o projeto da revolução permanente é necessariamente internacional, uma das necessidades fundamentais desse processo. Essa luta não pode ser ganha só no território palestino e sim combinado com uma luta revolucionária nos países árabes e imperialistas.

O quarto é que é necessário construir uma nova direção para todo esse processo. Defendemos a mais ampla unidade de ação com o Hamas, a direção palestina mais respeitada nesse momento. Mas a estratégia do Hamas inclui suas alianças com as burguesias regionais dos governos que se opõem a extensão da revolução, como o "Eixo de Resistencia", e não a mobilização independente das massas inclusive contra os governos do Iran, Síria e Líbano. Uma das sedes mais importantes do Hamas é na Turquia, sob proteção de Erdogan. O Hamas apoiou a invasão da Turquia a Afrin, na Síria, que levou a expulsão de 200 mil curdos.

A estratégia do Hamas segue sendo um estado teocrático, com seu peso repressivo em relação as mulheres e LGBTQ , e sua postura divisionista religiosa. Trata-se de um programa distinto do nosso, que defendemos uma"Palestina laica, democrática e não racista".

Por último, o Hamas não tem um programa revolucionário socialista, mas desenvolvimentista burguês. Isso reproduz a dinâmica desse tipo de movimentos que ao chegar aos governos, levam ao desenvolvimento de uma nova burguesia, como já se deu no Iran, no Egito, Síria, etc. Tampouco leva a ruptura com os imperialismos. Não se pode escapar ao imperialismo dos EUA e apoiar o imperialismo russo.

Nada disso nos impede de lutar junto ao Hamas e das massas palestinas contra o estado de Israel e os imperialismos. Mas mantemos a tradição leninista de golpear juntos, mas marchar separados, não só do Hamas, mas de todas as correntes estalinistas, reformistas em geral, e burguesas que apoiam essas correntes no mundo, mantendo nossa independência política e programa socialista e revolucionário.

Palestina: as diferenças entre revolucionários e reformistas

No momento em que escrevo este artigo, é muito cedo para fazer previsões. É muito cedo para dizer se um novo movimento de massas nasceu em todo o mundo. Mas certamente há sinais disso.

FRANCESCO RICCI

A faísca é a luta heroica do povo palestino, neste momento, sob bombardeio israelita contra casas, escolas, hospitais e ambulâncias, que já causaram pelo menos 10.000 mortes.

Enquanto Israel ataca a Faixa de Gaza também por terra, protegida por porta-aviões estadunidenses e duas fragatas italianas, as praças de todas as capitais ocidentais se enchem de manifestantes em solidariedade com os palestinos que não são freados pelas tentativas repressivas dos governos burgueses que revelam a verdade da sua "democracia".

O que impressiona é, sobretudo, o retorno das novas gerações às ruas. Jovens que não viveram nas últimas décadas as derrotas causadas e impostas em todo o mundo pelos líderes reformistas.

A história oculta

Há uma grande ausência em todos os debates sobre a Palestina: a história desse país e do seu povo.

Não é uma ausência casual nem simplesmente devido à ignorância (embora a maioria dos comentaristas dos meios de comunicação social sejam, sem dúvida, ignorantes). A razão é que, se for fornecida informação histórica básica, desmoronam todos os argumentos, tanto daqueles que estão do lado de Israel como daqueles que aparentemente estão do lado dos palestinos, mas com uma lista de *distinções*.

Ocultar a história é uma necessidade do imperialismo e dos seus seguidores reformistas, razão pela qual os textos históricos sérios sobre a Palestina são raros.

De particular interesse são os livros de Ilan Pappé[1], historiador, judeu nascido em Haifa (onde lecionou na universidade), que hoje vive exilado na Inglaterra, tendo tomado partido contra o sionismo.

Em *A Limpeza Étnica da Palestina*, Pappé, recorrendo a centenas de fontes, descreve detalhadamente como ocorreu a fundação de Israel em 1948, o que os palestinos chamam de Nakba ("catástrofe").

A destruição das aldeias e a expulsão dos habitantes palestinos tinha sido meticulosamente preparada já na década de 1930, catalogando cada aldeia e os sujeitos considerados potencialmente "rebeldes" (por te-

Jovens chilenos em apoio a Palestina. Foto: Rodrigo Garrido - Reuters.

rem participado nas lutas contra o ocupante britânico na revolta de 1936-1939). Este trabalho foi realizado pela Haganah, a principal entre as milícias sionistas, formada em 1920 (e apoiada pelo Irgun e pela Banda Stern).

A limpeza étnica da Palestina, a "desarabização", para usar o termo usado pelos sionistas, ocorreu segundo um plano preciso. Pappé relata a gênese da seguinte forma: «(…) em 10 de março de 1948 (…) um grupo de onze homens, veteranos líderes sionistas juntamente com jovens soldados judeus, deram o toque final ao plano para a limpeza étnica da Palestina. Nessa mesma tarde, as ordens foram transmitidas às unidades em campo (…) acompanhadas de uma descrição detalhada dos métodos a serem utilizados para a expulsão forçada da população: intimidação (…) assédio e bombardeio de cidades e centros habitados; incêndios de casas (…); expulsões; demolições (…). Cada unidade recebeu uma lista de cidades e bairros urbanos com objetivos do plano geral. Denominado em código Plano D (…). Depois de tomada a decisão, foram necessários seis meses para concluir a missão. Quando isto foi alcançado, mais de metade da população palestina original, quase 800.000 pessoas, tinha sido erradicada, 531 aldeias tinham sido destruídas e 11 bairros urbanos tinham sido esvaziados de habitantes"[2].

E é assim que Pappé descreve as operações de "limpeza étnica" numa destas aldeias, Deir Yassin, a leste de Jerusalém: "Quando invadiram a aldeia, os soldados judeus crivaram as casas com metralhadoras, matando muitos habitantes. Pessoas que ainda estavam vivas foram reunidas num só lugar e assassinadas a sangue frio, os seus corpos torturados, enquanto muitas mulheres foram estupradas e depois assassinadas"[3].

Ilan Pappé, filho de imigrantes judeus alemães, nasceu em Haifa em 1954, e é um importante historiador, professor da Universidade de Exeter, Inglaterra.

O mesmo foi feito em centenas de aldeias. Pappé relata dezenas de episódios semelhantes nas páginas de seu livro.

Não há dúvida então de que mesmo um conhecimento superficial da história palestina levaria ao uso do nome "terroristas", que ressoa em todos os debates referentes aos palestinos, para os sionistas. Israel é um "Estado" literalmente construído sobre o terror, com tiroteios, bombas, violações e tortura para aniquilar uma parte da população e assim induzir o resto a fugir.

Quatro falsificações

O mecanismo em que se baseia qualquer debate sobre a chamada "questão palestina" contempla, em regra, quatro passos: primeiro, a história das origens de Israel é eliminada no marco do projeto sionista; segundo, repete-se a ladainha de que Israel é o "único Estado democrático no Oriente Médio"; terceiro, consequentemente, o "direito de Israel de se defender" é invocado; em quarto lugar, é introduzido um paralelo com o Holocausto e se define como "antissemita". qualquer pessoa que, sendo antissionista, não reconheça o "direito de existir" de Israel.

Vejamos estes quatro falsos argumentos que o historiador (judeu antissionista) Ralph Schoenman definiu como "quatro falsos mitos"[4].

Primeiro, escondem a essência do projeto sionista

A história das origens de Israel é uma história sangrenta. O projeto do sionismo (corrente política que nasceu no final do século XIX)[5], desde as suas origens, era expulsar os palestinos para ocuparem suas terras. O slogan "uma terra sem povo para um povo sem terra" serviu precisamente para mascarar o fato de que um povo já vivia na Palestina há séculos: os palestinos.

Quando em novembro de 1947 a ONU, com o voto da URSS de Stalin (que também apoiava os sionistas enviando armas), dividiu a Palestina em duas, atribuindo 56% aos judeus (que possuíam aproximadamente 5% das terras), Ben Gurion (líder dos sionistas das décadas de 1920 a 1960) disse aos seus seguidores que

Benjamin Netanhayu e Joe Biden.

exigiam mais: o que é importante por agora é o reconhecimento formal de um Estado, o resto tomaremos com as armas.

É o início da limpeza étnica da Palestina. Para isso, em anos anteriores, como vimos, a Haganà recolheu informações sobre todo o território e etiquetou a milhares de seus habitantes.

Desde então, a extensão deste Estado artificial (proclamado em maio de 1948) nunca cessou. Ao roubo original de terras, legitimado pela ONU, juntaram-se outras terras com guerras e massacres: a guerra de maio de 48 ao início de 49 entre Israel e os países árabes (Egito, Jordânia, Síria); depois, a guerra dos "Seis Dias" de 1967, quando Israel também tomou posse da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental (além da Península do Sinai e das Colinas de Golã).

Foi assim que os palestinos foram expulsos e divididos: cerca de 2,3 milhões vivem em campos de concentração na Faixa de Gaza, rodeados por arame farpado. 3,5 milhões vivem na Cisjordânia, onde a Autoridade Nacional Palestina (ANP) de Abu Mazen colabora com as forças israelitas e só no ano passado, 150 palestinos foram assassinados. Outros dois milhões vivem sem direitos no território definido como "Israel" (que tem dez milhões de habitantes), que só reconhece plenos direitos àqueles que podem ostentar três gerações de ascendência judaica. Outros 6 milhões de palestinos vivem como refugiados no Líbano, na Jordânia, etc., sem possibilidade de retornar à terra de onde foram expulsos para dar lugar aos colonos judeus de todo o mundo. Colonos que, de acordo com leis específicas de Israel, estão autorizados a assumir as casas e terras daqueles que são definidos como "ausentes", ou seja, daqueles que foram expulsos.

O sionismo é um colonialismo particular: não procura explorar a população, mas sim aniquilá-la para tomar posse da terra.

Segundo, apresentam a Israel como «Estado democrático»

O refrão dos defensores de Israel é que este seria um "Estado democrático", o único no Oriente Médio.

Não dizem que é um Estado que se autoproclama "judeu", com base em mais de 60 leis raciais que distinguem entre cidadãos (judeus) e habitantes árabes ou de outras etnias. Apenas os primeiros gozam de plenos direitos, enquanto os restantes são discriminados em todas as áreas do trabalho e da sociedade. Ou seja, não dizem que se trata de um Estado confessional, teocrático, integralista (na vulgata ocidental, "integralistas" são islâmicos).

Além disso, nos "territórios ocupados" (Faixa de Gaza e Cisjordânia), este autoproclamado "Estado democrático" oprime cruelmente os palestinos: além da prisão, da tortura, da violação, há opressão econômica na Faixa de Gaza, formalmente não ocupada desde 2005, mas na realidade há vinte anos cercada e bombardeada periodicamente, privada de eletricidade e até de água. Segundo dados da ONU, 80% dos habitantes da Faixa de Gaza vivem em condições de pobreza extrema e 50% estão desempregados.

Terceiro, eles defendem o "direito de se defender" de Israel

Não só os comentaristas burgueses, mas também os dirigentes da esquerda reformista em todo o mundo, mesmo quando afirmam defender os direitos dos palestinos, são sempre rápidos a salientar que Israel "tem o direito de se defender". Tentam ignorar que se trata de um assentamento colonial, construído através da destruição de cidades e vilas que ali existiam há séculos. Desta forma, ignoram inclusive o seu direito internacional (burguês), que também reconhece que as populações dos países ocupados se oponham aos ocupantes. Além disso, para os reformistas apenas a dos Territórios é

considerada "ocupação", ao mesmo tempo que legitimam os assentamentos que ocupam grande parte da Palestina, já que foram construídos em 1947 com o selo oficial da ONU: assentamentos coloniais que hoje levam o nome de "Israel".

Quarto, eles equiparam o antissionismo e o antissemitismo

O *leitmotiv* mais difundido, contudo, é a equação entre antissionismo e antissemitismo. Em virtude desta falsificação, várias "*democracias*" ocidentais (nas últimas semanas França e Alemanha, por exemplo) tentaram proibir e reprimir manifestações pró-Palestinas. Mas a realidade é que existem dezenas de associações judaicas antissionistas que se mobilizam em todo o mundo. Para completar a acusação de antissemitismo, é também feita uma referência indevida ao Holocausto perpetrado pelos fascistas de Hitler (nazis). Mas mesmo neste caso têm que esconder o fato de que na realidade histórica (como bem documenta Schoenman) os sionistas se aliaram e realizaram comércio econômico, paradoxalmente, em diversas ocasiões, com os fascistas alemães e com Mussolini: vendo nas perseguições antissemitas na Europa, um estímulo à emigração que poderia favorecer o projeto sionista[6]. Não só isso, Schoenman demonstra como os sionistas foram silenciosamente cúmplices do próprio Holocausto, recusando-se a apoiar os judeus que pediam ajuda para organizar a resistência dentro e fora dos campos de extermínio de Hitler.

Por que o imperialismo apoia Israel

Alguns questionam-se por que é que os governos ocidentais, sem exceção, defendem Israel apesar dos massacres que tem levado a cabo. A razão é simples: Israel é o reduto do imperialismo no Oriente Médio. É graças a Israel que mantêm o controle militar de uma área crucial pelas suas riquezas naturais e localização geográfica.

É por isso que os Estados Unidos compensam todos os anos o déficit permanente de Israel com injeções de milhares de milhões de dólares.

A verdade é que Israel é uma gigantesca base militar imperialista, que produz e exporta principalmente armas e ferramentas de *inteligência* também utilizadas pelas forças policiais ocidentais para a repressão das lutas nos seus respectivos países.

Por que a esquerda reformista defende a miragem dos Dois Estados

Toda a esquerda reformista internacional defende o alegado direito de Israel existir e, portanto, de se defender. Os líderes do Syriza na Grécia, do Die Linke na Alemanha, etc.

David Ben Gurion foi o líder dos sionistas entre os anos 1920 e 1960. Defendia o reconhecimento formal de Israel e dizia que o resto iriam tomá-lo pelas armas.

Eles também reiteraram isso nos últimos dias, chegando ao ponto de expressar solidariedade… a Israel pelos ataques palestinos.

Esta posição está articulada na proposta miragem dos Dois Estados (Israel e Palestina) que deveriam coexistir na terra da Palestina.

Esta é a posição que, independentemente das nuances, a Rifondazione Comunista, Potere al Popolo, etc. partilham na Itália[7].

Às vezes, alguns (por exemplo, Pap) falam de um futuro "Estado multiétnico", mas isto é um jogo de palavras porque nunca é especificado onde e como poderia surgir se ao mesmo tempo se pretende defender a existência do estado colonial.

A fábula dos "Dois Estados" foi adoptada desde meados da década de 1980 pela componente majoritária da OLP, a Fatah (então liderada por Arafat). E depois foi oficializado com os Acordos de Oslo 1 e Oslo 2 (1993 e 1995) entre Arafat e Rabin. Estes acordos previam o estabelecimento da autonomia palestina (ANP) numa pequena parte do território da Palestina (partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza) em troca do reconhecimento de Israel pela OLP. Foi a capitulação definitiva da direção burguesa palestina e a renúncia ao programa original da OLP, um programa não socialista que, no entanto, previa a libertação de toda a Palestina histórica, "desde o rio (Jordão nda.) ao mar ".

A Solução de Dois Estados, muitas vezes apresentada como realista, é na verdade uma fraude flagrante, por diversas razões. Em primeiro lugar, admite na premissa o primeiro roubo de terras palestinianas, o de 1947, aceitando que uma pequena parte das suas terras seja reservada aos palestinos, além disso, sem continuidade territorial. Em segun-

do lugar, deixa implicitamente de lado a questão do direito de regresso dos refugiados: para onde poderiam realmente ir? Em terceiro lugar, ignora que o próprio Israel corroeu progressivamente a parte da Cisjordânia que deveria constituir o Estado Palestino, ocupando-a com 700.000 colonos que, defendidos pelo exército israelita e pela polícia colaboracionista de Abu Mazen, expulsam sistematicamente os palestinos.

Ouvimos frequentemente que esta política de Israel deriva do fato de existir um governo de extrema-direita, o de Netanyahu. Na realidade, durante os primeiros trinta anos de existência de Israel, houve continuamente governos liderados pelo Partido Trabalhista[8], alternando posteriormente com o Likud, e isso não fez qualquer diferença substancial, precisamente porque é o projeto sionista, independentemente da cor do governo no poder, prevê a ocupação de toda a Palestina. Foi o líder trabalhista Ben Gurion quem organizou a primeira limpeza étnica; e foi o trabalhista Rabin (vencedor do Prêmio Nobel da Paz…) quem ordenou aos soldados que destroçasse as mãos dos adolescentes palestinos que atiravam pedras aos soldados durante a primeira Intifada que eclodiu em 1987.

Então porque é que as direções reformistas acreditam na ficção dos "Dois Estados", rejeitada pela grande maioria dos palestinos? Por que aceita a definição de "territórios ocupados" com referência apenas aos anexados por Israel em 1967, quando todo Israel está construído em território ocupado?

A resposta supostamente realista dos dirigentes reformistas (emuladores involuntários de von Bismarck, não exatamente um modelo revolucionário) é que "a política é a arte do possível".

Onde o "possível" implica o reconhecimento do sistema capitalista (que criticam nos sermões dominicais), enquanto o horizonte não contempla revoluções, mas apenas eleições, não o domínio da maioria (os proletários), mas apenas mudanças de governo para gerir de uma forma "mais humana" este sistema bárbaro (no qual, ao mesmo tempo, não desdenham de ocupar qualquer cadeira ou banco).

Na Palestina, "o possível" se concilia na forma de um "apartheid" para os palestinos.

Tropas francesas na sua retirada da Argelia.

Para tornar uma perspectiva supostamente "realista" ainda mais implausível é a referência às Nações Unidas e ao enganoso "direito internacional": como se ambos não fossem contidos por interesses dominantes. Uma recordação ainda mais grotesca, tendo em conta que o Estado colonial foi batizado pela própria ONU e pela ONU defendido até hoje, apesar de votar periodicamente resoluções humanitárias que têm o mesmo efeito que bater no peito e rezar três Ave-Marias para punir-se dos pecados.

É preciso acrescentar também que os planos do imperialismo, segundo as últimas declarações de Biden, contemplam a possibilidade, uma vez terminada a carnificina israelita, de usar o manto da ONU (e os capacetes azuis) para ocupar a Faixa de Gaza; confiando-o finalmente a Abu Mazen, que já se tinha distinguido pelo seu zelo colaboracionista na Cisjordânia.

A ladainha sobre os civis

Há um ponto que as organizações reformistas têm em comum com a maioria daquelas que definimos como "centristas" (isto é, aquelas que oscilam entre a embalagem revolucionária e o conteúdo reformista): é a retórica sobre as "vítimas civis".

Dado que, como marxistas, distinguimos classes na humanidade, não civis de militares, e considerando que em Israel todos os civis (que são todos ocupantes ilegais) são periodicamente chamados às armas, ou vivem armados até os dentes como os colonos na Cisjordânia, a questão é que uma resistência popular, que não tem aviões, nem tanques, nem exército, não pode ater-se a um presunto código moral de combate na luta desigual com o ocupante.

Colônias de israelenses de origem russa em Cisjordânia.

É compreensível que a retórica sobre os civis seja parte integrante da propaganda pró-sionista dos meios de comunicação burgueses.

É menos compreensível que certos autoproclamados comunistas comecem cada discurso lamentando as "vítimas civis de ambos os lados".

Se algum dia quiséssemos aplicar um código de combate ideal, deveríamos condenar o assassinato de reféns (civis, incluindo o bispo Darboy) pela Comuna de Paris; ou a utilização de reféns pelos bolcheviques durante a guerra civil na Rússia; ou a resistência operária na Itália; ou a luta de libertação liderada pela FLN na Argélia, etc.

Damos estes exemplos não por acaso, pois são fatos reivindicados por organizações que se definem como "comunistas". Mas é evidentemente mais fácil defender o uso da força quando se trata de acontecimentos históricos distantes do que entrar em conflito com a opinião pública burguesa e defender hoje o direito dos palestinos de lutar contra as forças de ocupação *por todos os meios necessários*.

Trotsky, naquele magnífico panfleto que é *Moralistas e Bajuladores*[9], sugeriu aos ancestrais dos atuais reformistas e centristas que escrevessem um código moral da guerra civil, que proíba o uso de reféns, rifles e granadas de mão e bombardeios de civis. […] alertando, porém, que "enquanto este código permanecer inaceitável como regra de conduta para todos, opressores e oprimidos, as classes em luta tentarão obter a vitória por *qualquer meio*, enquanto os moralistas pequeno-burgueses (… permanecerão) prisioneiros da moral da classe dominante (…)». Santas palavras!

Os confusionistas que apagam a questão nacional

Alguns grupos que afirmam ser "internacionalistas", e até mesmo "marxistas" (isto é abertamente um mal-entendido), sustentam que a chave é unir o proletariado *israelita* e palestino contra as suas respectivas burguesias.

São os mesmos que, convencidos de aplicar um mandamento marxista, definem todas as guerras como imperialistas e não reconhecem (não levem a mal, Marx e Lenin) guerras *justas*, e por isso repetem diante de qualquer conflito que se trate de ter uma posição de derrotismo bilateral (é o que fazem, por exemplo, face à invasão russa da Ucrânia, recusando-se a apoiar a resistência ucraniana).

Na Itália temos uma rica amostra destes grupos, que negam a questão nacional, que dizem ter sido superada na era imperialista, assim como negam qualquer outra reivindicação democrática[10)]. Ou seja, eliminam a necessidade de um programa de transição que inclua questões democráticas para construir "uma ponte" entre a situação atual e a revolução[11].

É a posição expressa (com indubitável coerência) por vários grupos que descendem, direta ou indiretamente, do Bordighismo. (ainda que comparà-los com Bordiga é fazer um elogio).

São, voltando à definição irônica de Lenine, pessoas que não se levantam dos seus assentos até verem surgir uma revolução "pura"[12].

É a posição expressa (com indubitável coerência) por vários grupos que descendem, direta ou indiretamente, do bordighismo (embora comparálos com Bordiga seja elogiá-los).

Mas deve-se notar que uma variante semelhante também é encontrada em grupos que fazem referência ao trotskismo. É o caso do SCR e da IMT que, no que respeita à questão palestina, embora tomem o lado dos palestinos (ao contrário do que fazem com a resistência ucraniana), saltam de pés juntos a questão nacional e parecem considerar Israel como qualquer estado capitalista, em vez de uma entidade colonial; contrastam a exigência democrática de autodeterminação com a exigência socialista (a expropriação da burguesia), emitindo a solução da questão nacional ao socialismo. Diferente dos bordigistas, utilizam argumentos menos impopulares nas mobilizações que se manifestam pela Palesti-

Vladimir Ilich Lenin.

na. Argumentos que, além disso, coincidentemente têm a vantagem de não impedir uma acomodação com os reformistas, que não querem ouvir falar da destruição do Estado de Israel. Assim, o SCR prefere falar de "desintegração de Israel do ponto de vista de classe"[13].

Por trás da aparente radicalidade "classista" desta posição esconde-se o vazio típico dos sectários ou (e este é o caso do SCR) do oportunismo, como Lenin já demonstrou há cem anos na sua polêmica com posições semelhantes de Bukharin[14]. O sectarismo e o oportunismo são frequentemente duas faces da mesma moeda.

No caso em questão, não se considera que o Estado israelita é um Estado *sui generis* com um proletariado *sui generis*, composto por colonos: e como colonos, devem ser considerados não só os procedentes da Cisjordânia, mas também aqueles que vivem dentro das fronteiras de Israel gozando do estatuto de cidadãos únicos, com privilégios sancionados por leis raciais que defendem uma superioridade étnica dos judeus com relação aos árabes, e que, sobretudo, vivem nas terras e casas que foram expropriadas dos palestinos.

Se, em nome de uma alegada análise de "classe", isto não for levado em conta, não fica nítido por que razão (exceto em casos isolados) todas as mobilizações do proletariado judeu de Israel, incluindo as mais recentes contra Netanyahu, são impulsionadas com exigências contra medidas governamentais independentes, mas que nunca põem em causa a existência de Israel.

Portanto, falar de uma perspectiva de coexistência entre israelitas e palestinos significa, em geral, ter ideias confusas sobre a questão nacional e sobre a abordagem marxista da mesma.

Significa, em particular, ignorar a necessária destruição de Israel, um Estado colonial que sobrevive não só com a exploração "normal" dos proletários, mas como uma base militar financiada pelo imperialismo.

A necessidade de outra direção

A nossa posição – e a posição histórica do trotskismo original – baseia-se na rejeição da divisão da ONU em 1947 e, portanto, apoiamos o objetivo da destruição de Israel como um passo inevitável para a futura convivência da maioria palestina (incluindo os milhões de refugiados) com uma minoria judaica não-sionista (e portanto não-israelense) numa Palestina não-racista e única: do Jordão ao mar.

Obviamente, não se trata de dividir o processo em etapas, mas de incluir a questão nacional palestina num programa transitório cujo resultado seja a revolução e a construção de Estados socialistas no Oriente Médio. Para conseguir tudo isto, é necessário apoiar não uma pacificação, como querem os reformistas, mas uma extensão do conflito que envolva todo o proletariado árabe, com o apoio ativo do movimento operário e juvenil dos países imperialistas. Praças e ruas de todo o mundo mostraram nas últimas semanas que isto não é um sonho. É claro que o desenvolvimento do movimento dependerá em grande parte da intervenção coerente dos revolucionários.

Portanto, é necessária a construção de outra direção revolucionária do movimento operário internacional e na Palestina[15]. Mas a construção desta nova direção não pode ocorrer no vazio. Envolve o apoio incondicional à resistência palestina e participação na luta para expulsar os sionistas daquela terra que hoje é indicada nos mapas geográficos como "Israel".

(7 de novembro de 2023)

[1] Entre os numerosos livros de Ilan Pappé traduzidos para o italiano destacamos em particular: La pulizia etnica della Palestina [A limpeza étnica da Palestina], 2006, ed. isto. Fazi, 2008; La prigione più grande del mondo [A maior prisão do mundo], 2017, Fazi, 2022; 10 miti su Israele [10 mitos sobre Israel], 2017, Nova edição, 2022; e uma gigantesca Storia della Palestina moderna [História da Palestina Moderna], 2003, Einaudi,

[2] I. Pappé, *A limpeza étnica da Palestina*, pp. 4-5.

[3] I. Pappé, ibid, p. 117.

[4] R. Schoenman, The Hidden History of Zionism, [La historia oculta del sionismo] 1988: há traduções em vários idiomas (também disponíveis em pdf na Internet), mas não em italiano.

[5] Qualquer pessoa que queira aprofundar as origens e a história do sionismo pode achar útil: N. Weinstock, Storia del sionismo [História do Sionismo], 1969, Massari editore, 2006 e A. Léon, Il marxismo e la questione ebraica [Marxismo e a Questão Judaica], 1946, Samonà e Savelli, 1972. León, um judeu polonês, líder da Quarta Internacional, morreu quando tinha apenas 26 anos no campo de concentração de Auschwitz. Destacamos também uma importante pesquisa de Shlomo Sand, L'invenzione del popolo ebraico [A invenção do povo judeu], Rizzoli, 2010.

[6] R. Schoenman, *op. cit.*

[7] Sobre as posições da Rifondazione Comunista, ver resolução aprovada pelo Comitê Político Nacional (26 de outubro de 2023) http://www.rifondazione.it/primapagina/?p=54636
A posição de Potere al Popolo é expressa em "Che succederà adesso in Palestine e che dobbiamo fare noi" ["O que acontecerá agora na Palestina e o que devemos fazer"] (18 de outubro de 2023) https://poterealpopolo.org/ palestina- cosa-dobbiamo-fare/ em que Pap exige que Israel se retire "retornando às fronteiras de 1967" e que os acordos de Oslo sejam respeitados.

[8] De 1948 a 1967, em Israel, o governo foi presidido sem interrupção pelo Partido Trabalhista (Ben Gurion, Golda Meir, Yitzhak Rabin); depois, até 1984, pelo Likud (conservadores, com Menachem Begin e Yitzhak Shamir); depois, alternando entre um e outro, e, de 2009 até hoje, salvo breves períodos, por Benjamin Netanyahu (Likud).

[9] L. Trotsky, Moralisti e sicofanti contro il marxismo [Moralistas e bajuladores contra o marxismo], 1939, https://www.marxists.org/italiano/trotsky/1939/6/moralisti.htm

[10] É a posição clássica de "ultraesquerda" com a qual tanto Lênin como Trotsky polemizaram. Este último, por exemplo, escreveu: «O direito à autodeterminação nacional é naturalmente um princípio democrático e não socialista. Mas os princípios autenticamente democráticos são sustentados e realizados no nosso tempo apenas pelo proletariado revolucionário: é também por esta razão que estão tão intimamente entrelaçados com os objetivos socialistas" (tradução nossa). In: «A independência da Ucrânia e os sectários confusos», 1939, https://www.marxists.org/italiano/trotsky/1939/7/indUcraina.htm

[11] L. Trotsky, Programma di transizione [Programa de Transição], 1938, Massari editore, 2008. Aqui (pp. 126-127) Trotsky escreve: «Os sectários só veem duas cores: vermelho e preto. Assim, para não caírem eles próprios em tentação, simplificam a realidade. Recusam-se a distinguir entre os dois lados da guerra civil em Espanha devido ao fato de ambos os lados terem um carácter burguês. Pela mesma razão, acreditam que é necessário permanecer "neutro" na guerra entre o Japão e a China. (…) Estes políticos estéreis normalmente não precisam de uma ponte sob a forma de exigências transitórias porque não têm intenção de passar para o outro lado. Eles simplesmente saltam sem se mover, auto-indulgentes na repetição contínua das mesmas abstrações vazias. Os acontecimentos políticos são para eles uma ocasião para fazer comentários, não para agir" (tradução nossa).

[12] V. I. Lenin, "Resultados da discussão sobre a autodeterminação", 1916, em Obras Completas. Aqui Lenin zomba daqueles que acreditam que "de um lado um exército se alinha e diz: "Somos pelo socialismo", do outro lado, outro exército se alinha e diz: "Somos pelo imperialismo", e esta será a revolução social (…) um ponto de vista pedante e ridículo (…). Qualquer um que espere uma revolução social "pura" nunca a verá. É um revolucionário de palavras que não entende a verdadeira revolução" (tradução nossa).

[13] Ver a declaração da IMT (da qual o SCR é a secção italiana): «Chega de hipocrisia! Defender Gaza" (11 de outubro de 2023), em: https://www.rivoluzione.red/basta-ipocrisia-difendere-gaza-la-dichiarazione-della-tmi/ e que diz: "Em última análise, só a criação de uma frente unida entre o povo palestino e a classe trabalhadora e os sectores progressistas da sociedade israelita criará a possibilidade de dividir o Estado israelita em linhas de classe, abrindo o caminho para uma democracia duradoura e democrática para a questão palestina".

[14] A polêmica de Lenin com Bukharin (e Radek, Piatakov e outros), que sustentava que a questão da autodeterminação dos povos já não estava na ordem do dia na era imperialista e, de fato, deveria ser rejeitada como inalcançável ou reacionário, está contido em alguns textos de 1916, em particular ver: "Resposta a Kievsky" [também conhecido como Piatakov, sd.], "Em torno de uma caricatura do marxismo" e "Sobre a tendência nascente do economismo imperialista". Todos os três, contidos no volume 23 das Obras Completas, Editori Riuniti, 1966, pp. 9-74.

[15] Pretendemos dedicar um artigo futuro à análise das ldireções históricas e atuais dos palestinos: partindo da OLP e dos seus vários componentes, até chegar às forças que lideraram a acção de 7 de outubro, incluindo não só o Hamas, mas também a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e outros grupos.

Nossos acordos e diferenças com o Hamas

A partir de sua ação militar de 7 de outubro passado contra centros militares israelenses, a organização palestina Hamas é o centro de atenção da mídia internacional, muitas das quais o acusam (como o governo de Benjamin Netanyahu) de realizar um "terrorismo cruel" como justificativa para atacá-lo, assim como à população da Faixa de Gaza que esta organização governa. O que é a organização Hamas? Por que a defendemos destes ataques? Quais são nossos acordos e diferenças com ela?

ALEJANDRO ITURBE

Hamás significa "fervor" em árabe e surge do acrônimo de Movimento de Resistência Islâmica. Esta organização foi fundada em 1987 como uma cisão da Irmandade Muçulmana do Egito para se construir no interior do povo palestino. Sua estrutura organizativa estava formada por um braço político, um dedicado à assistência social e, desde 1992, um braço militar: Brigadas de al-Qassam

Pertence ao setor sunita do islamismo e, em sua carta de princípios (aprovada em 1988), reivindica o Corão como sua base ideológica e política e a Jihad como "caminho" (uma palavra que denomina o "esforço" para defender os preceitos do Corão e que, em determinados contextos, se utiliza no sentido de "guerra"). Nessa mesma "carta" coloca que seu objetivo político é: *"O estabelecimento de um Estado islâmico palestino em todo o território do antigo Mandato Britânico da Palestina"*[1]. Na medida em que o Estado de Israel se apropriou de mais de 70% desse território (expulsando os palestinos) e mantém o resto sob ocupação militar, este objetivo estratégico implica a destruição do Estado de Israel e o "caminho da Jihad" toma o conteúdo de guerra contra ele.

A fundação do Hamas, e de organizações similares em outros países árabes e muçulmanos (como Hezbolá no Líbano, em 1982), deve ser entendida no contexto em que ocorreu. Em primeiro lugar, o processo da Revolução Iraniana de 1979, que derrubou um regime títere do imperialismo ianque, acabou consolidando o regime islâmico dos ayatolás[2]. Em um contexto em que o imperialismo o atacava e este regime o enfrentava, foi se transformando em uma referência para muitos lutadores árabes e muçulmanos.

Em segundo lugar, em fins de 1987, nos territórios palestinos ocupados acontece a [Primeira] Intifada, a heroica rebelião

da juventude palestina que enfrentou com pedras e estilingues os soldados israelenses fortemente armados, e gerou uma profunda crise no moral destes soldados. A fundação do O Hamas foi então uma resposta política ao clima de agitação que se vivia nos territórios ocupados.
Em terceiro lugar, no contexto do processo que levou à Intifada, a Organização para a Libertação da Palestina (de caráter laico, e que até aquele momento era a direção indiscutível do povo palestino) já havia iniciado o caminho de traição que a levaria aos acordos de Oslo e à sua transformação em um agente colonial da ocupação israelense em Gaza e Cisjordânia[3]. Um caminho de traição que já havia sido percorrido por vários regimes e governos árabes "laicos", como o do Egito que, em 1978, assinou os Acordos de Camp David com Israel e o imperialismo estadunidense, reconhecendo a "legitimidade" deste Estado e acordando a "paz" com ele[4].

O crescimento da influência do Hamas

Em abril de 1994, o Hamas realiza seu primeiro atentado suicida na cidade israelense de Hedera, seguido por outros. Além da perseguição do exército e das forças repressivas israelenses, a Autoridade Nacional Palestina (ANP) condena as "operações terroristas" do Hamas e detém aproximadamente 140 supostos membros desta organização.
À medida que a ANP e Al Fatah (a principal organização política da extinta OLP) haviam abandonado a luta pela recuperação do território palestino e agiam como agentes coloniais de Israel, O Hamas aparecia cada vez mais como uma organização que mantinha a luta por essa aspiração do povo palestino. Seu prestígio e influência foram crescendo entre os palestinos, em especial nos habitantes da Faixa de Gaza que viviam nas piores condições de sobrevivência.
Em 2000 ocorre a [Segunda] Intifada, uma nova rebelião da juventude palestina contra a ocupação. Foi a consequência da comprovação de que a criação da ANP não conduzia a um processo de soberania palestina nos territórios (na perspectiva da existência de "dois Estados') como diziam a ANP e al-Fatah[5]. Só servia para a política de Israel de expulsar os palestinos de seus bairros em Jerusalém e de avançar na apropriação de terras agrárias na Cisjordânia para entregá-las aos colonos judeus de origem russa. Em seu conteúdo profundo, esta rebelião não só enfrentava Israel, mas também a política e o papel da ANP-Fatah.
Em 2004, o Hamas começou a deixar de lado a palavra "islâmico" na formulação pública de seu objetivo estratégico e o expressava como *"O estabelecimento de um Estado palestino em todo o território do antigo Mandato Britânico da Palestina"*. Uma política que afrontava nitidamente com a "rendição" de al-Fatah e da ANP.

Hamas vence nas eleições da ANP, em 2006.

O Hamas e o governo de Gaza

Por isso, não surpreende que, em 2006, em sua primeira participação nas eleições para o Conselho Legislativo Palestino (organismo da ANP com sede em Ramalá, Cisjordânia), O Hamas obtivesse uma vitória esmagadora: ganha 76 cadeiras e al-Fatah 43 cadeiras, uma nítida maioria para formar o governo da ANP.
Ante essa situação, Mahmoud Abbas, membro de al-Fatah e presidente da ANP, ignora o resultado das eleições e a vitória do Hamas, se autoproclama a única autoridade palestina e mantém o controle das instituições centrais da ANP na Cisjordânia. É apoiado por Israel e pelas potências imperialistas, que o reconhecem.
Ao tentar tomar o controle de Gaza, ocorrem enfrentamentos entre as forças do Hamas e as de Mahmoud Abbas que terminam com a vitória do Hamas, que se instala como governo legítimo desse território. Nesse momento, a LIT-QI caracterizou que a Faixa de Gaza havia se convertido no único território palestino independente de Israel e o governo do Hamas era a expressão política e militar disso.
Esta independência da Faixa de Gaza é inaceitável para o Estado sionista, que precisa acabar com ela. Por isso, quer que sua população se renda, isolando-a, bloqueando sua economia e, permanentemente, com bombardeios que destroem sua infraestrutura sanitária e os suprimentos básicos de água e eletricidade.
Por isso, quando Israel ataca o Hamas não o faz porque seja "terrorista" ou "islâmico" (questões que abordaremos neste mesmo artigo) mas como parte do ataque ao caráter independente da Faixa de Gaza e a busca de rendição de seus habitantes. Porque o Hamas, apesar de suas fortes contradições, com seu enfoque político e suas ações, mantém esse caráter, diferente da ANP-al-Fatah na Cisjordânia.

Por isso, não "condenamos" as ações do Hamas contra Israel e defendemos esta organização dos ataques do estado sionista, do imperialismo e de seus muitos governos cúmplices no mundo.
Estamos no mesmo "campo militar" da luta contra Israel e, por isso, fazemos atos conjuntos em diversos países do mundo que expressam esta unidade de ação. Isso é parte da defesa do povo palestino e de sua luta contra Israel, e imprescindível na situação atual.

Nossos debates com o Hamas

Em todos estes anos em numerosos artigos, a LIT-QI expressou que, com a formulação do objetivo estratégico de sua Carta de Princípios, por um lado, temos um acordo: a necessidade de destruir Israel para libertar o território palestino e construir nele um Estado palestino.
Por outro lado, temos uma profunda diferença: enquanto o Hamas propunha construir um "Estado palestino islâmico", a proposta da LIT-QI foi, desde sua própria fundação, "Por uma Palestina Livre, Laica e Não Racista", que era o eixo central do programa fundacional da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) em 1964, e que a OLP começava a abandonar para "enterrá-la" definitivamente com os acordos de Oslo em 1993 e com a formação da ANP[6].

Não se trata de uma "discussão sobre religião": respeitamos as convicções religiosas de centenas de milhões de pessoas que professam a religião muçulmana e orientam suas vidas de acordo com os preceitos do Corão. Certamente, muitos palestinos o fazem. O que dizemos é que, naqueles casos em que foram construídos "Estados islâmicos" (baseados em uma interpretação "fundamentalista" do Corão), estes se transformaram em duríssimas ditaduras, sem nenhuma democracia para os trabalhadores e o povo, com uma opressão extrema às mulheres e uma duríssima repressão à homossexualidade.
É o caso do regime iraniano dos aiatolás, contra o qual explodiram fortes rebeliões[7]. E também o do Talibã no Afeganistão. Vimos que o Hamas foi deixando de lado a formulação de "Estado islâmico" e adotando uma forma mais neutra. Entretanto, se analisarmos o caráter de seu governo na Faixa de Gaza, vemos que, ao mesmo tempo que o mantém como um território independente de Israel, também tem um caráter ditatorial, sem nenhuma democracia para os trabalhadores e o povo de Gaza.
Da mesma forma, esta visão de um futuro Estado palestino laico faz parte da tradição política e cultural do povo palestino. Soraya Misleh, em uma recente transmissão ao vivo da LIT-QI, relatou que seu pai, já falecido (que se reivindicava muçulmano e havia sido expulso de sua terra junto com sua família, em 1948), sempre contava que, durante a época do Mandato Britânico, os palestinos coexistiam em paz e tolerância com as minorias judaicas e cristãs, e com aqueles que não professavam nenhuma religião.

O caráter de classe do Hamas e seu programa

O debate político com o Hamas é muito mais profundo. O Hamas é uma organização que se propôs a liderar a luta pela libertação do povo palestino contra Israel, ante Israel. Isso fez com que desempenhasse um papel progressivo nessa luta e inclusive que chegasse ao governo da Faixa de Gaza e o mantivesse como o único território palestino não controlado por Israel.
Entretanto, ao mesmo tempo, dada sua origem e seu caráter de classe, sua concepção política e seu programa, as aspirações da direção do Hamas no Estado palestino que quer construir (o que seria uma vitória extraordinária se alcançado) não são as de avançar para a construção do socialismo nem estender a luta revolucionária contra o capitalismo, o imperialismo e seus governos títeres para o conjunto dos países árabes e muçulmanos (menos ainda para o mundo).
Tal como outros movimentos com características, concepções e programas similares que lideraram lutas pela libertação de seus povos, seu máximo objetivo é alcançar uma base territorial onde possa desenvolver-se como burguesia e ser aceita mundialmente como tal.
Foi o que aconteceu com a FLN-Frente de Libertação Nacional- argelina (com uma linguagem muito mais laica e de "esquerda") que, depois de expulsar os colonos franceses e alcançar a independência do país, "congelou" o processo de luta, mantendo-o isolado, e construiu um Estado burguês e uma economia capitalista. Grande parte da direção e dos altos quadros da FLN conseguiram se converter em uma burguesia nacional argelina, mas o caminho escolhido levou, inevitavelmente, a que a Argélia voltasse a uma situação de submissão ao imperialismo francês.[8]

Algo semelhante está ocorrendo com o governo do Talibã no Afeganistão. Depois de ter liderado a vitoriosa guerra pela libertação do país contra a ocupação do imperialismo estadunidense e seus aliados europeus, este governo "congelou" o processo e promove um desenvolvimento capitalista apelando aos *"investimentos estrangeiros"*, em especial no setor da mineração, oferecendo-lhes grandes vantagens para isso[9].

O Hamas abandona seu programa de destruir Israel

Depois de alcançar o domínio e o governo da Faixa de Gaza, este caráter de classe do seu programa e dos seus objetivos colocou o Hamas em uma disjuntiva: colocar essa vitória a serviço de destruir Israel e recuperar todo o território palestino ou entrar no caminho do reconhecimento de Israel e de sua usurpação mediante uma política de negociações na estratégia dos "dois Estados", que a OLP e Al Fatah[10] já haviam percorrido até o final.

Em 2017, o Hamas modificou sua carta de princípios e neste novo documento programático aceitou a ideia de um *"estado palestino dentro das fronteiras de 1967"*. Ou seja, aceitou os "dois estados" e a coexistência com Israel que antes rejeitava, embora o posicione como uma *"transição para a libertação de toda Palestina"*[11].

Como consequência desta profunda mudança, nesse mesmo ano, *"O Hamas anuncia que dissolverá o Comitê Administrativo de Gaza, o que permitirá que um governo de unidade palestino trabalhe em seu lugar e avance para as eleições gerais". Neste marco, "assinou um acordo de unidade com Fatah através do qual o Hamas devolve o controle das passagens fronteiriças de Gaza, com Israel e Egito, ao Governo Autônomo Palestino"*[12].

Em outras palavras, em função de ser aceito em uma mesa de negociação com Israel e o imperialismo pelos "dois Estados", O Hamas abandonava sua proposta programática de destruir Israel e sua disputa pela direção do povo palestino contra a ANP-Fatah, aos quais entregava a condução do processo.

O grande obstáculo que o Hamas enfrentou nesse giro é que Israel e o imperialismo não aceitaram que se sentasse à mesa de negociações, nem sequer com essa mudança. A desculpa é que é uma "organização terrorista". Em vários artigos, debatemos contra esta falsa acusação[13]. Nossas críticas e debates com o Hamas não são pelas suas ações militares, que consideramos um método válido e inclusive necessário na luta pela libertação do povo palestino contra Israel, mais ainda nas condições de desigualdade de forças existente.

A verdade é que Israel e o imperialismo querem fazer o Hamas (e a população da Faixa de Gaza em seu conjunto) "pagar caro" pela "ousadia" de ter-se mantido como o único território palestino não submetido a Israel. Por isso o cercou, buscou sufocar qualquer possibilidade de atividade econômica, e a bombardeou permanentemente para destruir sua infraestrutura sanitária. Agora, inclusive, quer expulsar a metade da população palestina do território. Sobre o Hamas, especificamente, ao sionismo e ao imperialismo não é suficiente fazê-lo capitular, querem destruir esta organização pela "ousadia" de continuar, mesmo que parcialmente, a luta contra Israel.

Nestas condições, o Hamas deteve o caminho da capitulação que havia iniciado e, para defender-se, teve que continuar e inclusive aprofundar suas ações militares. Ao que Israel responde com uma política ainda mais agressiva e de "limpeza étnica" contra o povo palestino e a Faixa de Gaza.

Algumas considerações finais

Dissemos que não "condenamos" as ações do Hamas e que defendemos esta organização dos ataques de Israel e do imperialismo, como parte do apoio incondicional à luta do povo palestino contra o sionismo opressor. Por isso, fazemos unidade de ação com esta organização sobre esses pontos. Essa é hoje a tarefa principal que a LIT-QI impulsiona em relação à Palestina.

Nesse marco, debatemos e criticamos a concepção estratégica de sua fundação e seus objetivos políticos. Não por sectarismo nem "rigidez dogmática marxista", mas porque, tal como aconteceu, essa concepção o levaria a entrar em um caminho de capitulação. Inclusive quando esse caminho foi freado e o Hamas voltou a lutar, esses objetivos o levam a ter uma política internacional que não ajuda a avançar na perspectiva estratégica de destruir Israel e recuperar todo o território palestino.

A destruição do Estado de Israel e a recuperação do território palestino para seu povo só podem ser alcançadas através de uma guerra levada até o final. Nesta guerra, se for considerar isoladamente a correlação de forças no território do velho Mandato Palestino, temos

Área central da cidade de Gaza antes da sua destruição (Shuterstock).

plena consciência de que a superioridade militar israelense sobre a resistência palestina é imensa. Vista nesse marco limitado, a possibilidade de uma vitória militar para o povo palestino parece impossível.

Para derrotar militarmente Israel e destruí-lo, é necessário que seja atacado de fora "por todos os lados". Ou seja, da fronteira dos países árabes limítrofes (Egito, Líbano, Síria e Jordânia) com o apoio do conjunto dos povos árabes e muçulmanos. A resistência militar palestina deve ser uma "faísca" que acenda a luta revolucionária e militar dos povos árabes contra Israel[14]. Para desenvolver esta luta revolucionária regional, é necessário avançar também numa luta contra os regimes e governos que, como os do Egito e da Jordânia, reconheceram Israel e assinaram a "paz".

Mahmoud Abbas, presidente da ANP e Khaled Meshaal, principal dirigente do Hamas. Foto: Mohamed al Haus/ Reuters.

A política internacional do Hamas não tem esse objetivo. Sua principal relação e apoio internacional é com o regime iraniano dos aiatolás que joga seu "próprio jogo" para alcançar um lugar à mesa da ordem mundial. Mantém relações estreitas e solidárias com Hezbolá que, depois de derrotar a invasão israelense no Líbano, em 2006, mantém uma situação de tensão militar permanente na fronteira. Mas o eixo central de sua política tem sido ser o principal apoio do regime burguês libanês.

A respeito dos regimes da Jordânia e especialmente do Egito, a política do Hamas tem sido de "coexistência pacífica". Temos consciência de que, nas duríssimas condições em que o conjunto do povo palestino vive, isto pode ter sido imposto como uma necessidade: na Jordânia vivem 3 milhões de refugiados palestinos, e a fronteira sul da Faixa de Gaza com o Egito, no marco de seu bloqueio por parte de Israel, é a única porta pela qual pode entrar ajuda de suprimentos e alimentos. Nesse momento, seria a única saída possível para o milhão de palestinos que Israel quer expulsar da Faixa de Gaza.

Mas uma coisa é entender esta necessidade e outra "fazer dela uma virtude" e abandonar a estratégia de "incendiar" a região com um processo revolucionário, a única política que pode chegar a derrotar Israel e destruir este Estado.

Gaza após os bombardeios israelenses.

[1] «O hamas Charter». MidEastWeb. 18 de agosto de 1988.
[2] https://litci.org/pt/2019/02/26/revolucao-iraniana-a-luta-pelo-poder-apos-a-revolucao/
[3] https://litci.org/pt/2022/09/17/oslo-a-paz-dos-cemiterios-para-a-continua-nakba/
[4] https://www.dw.com/es/los-acuerdos-de-camp-david-cumplen-40-a%C3%B1os-c%C3%B3mo-israel-y-egipto-firmaron-la-paz/a-45514394
[5] https://litci.org/pt/2023/07/10/palestina-sobre-a-falsa-solucao-dos-dois-estados/
[6] Ver, por exemplo, N. Moreno (1982): Polémica sobre Medio Oriente. (marxists.org)
[7] https://litci.org/pt/2023/01/08/os-protestos-iranianos-continuarao-em-2023/
[8] La Independencia de Argelia – Liga Internacional de los Trabajadores (litci.org)
[9] El Talibán dice que ha firmado contratos mineros por valor de $6.500 millones en Afganistán | AP News
[10] Neste sentido, ver o artigo de 2006: O hamas en la disyuntiva – Liga Internacional de los Trabajadores (litci.org)
[11] «O hamas accepts Palestinian state with 1967 borders». Al-Jazeera. 2 de mayo de 2017.
[12] https://cnnespanol.cnn.com/2023/10/11/que-es-o hamas-israel-gaza-movimiento-politico-islamista-trax/
[13] Ver por exemplo: https://litci.org/pt/2023/10/14/nao-e-terrorismo-e-resistencia-contra-uma-guerra-diaria-promovida-por-israel/
Sobre os atentados do Hamas contra civieis israeenses - Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)
[14] *A "questão palestina": ponto central da revolução árabe – Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)*

Debate com Gilbert Achcar sobre a Palestina

Pedras contra tanques e mísseis?

O processo que a Palestina está vivendo (as ações do Hamas contra a população civil israelense e a resposta genocida do governo de Netanyahu contra a população da Faixa de Gaza) continua gerando posicionamentos de diversos setores da esquerda mundial. É o caso de um recente artigo publicado por Gilbert Achcar[1]. No marco de uma posição básica comum (estamos do lado do povo palestino em sua luta contra Israel), queremos debater algumas definições que Achcar expõe e, fundamentalmente, com a proposta que, como conclusão, faz ao povo palestino para avançar em sua luta.

ALEJANDRO ITURBE

Gilbert Achcar é um professor universitário de origem libanesa radicado na França. É a principal referência do Birô Político da IV Internacional (nome atual da organização conhecida no passado como SU-Secretariado Unificado da IV Internacional).

Em sua declaração oficial, esta organização define: *"Estamos com o povo palestino em sua contínua resistência contra o colonialismo israelense e sua luta pela autodeterminação"*. Nesse marco, destaca: *"Não compartilhamos a estratégia e as táticas do Hamas porque este caminho não pode colocar um fim à ocupação, que é a única forma de acabar com a violência"*. O caminho para *"O fim da ocupação só é possível mediante a resistência coletiva das massas palestinas, junto com os ativistas contra a guerra no Estado de Israel, e com o apoio de seus aliados internacionais"*[2].

A LIT-QI também debateu em diversos artigos a estratégia do Hamas (a construção de um Estado islâmico burguês na Palestina recuperada). Frente a esta proposta, levantamos a consigna "Por uma Palestina Laica, Democrática e não Racista" (do "rio [Jordão] ao mar" [Mediterrâneo], como agora o povo palestino a expressa).

Era o eixo central do programa fundacional da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) em 1964, e que a OLP foi abandonando para "enterrá-la" definitivamente com os acordos de Oslo, em 1993. Esta consigna implica imprescindivelmente a destruição do Estado de Israel.

Ao mesmo tempo, além de ser o objetivo pelo qual o povo palestino luta, a LIT-QI e o morenismo sempre a consideraram uma consigna de transição para a revolução operária e socialista na Palestina e Oriente Médio[3].

O impacto das ações do Hamas sobre a sociedade israelense

O SU e Achcar não abordam a questão a partir da visão da "moral pacifista burguesa" como o fez o deputado do PSOL brasileiro Guilherme Boulos: as ações militares contra a população civil devem ser condenadas como "princípio" nesta luta, sejam elas feitas pelo opressor israelense ou pelo oprimido palestino[4].

Pelo contrário, em seu artigo, Achcar considera a ação do Hamas como ***"uma façanha** espetacular" que "lembrou sua vulnerabilidade […] ao Estado e à população israelense…"*.

Esse "lembrete" de "vulnerabilidade" é um golpe muito duro para a sociedade israelense que está acostumada a exercer impunemente sua opressão sobre o povo palestino. E impacta sobre essa sociedade israelense. Por um lado, imigrantes judeus de camadas mais recentes estão abandonando Israel e voltando aos seus países[5]. Por outro, agrava as contradições já existentes na sociedade israelense sobre a política em relação ao "problema palestino": se o genocídio que o governo de Netanyahu sobre a Faixa de Gaza está levando adiante ou uma negociação em direção aos "dois Estados"[6].

Em uma entrevista muito interessante, Arlene Clemesha (professora de história árabe da Universidade de São Paulo, Brasil) se refere a ambos aspectos[7]: *"O*

Arlene Clemensha.

temor pelo futuro e pela própria vida que os israelenses sentem, é uma das novidades que os ataques realizados pelo Hamas trouxeram". Neste sentido, destaca que *"As colônias [israelenses] estão sendo evacuadas, dezenas de colonos estão saindo…Esta evacuação tem a ver com o medo dos colonos [imigrantes judeus de origem russa…]"*. Isto se combina com o fato de que "Tomou Israel em um momento de fragilidade, relativa é evidente, da coalizão que governa o país". A conclusão é que "Israel nunca esteve tão pressionado e encurralado" e que a situação "pode significar a derrota política definitiva de Netanyahu".

Ao mesmo tempo, Clemesha considera que *"a grande maioria da população (palestina) está a favor de soluções pacíficas, as pessoas não querem perder seus filhos e familiares. Entretanto, se você perguntar e caminhar hoje pelas ruas da Palestina ou em Jerusalém oriental, anexada e ocupada, o estado de espírito dos palestinos é de apoio ao que aconteceu"*.

Uma "guinada"

Ou seja, inclusive considerando que a ação do Hamas foi usada como desculpa pelo governo de Netanyahu para lançar uma ação genocida sobre a Faixa de Gaza (na realidade um salto em uma política que já vinha implementando há anos), pode se avaliar que o resultado desta ação do Hamas foi politicamente positivo para os palestinos. Erodiu a sensação de impunidade da população israelense ocupante e agravou a crise política do governo de Netanyahu e do Estado de Israel em geral, bem como é apoiada pelo povo palestino e levanta seu ânimo para a luta contra Israel.

Apesar disso, Achcar termina tirando a conclusão de que o resultado final da ação do Hamas é negativo e, portanto, trata-se de um *"método de luta" equivocado: é "muito duvidoso que ajude a fazer avançar a causa palestina…"*, e haverá *"um custo enormemente desproporcional para as e os palestinos" já que "o resultado da atual ofensiva de Israel contra gaza será, sem dúvida, devastador"*.

Além disso, em contraposição à análise de Arlene Clemesha que citamos, Achcar considera que *"a contraofensiva do Hamas, de outubro, já conseguiu reunificar uma sociedade e um sistema político israelense que antes estava profundamente dividido, e permitirá a Benjamin Netanyahu colocar em prática seus planos mais loucos…"*.

Sua conclusão é que *"a mera ideia de que uma operação assim, por mais espetacular que seja, possa obter a vitória só pode provir do pensamento ilusório do tipo religioso, característico de um movimento fundamentalista como o Hamas"*. Mas Achcar não se limita a criticar esta ação militar do Hamas em particular. Sua crítica se estende a toda ação militar mais ofensiva do povo palestino ou de outros povos árabes contra Israel, devido aos seus inevitáveis resultados negativos.

Ele afirma que *"se o Hezbolá do Líbano […] se unisse à guerra a um nível que realmente colocasse Israel em perigo, esta aposta seria muito arriscada. Porque… tal situação, se ocorresse, levaria inevitavelmente Israel a recorrer sem restrições ao seu enorme poder destrutivo (que inclui armas nucleares), provocando assim uma catástrofe de magnitude histórica"*.

Sobre "a superioridade militar" de Israel

O marco de fundo do raciocínio de Achcar é que *"nenhuma ilusão pode alterar a enorme superioridade militar de Israel"*. Na realidade, Achcar considera que, no campo militar, Israel é "invencível" para os palestinos e outros povos árabes, apesar de que sua derrota na invasão do Líbano, em 2006, frente à resistência armada libanesa liderada pelo Hezbolá, tenha demonstrado o contrário.

A partir desta "enorme superioridade militar", conclui que toda ação militar contra Israel *"lembra de fato o Levante do Gueto [judeu] de Varsóvia de 1943"* que foi esmagado pelos nazistas.

Este raciocínio o leva a outra conclusão inevitável: os palestinos e outros povos árabes devem abandonar toda luta militar: *"Frente a um opressor muito superior em meios militares, a única forma verdadeiramente eficaz de luta para o povo palestino é escolher o campo no qual possa evitar essa superioridade. O ponto culminante da eficácia da luta palestina foi alcançado em 1988, durante a Primeira Intifada, na qual as e os palestinos evitaram deliberadamente o uso de meios violentos"*.

Em primeiro lugar, é uma falsificação completa dizer que a juventude palestina que protagonizou a Intifada "evitou deliberadamente o uso de meios violentos". Com heroísmo, esses jovens atacavam os tanques e os soldados israelenses com o que tinham à mão (estilingues e pedras). Se tivessem armas, as teriam usado. As pedras e os estilingues não eram uma "escolha deliberada", mas o resultado das duríssimas condições em que deviam lutar. Achcar "embeleza" esta situação para propor ao povo palestino que lute com uma "resistência pacífica" só que de uma forma um pouco mais agressiva: com pedras e estilingues contra tanques e armamento moderno.

Nessa visão de contrapor as ações militares contra Israel à mobilização das massas, Achcar acaba propondo ao povo palestino que realize apenas ações políticas "puras": *"a luta palestina deve basear-se principalmente na ação política de massas contra a opressão, a ocupação e a expansão colonial dos colonos israelenses"*, obter cada vez mais *"apoio regional"* nos povos [árabes e muçulmanos] *"que lutam contra os regimes opressores"* [como o do Irã ou os que pactuaram com Israel]. *"Aqui reside a verdadeira perspectiva potencial para a libertação palestina, que deve combi-*

nar-se com a emancipação da própria sociedade israelense da lógica do sionismo…”.

As duas primeiras propostas são corretas se partirmos, por um lado, de reconhecer que o povo palestino mostrou abundantemente sua disposição de se mobilizar e lutar com heroísmo contra o opressor israelense. Não é esse fator que está fraco. Por outro lado, que o apoio e a solidariedade regional dos povos árabes e muçulmanos voltou a se manifestar massivamente em vários países. Em todo caso, é necessário que estas mobilizações avancem na luta contra seus próprios regimes e governos. A terceira (“a emancipação da sociedade israelense da lógica sionista”) é uma tarefa impossível de alcançar, pelo menos no conjunto da sociedade israelense, devido ao caráter desta população, uma questão que analisaremos especificamente mais adiante.

Uma visão derrotista das guerras de libertação

Se aplicarmos a fundo o critério que Achcar usa para o conflito entre o povo palestino e Israel (o predomínio absoluto da “superioridade militar”), isto significa dizer que todas as guerras de libertação dos povos oprimidos e colonizados estão condenadas de antemão à derrota na arena militar porque sempre partem de uma grande desigualdade neste campo frente aos opressores e às potências imperialistas.

Entretanto, a história tem demonstrado muitos exemplos contrários. A um custo de duros sacrifícios e sofrimentos, temos visto grandes vitórias militares dos povos oprimidos e colonizados contra forças militares que *a priori* eram muito superiores. Basta nomear a do povo argelino em sua luta pela independência contra o imperialismo francês, a do povo vietnamita contra o imperialismo estadunidense (a principal potência militar do planeta) ou a vitória do povo libanês contra Israel. Atualmente, a resistência do povo ucraniano contra a agressão russa conseguiu frear a ofensiva do exército invasor (muito superior em armamento). Nestas vitórias se combinaram fatores políticos e militares. Em primeiro lugar, a disposição das massas oprimidas e colonizadas para uma luta heroica. Em segundo lugar, essa luta foi escalando para uma guerra de libertação cada vez mais dura (na qual inevitavelmente se usavam também ações “cruéis”). Em terceiro lugar, foram rodeadas de solidariedade e apoio internacional, o que incluía também mobilizações nos próprios países imperialistas e opressores. Tudo isto, acabou provocando uma redução no moral e até uma quebra na combatividade do exército opressor/imperialista devido à comprovação de que não haveria impunidade nem “vitória fácil”.

É um grave erro conceitual contrapor a mobilização de massas (a sua disposição política para lutar) com as ações militares, porque ambas devem se complementar e fortalecer-se mutuamente. Se uma ação militar não expressa uma necessidade e uma disposição das massas, acaba sendo apenas uma “ação de aparato” isolada das massas, como o “foco guerrilheiro” que o guevarismo propunha. Ao mesmo tempo, se a mobilização das massas contra os opressores e colonizadores não se eleva para a luta militar, não pode ser levada a fundo. Fica limitada a lutar com “pedras e estilingues” contra tanques e armas modernas. Aí sim, está inevitavelmente condenada à derrota militar.

Inclusive as guerras de libertação ou revolucionárias precisam de organizações específicas (um aparato militar) para poderem ser levadas adiante com possibilidades de êxito. Este tipo de aparatos são necessários e o ponto central para os marxistas é que surjam das massas em luta e estejam ao seu serviço. Vale mencionar o exemplo do Exército Vermelho, que defendeu a Revolução Russa frente à invasão de numerosos exércitos imperialistas aliados aos contrarrevolucionários russos, ou as milícias operárias da COB-Central Operária Boliviano, na revolução boliviana de 1952.

O carácter da população israelense

Depois de propor ao povo palestino que não faça ações militares, Achcar propõe como um dos objetivos de sua *“ação política”* alcançar *“a emancipação da própria sociedade israelense da lógica do sionismo…”*. Algo semelhante ao que algumas correntes trotskistas propõem: uma aliança entre o povo palestino e a classe operária israelense para acabar com o Estado sionista.

Estas propostas estão equivocadas porque são objetivamente impossíveis de alcançar dado o caráter de Israel e de sua população. O ponto de partida destas propostas equivocadas é não entender que Israel não é um país opressor/imperialista “normal”. Israel é um enclave imperialista. Foi criado pelas potências imperialistas com o roubo e usurpação do território palestino e a expulsão violenta dos palestinos de suas terras. O sionismo foi a ferramenta que o imperialismo usou para criar esse enclave.

Nesse território roubado dos palestinos foi sendo instalado artificialmente, e continua sendo, uma população estrangeira (principalmente judeus de origem europeia, depois também de outros países) que foram construindo sua vida da forma que descrevemos sobre a criação de Israel. As casas em que vivem os operários israelenses, as escolas onde estudam seus filhos, as fábricas e campos

Primeira Intifada, 1987.

Independência de Argelia (Dien Bien Phu/Resistência).

onde trabalham, foram construídos nas terras que foram roubadas do povo palestino e da qual foram expulsos. Toda a sociedade israelense (incluída a grande maioria de sua classe operária) é consciente disso e não está disposta a devolver essas terras.

Por isso, é um grave erro propor ganhar a "sociedade israelense" (ou sua classe operária) para uma aliança contra a "lógica sionista" a partir da caracterização de que só o governo de Netanyahu e sua política criminosa contra os palestinos expressam esta lógica.

O ponto de partida da lógica sionista é que "está muito bem" que criamos Israel expulsando o povo palestino e que nós judeus vivamos em "nosso país". Essa lógica considera que os palestinos devem aceitar isto (seja "por bem" ou "por mal"). Netanyahu impulsiona uma política pela força. O setor da sociedade israelense que critica esta opção e se mobiliza contra ela, propõe que essa aceitação seja "por bem" (através de negociações e acordos que levem aos "dois Estados"). Mas ambos partem da "lógica sionista" de defesa da existência do Estado de Israel[8].

É muito bom que existam essas contradições na sociedade israelense porque, como analisa Arlene Clemesha, "fragilizam Israel" e seu regime político. O povo palestino deve aproveitar esta fragilidade para golpear ainda mais duramente este inimigo "fragilizado". Mas é um erro conceitual muito grave (do qual deriva uma política equivocada), acreditar que essas contradições possam avançar e chegar a dar um salto qualitativo em setores de massa da população judia de Israel (ou de sua classe operária) que os leve a romper com a "lógica sionista".

Por isso, não pode ser aplicada a Israel a mesma política que as lutas dos povos oprimidos e colonizados devem promover em seu combate contra países opressores/imperialistas "normais". Ou seja, propor à sua classe operária (e as massas em geral) uma aliança contra o "inimigo comum" (a burguesia imperialista ou opressora desse país). Esta última política é correta e possível de ser alcançada porque esse inimigo comum efetivamente existe. Assim ocorreu, por exemplo, na guerra de independência argelina, na qual a classe operária francesa acabou apoiando essa independência. Pelo contrário, era absolutamente insensato que o povo argelino propusesse uma aliança contra o imperialismo francês aos colonos pied noirs.

Dado que Israel é um enclave de população instalada artificialmente, a "unidade nacional" em defesa do enclave sempre predomina sobre as contradições internas de classe. Para a classe operária israelense, a burguesia israelense não é um "inimigo comum" que ela tem com o povo palestino, mas sua aliada na defesa da "pátria judia de Israel".

Algumas considerações finais

Estamos plenamente conscientes de que a superioridade militar israelense sobre a resistência palestina é imensa. Considerando isoladamente, não haveria possibilidade de vitória militar para o povo palestino. Mas, longe de propor que o povo palestino abandone a luta militar, é necessário propor que mantenha a resistência e a intensifique para que seja uma "faísca" que acione a luta revolucionária e militar dos povos árabes contra Israe![9]. Na realidade, é uma "faísca" capaz de detonar processos mundiais. Porque se Israel chegar a estar frente ao perigo de ser derrotado militarmente e cair, é muito provável que o imperialismo estadunidense intervenha para defender seu "aliado estratégico". Não obstante, a história mostrou, nas guerras do Vietnã, Iraque e Afeganistão, que o imperialismo estadunidense pode ser derrotado também no campo militar.

---

[1] Primeras notas urgentes sobre la contraofensiva de Hamas - Viento Sur

[2] ¡Solidaridad con el pueblo palestino – fin a la ocupación! | Revista Movimento (movimentorevista.com.br)

[3] N. Moreno (1982): Polémica sobre Medio Oriente. (marxists.org)

[4] Ver: Sobre los atentados de Hamas contra civiles israelíes - Liga Internacional de los Trabajadores (litci.org)

[5] Llegaron al país los primeros argentinos repatriados de Israel (elancasti.com.ar)

[6] Sobre este tema ver Movilizaciones en Israel contra la reforma judicial de Netanyahu - Liga Internacional de los Trabajadores (litci.org)

[7] 'Israel nunca esteve tão pressionado e encurralado', | Internacional (brasildefato.com.br) En portugués en el original (traducciones nuestras).

[8] Ver: Movilizaciones en Israel contra la reforma judicial de Netanyahu - Liga Internacional de los Trabajadores (litci.org)

[9] La "cuestión palestina": punto central de la revolución árabe - Liga Internacional de los Trabajadores (litci.org)

Após o ataque à Faixa de Gaza

Qual é a situação política em Israel?

Meses atrás, antes do ataque genocida e de limpeza étnica de Israel à Faixa de Gaza, houve grandes mobilizações de parte da população israelense contra a reforma judicial bonapartista promovida pelo governo de Benjamin Netanyahu[1]. Essas mobilizações evidenciavam uma profunda crise do regime político do sionismo. ¿Qual é a situação atual no contexto do ataque à Gaza?

ALEJANDRO ITURBE

Após a ação do Hamas em 7 de outubro, Netanyahu respondeu com o ataque à Gaza. Ao mesmo tempo, ele procurou mudar o eixo do debate político e unificar a sociedade israelense em seu apoio ao inimigo comum (o povo palestino). Esse ataque busca arrasar a Faixa de Gaza e forçar grande parte da população palestina a deixar o território[2].

Essa política de fortalecimento de seu governo foi expressa em um apelo aos partidos de oposição, que haviam votado contra a reforma judicial no parlamento e convocado as mobilizações de agosto passado, para formar um governo de unidade nacional. Netanyahu obteve um triunfo parcial, mas importante, nessa política. Benny Gantz, ex-militar e empresário e líder do partido Azul e Branco, concordou em se juntar ao novo governo de Netanyahu e participar de um *"gabinete de gestão para liderar Israel na guerra contra o Hamas"*[3].

Yair Lapid, líder do Yesh Atid (o principal partido de oposição a Netanyahu) não aceitou o convite e chegou a pedir a renúncia imediata de Netanyahu para, assim, formar "um governo de reabilitação" que excluiria os extremistas de direita. Ele acrescentou que não participaria de nenhum governo de unidade nacional *"enquanto nossos soldados estiverem em Gaza"*[4]. Ao mesmo tempo, Lapid foi muito cuidadoso ao não convocar mobilizações em apoio às suas propostas. Em outras palavras, a oposição a Netanyahu estava dividida: um setor entrou no governo e o outro não, embora o último tenha continuado a confrontá-lo apenas em palavras. Houve uma convocação para uma manifestação contra o ataque à Gaza pelo Comitê Superior de Vigilância Árabe, uma organização política independente formada para *"coordenar as ações políticas de várias organizações árabes e parlamentares com cidadania israelense"*. A manifestação foi proibida pelo governo sionista depois de, alguns dias antes, a polícia prender os líderes do Comitê[5].

Mobilizações em Israel contra a reforma na justiça do gobierno de Netanyahu (julho 2023).

A política de Netanyahu de tentar fazer com que a sociedade israelense cerrasse fileiras contra o "inimigo comum" e apoiasse a ação genocida em Gaza deu resultado. No final de outubro, uma pesquisa mostrou que metade da população israelense era *"a favor do adiamento da ofensiva em Gaza*"[6]. Duas semanas depois, com a operação militar em andamento, nova pesquisa mostrava um apoio esmagador de 94%: 57,5% acreditavam que deveria ser usada *mais força militar*, e 36,6% que a operação atual era *apropriada*[7].

Nesse contexto, e expressando a dinâmica política da sociedade israelense diante do ataque à Gaza, surgiu uma nova oposição a Netanyahu que, no entanto, criticava as fraquezas de Netanyahu e que não o consideravam o líder adequado para essa guerra.

Trata-se de generais da ativa ou de aposentados da "velha guarda" sionista. Por exemplo, Noam Tibon, 62 anos, disse que *"o inimigo em Gaza deve ser esmagado sem piedade"*[8]. Ao mesmo tempo, os chefes militares e de segurança israelenses criticaram-no duramente por não aceitar qualquer responsabilidade pessoal pelo grave erro de não ter detectado e evitado a ação do Hamas em 7 de outubro. Em outras palavras, por não ter defendido Israel e seu povo. Pelo contrário, ele culpou os serviços de inteligência.

O já mencionado Tibon disse: *"Toda a culpa por esse fracasso é de Benjamin Netanyahu que, como chefe de governo, está realmente no comando"*. A conclusão dessa oposição de direita (que também inclui empresários do setor tecnológico-militar) é que "Netanyahu não deveria ter nenhuma participação na guerra e no que acontecer depois". Em outras palavras, no futuro imediato, a condução político-militar da guerra contra os palestinos em Gaza deveria ser assumida diretamente pelos chefes militares e de segurança. E que, uma vez terminada, "Fora Netanyahu", para que um novo líder de governo com mais prestígio e autoridade moral do que ele assuma.

A crise do sionismo em Israel e seus limites

Em artigo anterior, analisamos os processos socioeconômicos da população israelense que se refletiram na oposição de uma parte da população israelense ao governo de Netanyahu e à sua reforma judicial. Caracterizamos uma crise do sionismo e sua divisão em dois setores com propostas diferentes para resolver o *problema* palestino e dois projetos diferentes para Israel[9].

Netanyahu e seu governo de coalizão tinham a estratégia chamada de Grande Israel: que o Estado de Israel se apropriasse definitivamente de todo o território do antigo Mandato Britânico da Palestina e até mesmo das Colinas de Golã, um pequeno território sírio, e das Fazendas Shebaa, no sul do Líbano (ambos ocupados por Israel em 1967). Essa é uma estratégia já formulada pelo sionismo naquele mesmo ano, após a Guerra dos Seis Dias e a ocupação militar de Gaza e da Cisjordânia.

Para levá-la a cabo, Netanyahu precisaria fazer uma nova *Nakba* e expulsar milhões de palestinos dos territórios ocupados. A resistência palestina, as contradições internas em Israel e até mesmo a pressão dos países imperialistas impediram-no até agora. Mas, avançou em câmera lenta, apropriando-se das terras da Cisjordânia com colonos de origem russa e erguendo o muro que circunda esse território, deixando Jerusalém Oriental e as novas terras apropriadas pelos colonos dentro de Israel.

Ao mesmo tempo, desde que o Hamas assumiu o governo da Faixa de Gaza em 2006, esta foi isolada e é permanentemente atacada e bombardeada para destruir seus serviços básicos e sua infraestrutura, tornando a vida cada vez mais difícil para sua população.

Depois de 7 de outubro, Netanyahu decidiu dar um salto em sua agressão à Gaza para expulsar metade de sua população e, se possível, tomar a parte norte desse território. Como parte do projeto estratégico da Grande Israel, os altos comandos militar e de inteligência estão pedindo que isso seja feito *"sem piedade para com o inimigo palestino"*.

O setor de oposição que se mobilizou contra a reforma judicial expressa um novo processo econômico-social: são trabalhadores, profissionais e até mesmo burgueses de novas empresas privadas de tecnologia militar e de segurança, software e sistemas em geral, e outros setores como farmacologia, química, alimentos e bebidas, que exportam grande parte de sua produção: atualmente, as exportações israelenses ultrapassam 150 bilhões de dólares, 30% do PIB do país[10] Ao mesmo tempo, buscam investimentos estrangeiros para expandir essas empresas. Seu projeto é um Israel moderno, desenvolvido e democrático, no estilo dos países imperialistas euro-

peus, como a Holanda ou a Dinamarca. Esse setor teve contradições e choques com Netanyahu e sua política de guerra permanente contra os palestinos. O atual descrédito de Israel no mundo e a campanha BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) afetam as exportações de produtos israelenses e os possíveis investimentos do Ocidente em Israel. Portanto, eles querem a paz com os palestinos e propõem a abertura de negociações que possam promover uma solução de dois estados. Em outras palavras, a entrega de algum território aos palestinos em troca dessa paz.

Já discutimos essa falsa solução[11]em vários artigos. Mas, acreditamos que seja necessário explicar o que isso significa hoje: qual porcentagem do antigo Mandato Britânico o Estado de Israel tem e o que seria deixado para os palestinos? Desde que a Resolução 187 da ONU roubou 52% do território palestino e deu-o ao Estado sionista (1947), Israel vem se apropriando de cada vez mais territórios palestinos, e hoje reivindica a propriedade e domina diretamente 78% desse território. O "miniestado" palestino receberia apenas 22%, com a Cisjordânia reduzida a "ilhas" desconectadas, cercadas por um muro, e a Faixa de Gaza amontoada e espremida entre Israel e o mar (que também é patrulhado pelos militares israelenses).

É esse miniestado que a oposição a Netanyahu está disposta a conceder. Em seu programa, o partido *Yesh Atid,* mencionado acima, pede *"a suspensão da construção de assentamentos israelenses na Cisjordânia"*, mas não diz uma palavra sobre Jerusalém Oriental ou sobre os assentamentos existentes. Para esse setor, todo o território que o Estado sionista roubou de 1948 até agora, e que está deste lado do muro, pertence a Israel.

Definimos o Estado israelense como um enclave imperialista para o qual a população judaica foi artificialmente transplantada, assentada sobre o que Israel roubou dos palestinos após expulsá-los[12]. Todos eles vivem em casas e trabalham em campos e fábricas em terras roubadas. Essa é a essência do sionismo. Portanto, embora atualmente existam fortes contradições e até mesmo choques entre os dois projetos, são duas vertentes do sionismo e de seus objetivos básicos.

Yair Lapid, líder de Yesh Atid, principal partido da oposição.

O historiador Ilan Pappé, um judeu israelense que denuncia o caráter de Israel e apoia a luta palestina (e que, por isso, foi forçado a deixar Israel e estabelecer-se na Grã-Bretanha), definiu o confronto entre o governo de Netanyahu e a oposição israelense sobre a reforma judicial como *"uma luta entre duas formas de apartheid"*[13].

O caráter da população judaica de Israel explica por alguns setores de esquerda, ao defender uma "solução justa" para a luta palestina, fazem uma proposta impossível de ser atingida e errada: conquistar a maioria da população judaica israelense (especialmente sua classe trabalhadora) para romper com o sionismo e juntar-se aos palestinos por essa "solução justa"[14].

Pelo contrário, como vimos, justamente por causa desse caráter, a maioria da população israelense passou a apoiar a destruição da Faixa de Gaza e a expulsão de sua população (uma nova Nakba), tomando-a de assalto. O setor favorável a uma solução pacífica foi reduzido a uma pequena minoria.

Em um artigo de fevereiro deste ano, analisamos que também havia uma crise no movimento sionista mundial, entre as comunidades judaicas de outros países, especialmente nos EUA, onde está localizada a maior comunidade judaica fora de Israel[15]. Um número crescente de jovens judeus está revoltado com os crimes do sionismo e simpatiza com a luta palestina. Muitos deles estão envolvidos na campanha BDS contra Israel.

Eles agora são conhecidos como o movimento *Não em nosso nome*, que se expressa não apenas nos EUA[16], mas também em outros países com comunidades judaicas, como a Argentina e o Brasil[17]. Acreditamos que esse seja um movimento de base socioeconômica diferente da população judaica de Israel, pois eles não dependem materialmente da existência desse Estado.

Algumas conclusões finais

Durante décadas, a LIT-QI afirma que a única solução real (ou "justa") para a situação palestina é a proposta de fundação da OLP (abandonada pela OLP nos Acordos de Oslo): Por uma Palestina Laica, Democrática e Não-Racista em todo o território do que foi o Mandato Britânico da Palestina[18]. Como se diz atualmente: *do rio* [Jordão] *até o mar* [Mediterrâneo]. Essa solução acarreta a destruição do Estado de Israel (ou seja, sua derrota militar definitiva) e a imposição à população judaica israelense para devolver a terra e a propriedade roubadas dos palestinos, para que eles e suas famílias possam retornar à Palestina. É a mesma política da FLN argelina para com os colonos pied noir franceses na década de 1960 para conquistar a independência de seu país.

Estamos cientes de que, olhando o terri-

tório palestino isoladamente, a superioridade militar do Estado sionista (com o apoio das potências imperialistas) é muito grande e essa tarefa parece impossível. É por isso que, além de apoiar incondicionalmente a resistência palestina e o endurecimento de seus métodos militares, defendemos que ela se torne uma "faísca" que acenda a luta revolucionária e militar dos povos árabes contra Israel[19]. Para desenvolver esse processo revolucionário regional, é necessário também promover uma luta contra os regimes e governos que, como os do Egito e da Jordânia, reconheceram Israel, assinaram a "paz" e agora são cúmplices do sionismo.

Por fim, essa resistência também deve desencadear um processo que atinja como um punhal, de dentro para fora, o coração dos países imperialistas que apoiam incondicionalmente o Estado sionista. As grandes mobilizações em apoio aos palestinos nos EUA e nos países europeus mostram que esse processo não só é possível como já começou.

Por outro lado, a experiência mostra que potências militares consideradas invencíveis não o são quando certos fatores político-militares nacionais e internacionais se combinam. Esse foi o caso do Vietnã, onde a principal potência militar do mundo, os EUA, foi derrotada pela luta do povo vietnamita e teve de abandonar o país rapidamente em 1975. O mesmo aconteceu na Argélia, onde a França foi derrotada pela luta do povo argelino e da FLN, que conquistou a independência em 1962. Essas foram lutas longas e difíceis, mas mostram o único caminho possível para o povo palestino recuperar sua terra.

Massacre de Deir Yassin (1948).

Construção de assentamentos israelenses em Jerusalém.

[1] Movilizações em Israel contra a reforma judicial de Netanyahu - Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)
[2] Gaza sob ataque e sangue derramado em toda a Palestina aos 75 anos da Nakba - Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)
[3] Benjamin Netanyahu y Benny Gantz acordaron un gobierno de unidad para conducir a Israel durante la guerra contra Hamas – Infobae
[4] Lapid calls for immediate Netanyahu resignation (jewishinsider.com)
[5] Israel is undermining its citizens right to protest (haaretz.com)
[6] Encuesta revela que la mayoría de los israelíes apoyan posponer la ofensiva terrestre en Gaza (aa.com.tr)
[7] What Israelis Think of the War With Hamas: Polls | TIME
[8] 5 nuevas realidades que emergen tras casi un mes de guerra entre Israel y Hamás (bbc.com)
[9] Ver artigo da referência 1
[10] Exportaciones de Israel podrían alcanzar los $165 mil millones (israelnoticias.com)
[11] Sobre a falsa solução dos “dois Estados” - Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)
[12] Palestina: as diferenças entre revolucionários e reformistas - Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)
[13] “El origen de la violencia en Gaza está en la ideología racista de la eliminación del nativo” | ctxt.es
[14] Ver, por exemplo, o artigo de Gilbert Achcar: Primeras notas urgentes sobre la contraofensiva de Hamas – Viento Sur
[15] Uma crise política crescente do Estado de Israel e do sionismo - Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)
[16] ‘No en nuestro nombre’: Judíos protestan en Grand Central de Nueva York por bombardeos de Israel en Gaza (elfinaciero.com.mx)
[17] instagram.com/reel/Cy4J3qePxWm/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D
[18] Ver, por exemplo, N. Moreno (1982): Polémica sobre Medio Oriente (marxists.org)
[19] Ver, por ejemplo, La “cuestión palestina”: punto central de la revolución árabe - Liga Internacional dos Trabalhadores (litci.org)

Sionismo não é sinônimo de Judaísmo

Não em nosso nome! Este é o grito dos Judeus Ortodoxos que se mobilizam nos EUA e em Londres, exigindo o fim dos bombardeios contra Gaza e o fim do regime de apartheid israelita. É também o grito dos jovens judeus que ocuparam o Capitólio ianque, fazendo a mesma exigência.

ALICIA SAGRA

A atitude corajosa destes Judeus, que realizaram algo sem precedentes, na defesa dos direitos do povo palestino, enfrentando não só a repressão dos seus governos, mas também a rejeição da maioria da sua comunidade, são uma prova conclusiva das mentiras do Sionismo. Dizem "não em nosso nome" porque não é um confronto entre religiões, muçulmanos contra judeus, o que se desenvolve, há mais de 75 anos, na Palestina.

Esta é uma comprovação atual de algo que contam velhos exilados palestinos sobre como na sua infância, antes da Nakba, crianças judias, cristãs e muçulmanas brincavam juntas, sem se preocuparem com a religião umas das outras. Seus pais eram em sua maioria camponeses pobres, muito sofredores, todos suportaram a opressão do colonialismo inglês, mas não tinham problemas entre si. Embora houvesse uma diferença na integração entre os judeus nativos da região (sefarditas) que estavam totalmente integrados, com os judeus europeus (ashkenazi) que vinham sendo introduzidos pelo sionismo (em acordo com o imperialismo inglês desde a declaração Balfour[1]) e que eram colonos armados que disputavam a terra com os palestinos sempre que podiam.

A opressão e a exploração colonial eram cada vez mais violentas e a Palestina tornou-se uma terra em ebulição que eclodiu na revolução de 1936. A partir de então, os britânicos viram nos colonos sionistas uma ferramenta importante. Como diz Schoenman, "*os sionistas ofereceram-lhes um recurso único que nunca tiveram em nenhuma colônia: uma força local que fez causa comum com o colonialismo britânico e que foi intensamente mobilizada contra a população indígena*".

Outra grande falsidade é que a construção de Israel teve uma motivação religiosa, "o regresso à terra prometida, de onde foram expulsos", como diz a propaganda sionista.

O sionismo, ao rejeitar a luta pela revolução socialista para resolver a questão judaica, viu, como única forma de acabar com a discriminação, ter um território próprio que reunisse todos os judeus do mundo. Mas as suas propostas durante muitos anos foram muito minoritárias porque a maioria dos judeus queriam ser assimilados nos seus respectivos países.

A situação do sionismo mudou após o Holocausto nazi e, fundamentalmente, com a recusa dos países europeus em assumir o contingente de homens e mulheres que regressaram dos campos de concentração com profundas feridas físicas e psicológicas.

Assim, para resolver a "questão judaica" nos seus países, os governos imperialistas começaram a apoiar a proposta sionista de "terra para um povo sem terra". Para atingir os seus objetivos, os sionistas colaboraram com todos os imperialismos (incluindo o alemão), que, por sua vez, os usaram como ferramenta para defender os seus interesses colo-

Judeus ortodoxos se manifestam com bandeiras palestinas.

niais, primeiro os ingleses e depois os ianques que, até hoje, os armam até os dentes para garantir que Israel seja o seu gendarme no Oriente Médio.

Portanto, a criação de Israel sempre foi uma questão política, nunca teve um motivo religioso, embora esse tenha sido o argumento que os sionistas usaram para ganhar seguidores. Tanto é que num Congresso Sionista se considerou que o território que reivindicavam poderia estar na Patagônia Argentina.

Os quatro mitos do sionismo

O recentemente falecido intelectual e ativista marxista judeu-americano, Ralph Schoenman[2], fala sobre os quatro mitos nos quais o sionismo se baseia:

1. **Uma terra sem povo para um povo sem terra** – Quando, na realidade, *"em 1947 havia 630.000 judeus e 1.300.000 árabes palestinos*[3]*. Assim, no momento em que as Nações Unidas dividiram a Palestina, os judeus representavam 31% da população. A decisão de dividir a Palestina, promovida pelas principais potências imperialistas e pela União Soviética de Stalin, deu 54% das terras férteis ao movimento sionista. Mas antes da formação do Estado de Israel, o Irgun e a Haganah"*[4]*, se apoderaram de três quartos. da terra e expulsaram praticamente todos os habitantes"*[5].

2. **A democracia israelita** – *"Inúmeras notícias e referências ao Estado de Israel na televisão ou na imprensa incluem o slogan de que é a única democracia "autêntica" no Oriente Médio. Na realidade, Israel é tão democrático quanto o apartheid sul-africano pode ser. As liberdades cívicas, os procedimentos judiciais e os direitos humanos básicos são negados por lei àqueles que não cumprem os requisitos raciais e religiosos"*[6].
3. **A segurança** – *"Os sionistas afirmam que o seu estado tem que ser a quarta potência militar do mundo porque Israel foi forçado a defender-se da ameaça iminente das massas árabes primitivas e cheias de ódio, recém-descidas das árvores. 'Segurança' tem sido o slogan usado para cobrir o extenso massacre de populações civis em toda a Palestina e no Líbano, para confiscar terras palestinas e árabes, para expandir para territórios vizinhos e construir novos assentamentos, para deportar e torturar sistematicamente prisioneiros políticos"*[7].
4. **O sionismo como herdeiro moral das vítimas do Holocausto**. *"É o mais difundido e mais insidioso dos mitos do sionismo. Os ideólogos deste movimento envolveram-se na mortalha coletiva dos seis milhões de judeus que foram vítimas do assassinato massivo nazi. A cruel e amarga ironia desta falsa reivindicação reside no fato de o movimento sionista ter mantido um conluio ativo com o nazismo desde o início.*

   Parece estranho para a maioria das pessoas que o movimento sionista, que sempre invoca o horror do Holocausto, tenha colaborado ativamente com o inimigo mais ferrenho que os judeus alguma vez tiveram. No entanto, a história revela não apenas uma comunidade de interesses, mas uma profunda afinidade ideológica que tem as suas raízes no chauvinismo extremo que partilham"[8].

Esta afinidade ideológica entre o sionismo e o nazismo que Schoenman menciona tem a ver com o facto de os dois movimentos partilharem a teoria da "pureza do sangue", alguns são "a raça superior", outros "o povo eleito". O líder sionista Leev Jabotinsky, enfrentando o processo de assimilação que se desenvolvia entre os judeus alemães e defendendo as suas afirmações de que a única solução para a questão judaica era obter o seu próprio território, salienta:

"É impossível alguém assimilar-se com pessoas que tem um sangue diferente do seu (...) não pode haver assimilação. Nunca devemos permitir coisas como o casamento misto porque a preservação da identidade nacional só é possível através da pureza racial e para esse fim devemos ter aquele território no qual o nosso povo constituirá os habitantes racialmente puros"[9].

E essa doutrina tornou-se uma política de colaboração com os diferentes imperialismos e, embora possa parecer incrível, também com aquele liderado por Hitler.

"A Federação Sionista da Alemanha enviou um memorando de apoio ao Partido Nazista em 21 de junho de 1933. Afirmava: '...um renascimento da vida nacional como o que ocorre na vida alemã... também deve ocorrer no grupo nacional judeu.

Com base no novo estado (nazista) que estabeleceu o princípio da raça, desejamos enquadrar a nossa comunidade na estrutura global para que também nós, na esfera que nos foi atribuída, possamos desenvolver uma atividade frutífera para a Pátria...'

Longe de repudiar esta política, o Congresso da Organização Sionista Mundial de 1933 rejeitou por 240 votos a 43 uma resolução que apelava à ação contra Hitler"[10].

Ao longo de sua obra, Schoenman dá provas da colaboração do sionismo com o regime nazista, sendo cúmplice do sofrimento do povo judeu, a fim de obter apoio para sua proposta de Estado próprio. Alguns exemplos:

Em 1933 fizeram um acordo comercial entre o Banco Anglo-Palestino da organização Sionista Mundial e o Estado alemão, rompendo o boicote judaico ao regime nazi.

Sabotaram ativamente os esforços para conseguir que os governos dos EUA e da Europa Ocidental alterassem as leis de

imigração para favorecer o asilo aos judeus perseguidos por Hitler. O rabino americano Stephen Weis, líder do Congresso Judaico Americano, escreveu uma carta afirmando:

"Pode ser que os interesse saber que há algumas semanas representantes das principais organizações judaicas se reuniram em conferência... Foi acordado que nenhuma organização judaica patrocinaria agora qualquer lei que de alguma forma altera as leis de imigração[11]."

Em 1938, Ben Gurion, numa assembleia de sionistas trabalhistas na Grã-Bretanha, declarou o seguinte:

"Se eu soubesse que era possível salvar todas as crianças da Alemanha levando-as para a Grã-Bretanha e apenas metade delas transportando-as para Erstz Israel, eu escolheria a segunda alternativa".

Como diz Schoenman, a obsessão em colonizar a Palestina e, em ser mais do que os árabes, levou o movimento sionista a opor-se a qualquer resgate dos judeus ameaçados de extermínio, para que não houvesse obstáculos ao desvio de uma seleta força de trabalho para a Palestina.

Assim, entre 1933 e 1935, a Organização Sionista Mundial rejeitou dois terços dos judeus alemães que solicitaram um certificado de imigração. Nesse período, o OSM (Organização Sionista Mundial) encorajou um plano para a emigração de judeus para a Palestina com o argumento de ameaças de extermínio. Mas havia judeus alemães muito velhos para procriar na Palestina, sem qualificações profissionais para construir uma colônia sionista, que não falavam hebraico e não eram sionistas. No lugar dos judeus ameaçados de extermínio, a OSM trouxe para a Palestina seis mil jovens sionistas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha e de outros países onde não havia ameaça.

"Em julho de 1944, o líder judeu eslovaco, Rabino Dov Michael Weismandel, numa carta aos responsáveis sionistas encarregados das 'organizações de resgate' propôs uma série de medidas para salvar os judeus condenados ao extermínio em Auschwitz. Ofereceu mapas exatos das ferrovias e pediu o bombardeio dos ramais ao longo dos quais os judeus húngaros eram transportados para os crematórios.

Pediu que os fornos de Auschwitz fossem bombardeados, que fossem lançadas munições de paraquedas para 80.000 prisioneiros, que paraquedas sapadores fossem lançados para explodir todos os meios de aniquilação e assim pôr fim à cremação diária de 13.000 judeus.

Caso os Aliados rejeitassem o pedido, Weismandel propôs que os sionistas, que tinham fundos e organização, obtivessem aviões, recrutassem voluntários judeus e realizassem a sabotagem"[12].

O judaísmo rejeita o sionismo (Diario Vasco).

Como explica Schoenman, Weismandel não foi o único, no final dos anos 1930 e nos 1940, porta-vozes judeus na Europa pediram ajuda, campanhas públicas, resistência organizada, manifestações para forçar os governos aliados, a resposta foi o silêncio dos sionistas. Não houve nenhum bombardeio dos fornos pelos aliados.

Em julho de 1944, Weismandel escreveu aos sionistas uma carta que dizia:

"Por que vocês não fizeram nada por nós até agora? Quem é o culpado por esta terrível negligência? Vocês, irmãos judeus, que têm a maior sorte do mundo, a liberdade, não são os culpados?

(…) *Vocês, irmãos judeus, filhos de Israel, estão loucos? Vocês não sabem o inferno que nos rodeia? Para quem estão guardando seu dinheiro? Assassinos! Loucos! …*[13].

Após esta ação sionista durante a Segunda Guerra Mundial, não é de estranhar que, em maio de 1935, Reihard Heydrich, chefe do Serviço de Segurança das SS, tenha escrito um artigo no qual dividiu os judeus em duas categorias, apoiando os judeus sionistas, dizendo que: "*Contam com os nossos melhores votos e a nossa boa vontade oficial"*[14].

Esses são os sionistas que afirmam ser os herdeiros das vítimas do Holocausto do povo judeu. Provavelmente é difícil de acreditar, mas estas acusações não são feitas por figuras antissemitas, mas por prestigiados intelectuais judeus. Todos estes dados estão amplamente documentados no livro "Sionismo na Era dos Ditadores"[15] do escritor judeu-americano Lenni Brenner e citados em "A História Oculta do Sionismo" do escritor judeu Ralph Schoenmen.

Sionismo não é sinônimo de Judaísmo. Sionismo é sinônimo de nazifascismo

O colonialismo sionista é diferente de outros colonialismos que existiram no mundo. A diferença é que o sionismo se baseia na substituição total da população nativa por colonos judeus trazidos de diversos países. Isto foi expresso claramente, em 1940, por Joseph Weit, chefe do Departamento de Colonização da Agência Judaica, responsável pela organização dos assentamentos judaicos na Palestina:

"Entre nós, tem que ficar nítido que não há espaço para dois povos neste

Basta de genocídio em Gaza (ynetespanol.com)

país. Não alcançaremos o nosso objetivo se os árabes permanecerem neste pequeno país. Não há outra maneira senão transferir os árabes daqui para os países vizinhos. A todos eles. Não devemos deixar nenhuma uma aldeia ou tribo"[16].

E o relatório Koenig diz isso de forma mais incisiva: *Devemos usar o terror, o assassinato, a intimidação, o confisco de terras e o corte de todos os serviços sociais para libertar a Galileia da sua população árabe"*[17].

E assim fizeram. Esta foi a Nakba de 1948 com bombardeamentos e assassinatos para conseguir a expulsão dos palestinianos das suas terras. E isso continuou, com os sucessivos massacres; com a guerra dos 6 dias; com as prisões cheias de homens, mulheres, adolescentes e crianças palestinos; com tortura; com humilhações permanentes; com os bombardeios cotidianos. E com o massacre diário de milhares de crianças palestinas que estão realizando neste momento.

Assim conseguiram reduzir o território palestino a 22% e impor um regime de apartheid pior que o da África do Sul, muitos equiparam Gaza ao Gueto de Varsóvia que sofreram os judeus polacos aniquilados durante a ocupação nazi. E hoje estão jogando pela "solução final" da questão palestina, tal como Hitler fez em 1942-43 com a "questão judaica".

O sionismo não só partilha a ideologia racista dos nazis, não só colaborou com eles, mas incorporou os seus terríveis métodos de extermínio usados sobre os judeus, agora aplicados contra a população árabe palestina.

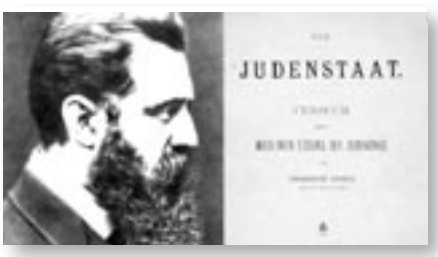
Esta realidade explica a deterioração do sionismo entre os jovens judeus, que hoje gritam: Não em nosso nome! e levantam-se contra os bombardeios criminosos em Gaza. Bombardeios que contam com o apoio descarado dos EUA, da maioria dos governos do mundo e com a cumplicidade da imprensa internacional que multiplica a propaganda mentirosa do sionismo.

Esta realidade é o que explica a posição de intelectuais judeus como Brenner, como Shoenman, que já há algum tempo denunciam estas atrocidades, e como o historiador israelita Illan Pappe, que publicou recentemente um artigo justificando e reivindicando a resistência palestina e a sua contraofensiva militar de 7 de outubro.

E, ao mesmo tempo, esta realidade torna inexplicáveis as posições daqueles que se autodenominam amigos da Palestina, como o deputado Boulos do PSOL do Brasil, que equipara a violência do opressor à dos oprimidos ao dizer que rejeita tanto a violência do Hamas como a de Israel.

Rechaçamos essas posições! Até a ONU reconhece que os povos sob ocupação colonial têm direito à defesa, incluindo a defesa militar.

E rejeitamos com muito mais força, quando posições semelhantes são assumidas por aqueles que se dizem revolucionários marxistas, como é o caso de Mirian Bregman, deputada e candidata à presidência da FIT-U da Argentina que, em meio a uma correta rejeição ao antissemitismo da direita, reivindicou veementemente ter participado da homenagem às vítimas israelenses realizado no parlamento argentino[18]. Ainda que este ato possa não ter ocorrido, de qualquer maneira as críticas ao posicionamento da candidata da FIT-U continuam válidas uma vez que ela afirma, (conforme consta do vídeo anexo na referência 18), que nunca se recusou a participar numa homenagem às vítimas de Israel.



Theodor Herzl fundou o movimento sionista em 1895.

Nesta guerra temos um lado, o da resistência palestina, e não prestamos homenagem aos mortos do inimigo. Em todas as guerras, como dizia Lênin, há horrores, crianças e idosos podem morrer em bombardeios. Não celebramos esses horrores, mas não são esses os mortos que lamentamos.

Em relação a esta questão, nossa corrente sempre reivindicou a atitude de princípio de Hugo Blanco quando, como deputado no Peru, permanecia sentado nos momentos em que todos se levantavam para fazer um minuto de silêncio por um policial falecido em um atentado. Posteriormente, explicou que não era indiferente à dor da esposa e dos filhos daquele policial, mas que não prestava homenagem aos que morriam defendendo os interesses dos exploradores.

Podemos dizer o mesmo daqueles que morrem por fazerem parte da população colonial que obtém os seus privilégios através do roubo e extermínio da população palestina.

Muitos de nós, revolucionários, somos de origem judaica e perdemos parte das nossas famílias em perseguições antissemitas. Nos Pogroms durante o Império Czarista, como é o meu caso, a minha bisavó paterna morreu de fome depois de um desses Pogroms; em Auschwitz, no Gueto de Varsóvia…, como é o caso de muitos outros camaradas. Mas essa história familiar não nos faz ser solidários com as vítimas israelitas, mas sim com as vítimas palestinas que estão sofrendo por parte do Estado nazifascista de Israel os mesmos métodos de extermínio que os nossos familiares sofreram.

Não estamos sendo antissemitas ao comparar o sionismo com o nazismo?

Nahuel Moreno recebeu uma pergunta semelhante e respondeu da seguinte forma:

"A esquerda sionista acusa-me de ser antissemita, sobretudo porque defendo a necessidade da destruição do Estado sionista.

Como marxista, parto do princípio de que o proletariado de uma nação que explora e oprime outra, como Israel faz com os árabes e palestinos, não pode libertar-se. A classe trabalhadora judaica é herdeira de uma tradição gloriosa na luta de classes: o caminho do proletariado ocidental, incluindo o argentino, está repleto de uma multidão de heroicos combatentes judeus. Mas este proletariado não poderá continuar até ao fim, nem renovar e superar a sua gloriosa tradição, enquanto não ficar do lado dos palestinos e dos árabes, que são reprimidos, perseguidos e escravizados pelo Estado de Israel. (...) a questão a ser respondida a respeito das relações entre povos, raças, nações e classes é muito simples: quem oprime e quem é oprimido? Para um marxista revolucionário a resposta é tão simples quanto a pergunta: estamos contra os opressores e a favor dos oprimidos. Defendemos estes últimos até à morte, sem deixar de apontar, quando necessário, os erros da sua direção (...)" [19].

Outra questão que se coloca atualmente é se deveria haver uma política em relação aos trabalhadores israelitas na luta contra o Estado sionista. Há até quem justifique a sua posição de honrar as vítimas de Israel como parte de uma política em relação à classe operária israelita. Moreno também respondeu a isso, baseado na pergunta feita por um camarada chileno:

"Se o propósito decisivo e fundamental é a destruição do Estado Sionista, trata-se de estabelecer quais são as forças objetivas que neste momento estão embarcadas nesta tarefa progressista, histórica (...). Acaso são os explorados e discriminados Sabras e Sefarditas de Israel? Ou são os trabalhadores Ashkenazi? Neste momento, estas forças são o baluarte do Estado sionista e não a vanguarda da sua destruição. A aristocracia trabalhista Ashkenazi, através do Partido Trabalhista, está totalmente envolvido no sionismo. Os Sabras e os Sefarditas deram a Begin a base eleitoral e apoiam entusiasticamente os seus planos de colonizar terras árabes. Isto deixa atualmente o movimento árabe e muçulmano como o único setor social em luta permanente contra Israel, em cuja vanguarda indiscutível estão os palestinos, expulsos da sua terra natal pelos sionistas" [20].

Essa resposta de Moreno de 1982 permanece completamente atual. É por isso que não pode haver dúvidas sobre qual lado da história é verdadeiro. Como diz Ilan Pappé no seu artigo recente:

"Existe uma alternativa. Na verdade, sempre existiu: uma Palestina dessionizada, livre e democrática, do rio ao mar; "uma Palestina que acolha de volta os refugiados e construa uma sociedade que não discrimine com base na cultura, religião ou etnia."

E para alcançar esta alternativa de "um Estado Palestino único, secular, democrático e não racista" é necessária a destruição do Estado Sionista de Israel. A política de "dois Estados vivendo em paz" foi a política de partilha feita pela ONU e sempre foi injusta. Além disso, é algo impossível, uma utopia reacionária, face ao Estado expansionista de Israel que atua com o apoio e como ponta de lança do imperialismo ianque no Oriente Médio.

Também não pode haver dúvidas sobre quem é o único capaz de enfrentar esta tarefa histórica: as massas árabes, lideradas pelos palestinos.

Pode parecer que esta tarefa é impossível de realizar, pois envolve derrotar a quarta potência militar do mundo, que conta com o total apoio da primeira, o imperialismo ianque. Também parecia impossível que os ianques fossem derrotados no Vietnã. Mas isso foi conseguido com a combinação da resistência heroica das massas vietnamitas, dispostas a tudo, tal como as massas palestinas hoje, com a mobilização internacional, especialmente nos Estados Unidos.

Apesar da mentirosa campanha de guerra da imprensa internacional, a resposta das massas contra o genocídio de Israel já começou, não só no Médio Oriente, mas também, com força diferente, em diferentes países do mundo, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Nesta resposta internacional, as ações dos judeus antissionistas que destacamos neste artigo ganham uma força importante.

Em seu livro "Nazismo y sionismo", o professor español de História pesquisa e denuncia o acordo do movimento sionista mundial com o regime nazista.

Tudo isto nos faz dizer que a luta será muito dura e custará muito, mas que não se pode dizer que a vitória palestina seja impossível.

[1] Os sionistas conseguiram romper com o imperialismo inglês, o que vinham tentando há muito tempo com os ex-colonizadores (o Império Otomano e o Império Alemão). Em 2 de novembro de 1917, foi publicada a Declaração Balfour, que entre outras coisas diziam: "O Governo de Sua Majestade vê favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e fará tudo o que estiver ao seu alcance para facilitar a realização desse objetivo…"

[2] Ralph Schoenman, que morreu em 30 de setembro, foi uma das figuras mais proeminentes da esquerda marxista norte-americana. Nasceu em 1935 e em 1958 foi para a Grã-Bretanha onde estudou Economia. Trabalhou com o filósofo liberal pacifista Bertrand Russel, participou de atividades contra armas nucleares e foi acusado de atividades antiamericanas por

A Haganah, organização armada sionista, uma das mais ativas e cruéis durante a nakba de 1948. Depois seria base do exército israelense.

denunciar crimes ianques na Indochina. Seu passaporte americano foi revogado por ter visitado o Vietnã do Norte. Por instigação do governo ianque foi preso em vários países. Por ter denunciado as relações do sionismo com o nazismo, foi acusado de antissemitismo, apesar de se ter recusado violentamente a participar numa Conferência de "historiadores revisionistas" (aqueles que negam o Holocausto). A sua obra "A História Oculta do Sionismo", um trabalho de investigação sério, que se torna relevante por ser escrito por um judeu, é leitura obrigatória para quem quer conhecer o sionismo e a sua relação com o judaísmo.

[3] Isto após o movimento de envio, pela organização sionista mundial, de jovens judeus de diversos países para se estabelecerem na Palestina como colonos.

[4] Haganah, principal organização paramilitar dos colonos judeus na Palestina, que se dizia "socialista", fundada por Leev Jabotinsky. Irgun, organização clandestina armada de extrema direita, fundada por Begin. Foi considerada uma organização terrorista.

[5] Ralph Schoenman, *História Oculta do Sionismo.*

[6] Idem.

[7] Idem.

[8] Idem.

[9] Jabotinsky, "Carta sobre Autonomia", 1904, citado na *História Oculta do Sionismo*.

[10] Schoenman, trabalho citado.

[11] Rabino Solomon Schonfeld, Faris Yahya, *Relações Sionistas com a Alemanha Nazista*, Centro de Pesquisa Palestina, 1978.

[12] Schoenman, trabalho citado.

[13] Idem.

[14] Idem.

[15] Este livro foi publicado em 1984 em inglês e em 2007, ampliado e atualizado, foi publicado em alemão.

[16] Idem.

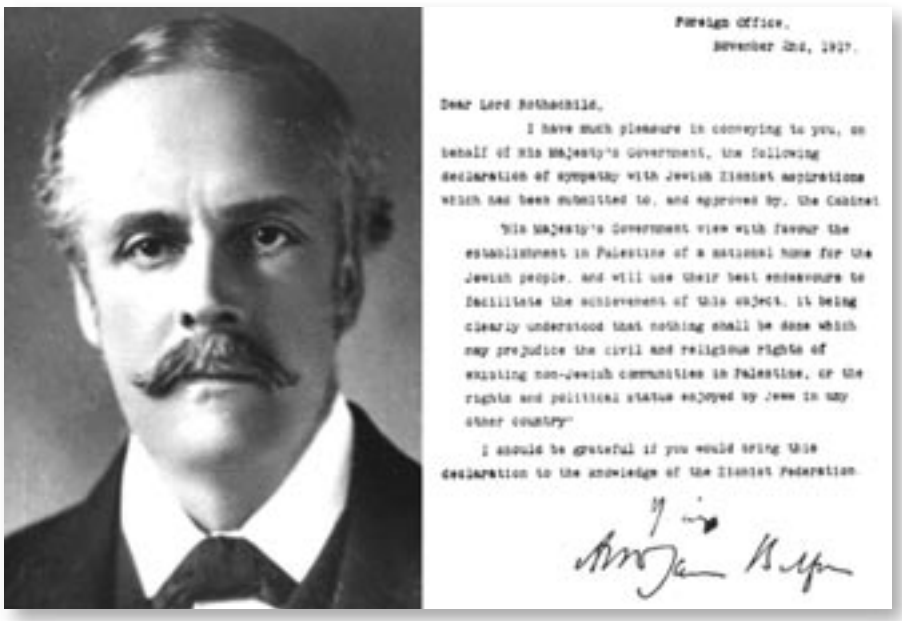
[17] *Al Hamishmar* (periódico israelí), 7 de set, 1978. Citado por Schoenman.

[18] https://www.facebook.com/watch/?v=333955392374989&t=7

[19] *Conversações com Nahuel Moreno*, 1986.

[20] "Carta de um camarada chileno", e a resposta de Nahuel Moreno foram publicadas no *Correio Internacional*, ano 1, nro. 8, de setembro de 1982.

Em 1917, a Declaração Balfour do governo britânico mostrou o apoio do imperialismo ao projeto do sionismo.



Foreign Office,
November 2nd, 1917.

Dear Lord Rothschild,

I have much pleasure in conveying to you, on behalf of His Majesty's Government, the following declaration of sympathy with Jewish Zionist aspirations which has been submitted to, and approved by, the Cabinet.

"His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country"

I should be grateful if you would bring this declaration to the knowledge of the Zionist Federation.

Cisjordânia: a outra frente do ataque israelense aos palestinos

Diante do ataque genocida de Israel à Faixa de Gaza, a mídia internacional centralizou sua atenção na situação nessa área. Neste artigo, tentaremos analisar a situação da Cisjordânia, o outro território palestino sob ocupação israelense, que também sofre uma agressão permanente por parte do Estado sionista.

ALEJANDRO ITURBE

Para isso, consideramos necessário fazer um breve resumo de sua história e como chegou à situação atual. O que hoje é chamado de Cisjordânia (que significa "deste lado do rio Jordão") fazia parte do Mandato Britânico da Palestina, criado pela Sociedade das Nações, em 1918, após a derrota do Império Turco na I Guerra Mundial e de seu desmantelamento. É todo o território desse Mandato ("do rio [Jordão] ao mar [Mediterrâneo]") que o povo palestino reivindica, com razão, como seu país porque o habitam há séculos, como uma parte específica dos povos de língua árabe.

Nos mapas da época não há nenhuma referência à Cisjordânia como um território diferenciado. Também não figurava na Declaração Balfour (1917) do governo britânico, na qual se respaldava o projeto do sionismo de "estabelecer um 'lar nacional judeu' na Palestina". Naquela época, os judeus representavam uma minoria, muito pequena, dos habitantes da Palestina. Esta declaração é considerada o primeiro apoio explícito do imperialismo ao que seria em 1947-1948 a criação do Estado de Israel.

À esqueda, a cidade de Nablus.

Em detalhe, campamento Ein el Eiwe, de refugiados palestinos no Líbano.

Significou, além do mais, a aliança explícita do sionismo com o imperialismo para colocar-se ao seu serviço.

A partir dela, e do acordo franco-britânico conhecido como Sykes-Picot (1916), várias potências europeias apoiaram ativamente o esforço sionista de transferir judeus europeus para radicarem-se na Palestina. Da mesma forma, continuaram sendo uma minoria nesse território no qual, em 1931, viviam 750.000 palestinos e 175.000 judeus.

Esta imigração de judeus europeus deu um salto durante a II Guerra Mundial com muitos que fugiam da perseguição nazista e, depois de terminada a guerra, com muitos sobreviventes do holocausto. Mesmo assim, os habitantes judeus continuaram sendo minoritários na Palestina, onde habitavam 1.300.000 palestinos e 600.000 judeus

A resolução da ONU de 1947

É nessa situação que em 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral da ONU vota a Resolução 181, que divide o Mandato Britânico da Palestina e outorga ao futuro Estado de Israel e à população judia (como vimos, em sua maioria imigrantes europeus recém chegados) 52% des-

Primeira Intifada,1987.

se território. Essa resolução foi votada com o respaldo do imperialismo estadunidense, seus aliados imperialistas na II Guerra Mundial (Inglaterra e França) e, também, pela URSS dirigida pelo estalinismo (um fato que os estalinistas tentaram ocultar depois). É importante destacar que, mesmo no território outorgado a Israel, a população judia era minoritária: 900.000 habitantes palestinos contra os 600.000 judeus, dos quais já falamos e que, no máximo, eram proprietários de 6% das terras e das casas.

Com esta resolução, a ONU legalizava um terrível roubo do território palestino (um objetivo que estava na origem do projeto sionista desde o século XIX). Os EUA e seus aliados impulsionaram e respaldaram esse projeto para criar um enclave imperialista militar e geográfico no coração do mundo árabe com suas grandes riquezas petrolíferas.

Os judeus europeus tinham acabado de sofrer uma terrível perseguição e um atroz genocídio pelos nazistas, e o mundo estava horrorizado com isso. Quem poderia opor-se à criação de um território onde os judeus pudessem "viver em paz" e "recuperarem-se das suas feridas"? Mas este justo sentimento foi usado pelo imperialismo e pelos sionistas para ocultar o verdadeiro conteúdo do que estava acontecendo: o povo palestino vivia há séculos nesse território e, portanto, era necessário roubar suas terras e expulsá-lo delas.

A *Nakba*

Por isso, o sionismo criou organizações armadas, como Ergún, Haganá e Lehi, que agiam contra os palestinos. Foi o ponto de partida do que os palestinos chamam a *Nakba:* uma brutal ofensiva de limpeza étnica realizada pelas organizações sionistas armadas, com métodos sanguinários.

Um exemplo disso foi o ocorrido na aldeia de Deir Yassin, já em 1948 (próximo de Jerusalém): para expulsá-los de suas propriedades, 200 de seus 600 habitantes foram assassinados (incluindo idosos, mulheres e crianças).

Em 14 de maio de 1948, data estabelecida pela ONU para a entrada em efeito da Resolução 181, a Grã Bretanha se retira do território palestino. Israel aproveitou a *nakba* e vários meses de "limpeza étnica" para apropriar-se de 26% adicionais do território que havia sido concedido aos palestinos através dessa resolução.

Esta "limpeza étnica" (sob a benevolência do imperialismo e do estalinismo) teve como resultado que ficaram apenas 138.000 palestinos no território concedido a Israel. O resto foi expulso. Depois de realizar a *nakba,* Israel votou a "lei de ausentes": as terras e casas dos palestinos expulsos eram expropriadas pelo Estado e entregadas aos habitantes judeus "presentes", que assim passaram a ser donos de 90% das propriedades.

Os palestinos expulsos se viram obrigados a ir para diferentes destinos como a atual Cisjordânia (em alguns casos, para acampamentos de refugiados como o de Jenin) ou para a Faixa de Gaza. Outros partiram para o exílio em países árabes (especialmente Jordânia, Líbano e Síria), onde muitos vivem também em acampamentos de refugiados, ou para regiões mais distantes, como os EUA e América Latina.

Desta forma, este povo ficou dividido em três setores: os que vivem dentro das fronteiras do território apropriado pelo estado sionista, os que vivem em Gaza e Cisjordânia, e os que foram exilados.

Assim nasceu a tragédia deste povo, provocada pela criação do Estado de Israel.

Assim começou também a luta deste povo para recuperar seu território histórico.

Desde 1948

O território do velho mandato britânico concedido aos palestinos ficou "cortado em dois" por Israel: uma parte oriental (do rio Jordão até Jerusalém oriental) e uma parte ocidental (a Faixa de Gaza), que teve sua superfície cada vez mais diminuída como consequência das novas "apropriações" israelenses.

Entre 1948 e 1949, ocorreu a primeira guerra árabe-israelense, que finalizou com a vitória israelense. Em 24 de fevereiro de 1949, foi assinado o armistício entre ambos os lados. Por esse acordo, a Faixa de Gaza ficou sob administração egípcia e a Cisjordânia sob administração jordana. O documento atribuía à Cisjordânia uma superfície de 5.860 km^2 que incluía a parte oriental de Jerusalém. Atualmente vivem na Cisjordânia mais de 3.000.000 de palestinos.

Em 1967, depois da chamada "Guerra dos Seis Dias", que finalizou com uma nova vitória israelense, Israel anexou e ocupou militarmente os territórios de Gaza e Cisjordânia (desde esse fato, generalizou-se chamá-los de "territórios palestinos ocupados").

A população palestina resistiu permanentemente a esta ocupação, e a máxima expressão desta resistência foi a Primeira Intifada (revolta popular, em árabe), que explodiu a partir de 1987: milhares de jovens palestinos de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental (alguns quase crianças) enfrentavam os tanques e os soldados israelenses com estilingues e pedras. Suas imagens percorreram e impactaram o mundo.

Apesar da terrível repressão israelense (houve cerca de mil mortos palestinos), a Intifada se mantinha. Isto começou a gerar uma profunda crise no moral dos jovens soldados israelenses que, em defesa de Israel, manifestavam estar dispostos a matar soldados inimigos e "terroristas", mas que já não suportavam mais matar jovens desarmados.

Os acordos de Oslo

O imperialismo ianque e os dirigentes sionistas compreenderam que esta situação abria a possibilidade de uma derrota política e militar de Israel. Diante desse perigo, começaram a promover o caminho da "negociação" que levaria aos Acordos de Oslo, assinados em 1993-1994 entre Yasser Arafat, presidente da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e o governo israelense, com a intervenção de Bill Clinton, então presidente dos EUA.[1]

Por esses acordos, a OLP reconheceu a legitimidade da existência do Estado sionista e assinou "a paz" com ele. Na realidade, foi uma verdadeira traição à luta do povo palestino. Uma traição que o regime egípcio já havia cometido com os acordos de Camp David, em 1979[2] e o regime jordano, em 1984.

O exército israelense, supostamente se retirava dos territórios ocupados e os entregava a um "governo palestino": a Autoridade Nacional Palestina (ANP), que os administraria. Arafat e Al Fatah (a principal corrente política da OLP) defenderam estes acordos dizendo que este era o primeiro passo de um caminho que, no futuro, levaria à constituição de um pequeno Estado palestino independente com o critério de "dois Estados". Em diversas ocasiões, debatemos esta "falsa solução" à luta dos palestinos para recuperar todo seu território histórico[3].

Mahmoud Abbas.

A ANP é uma administração colonial

Mas mesmo que se aceite a estratégia desta falsa solução, a realidade foi completamente diferente: Gaza e a Cisjordânia nunca tiveram autonomia de Israel. Em primeiro lugar, porque foram "cercadas" e suas fronteiras ficaram sob controle militar israelense, tanto na passagem dos palestinos para Israel como para, e desde, o exterior (fronteira com a Jordânia). O mesmo ocorre com seu comércio exterior.

A Faixa de Gaza ficou comprimida e isolada entre Israel e o mar. Enquanto isso, a Cisjordânia foi "cortada em pedaços", em três categorias de áreas: A, sob controle civil e policial da ANP; B, sob controle conjunto da ANP e militares israelenses; e C, sob controle militar e civil exclusivo de Israel. Esta última zona é a única com continuidade territorial e rodeia e fragmenta as zonas A e B. Isto significa que, inclusive para ir de uma zona própria a outra, os palestinos devem atravessar controles israelenses. Em fins de 2010, havia 99 postos de controle israelense e 505 obstruções de vários tipos em rodovias que dificultam a livre circulação dos palestinos na Cisjordânia.

O mesmo acontece com qualquer tipo de desenvolvimento econômico autônomo, que é subordinado e controlado por Israel. Basta dizer que a moeda de uso corrente na Cisjordânia é o shekel israelense.

Em 2022, a economia palestina ocupava a posição 157 em um ranking de 197 países, com uma dinâmica descendente. Nesse quadro, as condições de sobrevivência e emprego são muito difíceis. Os índices de desemprego são altos, especialmente entre a juventude[4].

Não é por acaso que, em 2022, 130.000 palestinos da Cisjordânia viram-se obrigados a irem trabalhar todos os dias em construções, agricultura e inclusive em fábricas no território apropriado pelo estado sionista[5]. Para isso, devem obter permissões das autoridades israelenses e atravessar os lentos e rigorosos controles de fronteira que às vezes demoram horas. Muitas vezes, é a única alternativa de emprego que têm e além disso, obtêm melhores salários que na Cisjordânia. Um filme recente (*A 200 metros*), escrito e dirigido pelo palestino Ameen Nayfeeh, mostra um pouco desta realidade[6].

Por fim, Israel continuou roubando propriedades palestinas, tanto urbanas em Jerusalém Oriental como terras de uso agrícola. Nelas, se instalaram os novos imigrantes judeus de origem russa, chegados a partir de 1990, após a queda da ex União Soviética. Estima-se que já haja 800.000 destes "colonos" (200.000 deles em Jerusalém Oriental).

Como se tudo isso fosse pouco, Israel começou a construir uma "barreira de separação" entre seu território e a Cisjordânia, um alto e grosso muro de cimento na maior parte de sua extensão, já quase totalmente construído. A construção deste muro não só teve efeito de isolamento e controle da Cisjordânia. Por um lado, deixou Jerusalém Oriental e as "colônias" apropriadas "dentro" de Israel. Por outro, tal como assinalam a própria ONU e a Anistia Internacional significou a demolição de moradias palestinas, a destruição de oliveiras e de terras de cultivo palestinas, maiores dificuldades ao movimento entre bairros palestinos, aumento dos controles do exército israelense, e efeitos negativos na demografia e na economia da Cisjordânia[7]. Inclusive houve famílias palestinas que ficaram divididas e separadas pelo muro[8].

Com base em tudo o que analisamos, a ANP não significou nenhum passo para a constituição de um verdadeiro governo palestino nos territórios. Pelo contrário, se transformou em um agente do domínio colonial israelense sobre esses territórios, cujo aparato e forças policiais estão a serviço desse domínio. A partir da vitória do Hamas nas eleições de 2006 e sua ruptura com a ANP, a situação da Faixa de Gaza passou a ser totalmente diferente da situação da Cisjordânia[9].

Protestos contra Abbas.

Surge uma nova burguesia palestina

A questão da ANP não é apenas seu papel político. É mais profundo que isso, já que, baseada nesta política de "agente colonial", inclusive nas terríveis condições gerais da Cisjordânia, foi surgindo uma burguesia palestina que encontra espaços de desenvolvimento e se "entrelaça" com a ANP e Al Fatah.

Esta nova burguesia palestina surge pelos diversos caminhos que a "situação colonial" permite. O primeiro é a administração dos fundos e das instituições que a ANP gerencia (que lhe são entregues por Israel) como um "banco palestino", hospitais, escolas, universidades, correios, etc. Além dos trabalhadores que estas instituições empregam, é gerado um "clientelismo" e uma dependência de uma parte da população da ANP.

Em segundo lugar, setores econômicos tradicionais, como o cultivo de oliveiras e a produção de azeite de oliva, exportam seus produtos a Israel ou através deste país e, para isso, se associam cada vez mais ao Estado e a empresas israelenses[10].

Alguns destes "novos empresários "palestinos cruzam barreiras sem problemas. O já citado filme *A 200 metros* mostra os intermediários que, na Cisjordânia, contratam trabalhadores palestinos que vão trabalhar em Israel e lhes facilitam obter as permissões necessárias.

Mas, sem dúvida, o limite mais repugnante que cruzaram tornou-se público ao irromper o escândalo sobre vários ministros da ANP e em-

presários palestinos que interviram em operações comerciais de venda de 420.000 toneladas de cimento egípcio a Israel, destinadas à construção do Muro da Separação. *"Os supostos implicados ajudaram empresas palestinas a ganhar somas milionárias com essas vendas a companhias construtoras de Israel que participam dessas obras"*[11].

Um único caso, porém, emblemático, desta burguesia palestina é o de Munib al Masri, de 79 anos, que reconhece ter uma fortuna de bilhões de dólares e um holding de 35 empresas, com investimentos em países árabes e outras regiões do mundo. Vive em uma luxuosíssima mansão em Nablus, cópia de uma villa italiana. Mais além de seu caráter excepcional, é interessante saber que foi grande amigo de Yasser Arafat e *"se encontra com dirigentes de todo o mundo"*. Masri promove ativamente *"a paz entre Israel e os palestinos"*, através da política dos *"dois Estados"*[12]. É evidente que hoje Masri apoia a ANP presidida por Mahmoud Abbas e Al Fatah.

A resistência continua e Abbas se enfraquece politicamente

No marco da comprovação do verdadeiro significado dos Acordos de Oslo, a resistência palestina na Cisjordânia, em especial entre a juventude, se manteve permanentemente através de diferentes expressões. Ao mesmo tempo, cresceram o desprestígio e os questionamentos à ANP e Abbas. Um processo parecido ocorria entre a juventude palestina no exílio na Jordânia, Líbano e outros países.

E a Segunda Intifada, desenvolvida entre 2000 e 2004, expressava esse questionamento da juventude à política da ANP: esses jovens saíram para enfrentar as forças e os colonos

Muro da Separação, do lado palestino.

israelenses com métodos "mais duros" que os da Primeira Intifada. Israel respondeu com uma sangrenta repressão: estima-se que houve mais de 4.000 palestinos assassinados. Por sua vez, a ANP, uma vez finalizada a Intifada, buscou cooptar seus participantes mais ativos e integrá-los nas suas forças policiais.

Em 2011, no calor do impacto da chamada "Primavera Árabe", ocorreu um fato inédito: jovens ativistas palestinos nos territórios e no exílio organizaram uma jornada em memória da *nakba* e "perfuraram" as fronteiras israelenses. O fizeram de "fora para dentro" porque tinham melhores condições para isso. Enfrentaram obstáculos e a repressão dos governos árabes no Líbano, Síria, Jordânia e Egito. Assim, chegaram às fronteiras e as cruzaram, e ali se encontraram com alguns jovens da Cisjordânia que se mobilizaram para recebê-los. Naquele momento dissemos que *"esta mobilização e seu resultado foi uma espécie de 'esboço' de como a luta dos palestinos contra Israel pode e deve se desenvolver"*[13].

Depois da atual situação na Faixa de Gaza se iniciar, foram realizadas grandes mobilizações em várias cidades da Cisjordânia, em apoio aos seus irmãos de Gaza, em repúdio a Israel, e com críticas à ANP por sua inação ante o ataque genocida israelense[14].

O desprestígio da ANP e de Abbas é muito grande. Uma pesquisa realizada em 2015 pelo pesquisador palestino Khalil Shikaki concluiu que 57% dos palestinos já não acreditava na "solução dos dois Estados", que 2/3 queriam a renúncia de Abbas e que 42% tinha a opinião que *"só uma luta armada tornaria possível a criação de um Estado palestino independente"*[15]. Em 2021, as forças de segurança da ANP reprimiram duramente manifestações que pediam a renúncia de Abbas[16].

Os processos políticos da juventude palestina

É muito importante acompanhar os processos da juventude palestina (especialmente a cisjordana) pelo seu impacto na dinâmica da luta contra Israel. Tentamos fazê-lo e, como parte disso, realizamos pesquisas jornalísticas.

Encontramos um extenso e interessante artigo de 2018[17]. Nele se in-

Toca dos Leões.

forma que 40% da juventude palestina (entre 15 e 29 anos) participava de novos movimentos como Nabd ou Jabal Al Mukabir Local Youth Initiative (da Cisjordânia) e inclusive de Gaza Youth Breaks Out (GYBO). Todas tinham origem no processo de 2011 e faziam parte de uma permanente formação de *"numerosos coletivos, comitês e associações"*.

Os pontos comuns eram sua aspiração de *"unidade do povo palestino"* e uma dura crítica aos velhos dirigentes, especialmente à ANP e Al Fatah. Um estudante de sociologia, de 20 anos, disse que *"Fatah e a Autoridade Palestina só oferecem gesticulações simbólicas à juventude. É qualquer coisa menos uma atuação política séria. O regime não pretende promover uma mobilização coletiva que realmente possa dar frutos. Teme que uma politização da juventude leve, em primeiro lugar, a uma revolta contra eles"*.

Por isso, além de sofrer a repressão israelense também sofrem a perseguição da ANP. Por exemplo, o ativista Issa Ambro, responsável pelo movimento A Juventude contra as Colônias (com sede em Hebron) foi preso em 2016 pelo exército israelense e libertado em 2017 devido à pressão de uma grande campanha internacional, à qual inclusive Bernie Sanders aderiu. Nesse mesmo ano, foi preso (depois libertado) pela ANP por criticá-la no Facebook. Em 2018, estava organizando uma palestra debate na Universidade de Hebron sobre a questão das colônias israelenses e foi convocado para ser interrogado pelos serviços de segurança palestinos.

Muitos outros ativistas viveram essa dupla perseguição: a prisão israelense (alguns ainda estão nelas) e o "aperto" da ANP. No marco desta "pinça de repressão", um analista palestino estima que vários desses movimentos *"se encerram em si mesmos, com o risco de alguns girarem para a ação violenta"*. Frente a essas ações, outros ativistas *"afirmam que compreendem estes atos desesperados e se negam a condená-los"*.

A Toca dos Leões

É muito possível então que ativistas provenientes destes movimentos se uniram com os provenientes de outras vertentes para formar "A Toca dos Leões", uma *"nova milícia armada de jovens que enfrenta a ocupação israelense"* formada em 2022[18]. Esta organização protagonizou permanentes ações contra o ocupante israelense. Um analista palestino a descreve como *"Um grupo de jovens palestinos descontentes com as facções políticas existentes na Cisjordânia ou Gaza"*. O exército israelense já assassinou vários deles. É muito difícil saber quantos combatentes efetivos a integram, mas é evidente que desde os 10 fundadores de Nablus cresceu rapidamente. O chamado que fizeram a partir do seu canal de Telegram já tem 130.000 seguidores. Em um contexto mais amplo, *"uma pesquisa realizada em dezembro pelo Centro Palestino para a Pesquisa de Políticas e Sondagens entre os residentes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, mostra que **mais de 70% apoia a formação** de grupos armados independentes como a Toca dos Leões"*. Outro centro de autodefesa e resistência armada palestina está no acampamento de Jenin[19].

Por isso, a Toca dos Leões passou a ser um objetivo prioritário da repressão israelense. Mas também preocupa, e muito, a ANP e Fatah, porque os membros e adeptos desta organização acreditam que *"a ANP está politicamente quebrada e não pode alcançar a independência política por meios pacíficos"*. Por isso, o caminho é a luta através da resistência armada, com a simpatia da maioria da população palestina.

"Os principais líderes da ANP e Fatah não estão contentes com o grupo por muitas razões". Aparentemente, *"tomaram uma decisão estratégica para tentar cooperar com o grupo ao invés de desmantelá-lo pela força"*. Na mesma linha de cooptação que tiveram para com os líderes das Intifadas, *"a ANP tentou dissuadir o grupo para que abandonasse o militarismo armado e se unisse aos serviços de segurança palestinos"*.

Com essa política *"conseguiram ganhar alguns membros, mas os líderes do grupo se negaram a entregar*

suas armas e insistiram em continuar lutando até o final".
Contudo, o debate no interior da Toca dos Leões sobre o que fazer frente à ANP continua em aberto. Um analista palestino considerou que, por ora, tenta não se chocar frontalmente, porque *"ir contra a ANP te coloca em conflito direto com todo o público palestino ou com uma grande parte dele. Acredito que estão tentando evitar isso"*. Lembremos a "dependência" para sua sobrevivência de toda uma parte da população palestina, à qual já nos referimos.

Algumas considerações finais

Qual é a proposta da LIT-QI para o povo palestino e sua juventude frente à ANP? Para nós, o ponto de partida é **a necessidade de romper com os Acordos de Oslo** e a estratégia dos "dois Estados" com os quais quiseram se justificar. Deve ser retomado o objetivo da Palestina laica, democrática e não racista da fundação da OLP, e a necessidade de destruir o Estado de Israel para recuperar todo o território do Mandato Britânico da Palestina.

Como "filha" dos Acordos de Oslo, a atual ANP de Abbas é um obstáculo nesse caminho. Vemos como Abbas atua como um agente colonial de Israel. Hoje Israel está atacando a Faixa de Gaza e quer expulsar sua população, em um novo episódio da contínua *nakba* que o estado sionista realiza. Os palestinos de Gaza resistem como podem nesta guerra muito desigual contra o sionismo. E a ANP de Abbas permanece passiva sem mover um dedo por eles. É intolerável. Os palestinos da Cisjordânia também sofrem permanentemente a agressão do sionismo, o Muro da separação, a repressão de seus soldados e o roubo permanente de terras, e também resistem como podem. E Abbas também não move um dedo.
Compreendemos que, para sua dura sobrevivência, muitos palestinos da Cisjordânia aceitem a ANP como um "mal necessário".
Mas é preciso uma nova direção palestina, uma que não atue como um administrador colonial de Israel mas que seja uma base de apoio para a luta contra Israel, para o apoio à resistência de seus irmãos de Gaza e pela recuperação de todo o território palestino.

Casa de Munib al-Masri em Nablus.

[1] https://litci.org/pt/2022/09/17/oslo-a-paz-dos-cemiterios-para-a-continua-nakba/
[2] https://litci.org/pt/2023/11/05/77889/ Egito: O impacto da situação de Gaza
[3] https://litci.org/pt/2023/07/10/palestina-sobre-a-falsa-solucao-dos-dois-estados/
[4] La situación de los trabajadores en los territorios árabes ocupados (ilo.org)
[5] https://www.europapress.es/internacional/noticia-israel-aumentara-20000-numero-permisos-trabajo-palestinos-cisjordania-20220615172507.html
[6] https://www.monitordooriente.com/20211214-a-200-metros-filme-sobre-familia-separada-pelo-muro-da-cisjordania-esta-na-netflix/
[7] United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs - occupied Palestinian territory | Home Page (ochaopt.org)
[8] O filme citado na referência 6 mostra esta situação.
[9] https://litci.org/pt/2023/10/30/nossos-acordos-e-diferencas-com-o-hamas/
[10] Israel concedió 600 permisos adicionales para que empresarios palestinos hagan negocios en el país - Infobae y Un israelí y un palestino hacen negocios en Hebrón pese a las barreras | Internacional | EL PAÍS (elpais.com)
[11] elmundo.es - La ANP investiga si palestinos venden cemento a Israel para construir el muro de Cisjordania
[12] https://elpais.com/elpais/2013/07/12/gente/1373648973_031212.html
y https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/09/01/mansoes-em-area-de-conflito-cisjordania-atrai-empreendimentos-de-luxo-em-meio-a-confrontos.ghtml
[13] Sobre este tema ver: https://litci.org/es/la-cuestion-palestina-punto-central-de-la-revolucion-arabe/?amp=1
[14] https://twitter.com/i/status/1714354218344034471
[15] Os resultados desta pesquisa foram publicados originariamente em http://www.pcpsr.org/en/node/619 (uma página que agora figura como "não disponível") e foram citados em um artigo do jornalista britânico David Herst (http://www.middleeasteye.net/fr/opinions/une-nouvelle-intifada-pour-une-nouvelle-g-n-ration-2109668319) do qual extraímos.
[16] https://www.swissinfo.ch/spa/palestina-protestas_la-anp-reprime-duramente-en-cuarto-d%C3%ADa-de-protestas-pidiendo-dimisi%C3%B3n-de-ab%C3%A1s/46740552
[17] https://mondiplo.com/la-juventud-palestina-no-se-da-por-vencida
[18] https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-64916046
[19] Cisjordânia: 'Havia dezenas de homens armados — agora há centenas' - BBC News Brasil

Os partidos políticos na luta palestina

Vários partidos palestinos atuaram pela libertação da Palestina. Por isso é necessário falar da história da resistência palestina para entender o papel de cada organização.

FÁBIO BOSCO

O principal partido palestino chama-se Al-Fatah. Formado em 1958 por um grupo de jovens entre os quais Yasser Arafat, o partido defendia a libertação de toda a Palestina através da luta armada, inspirado na luta argelina contra o imperialismo francês. A batalha de Karameh na Jordânia contra o exército israelense em 1968 popularizou o Al-Fatah e milhares de palestinos, árabes e até estrangeiros ingressaram em suas fileiras para lutar pela libertação da Palestina. Um ano depois, Yasser Arafat assume o comando da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) que se torna a organização representante de todo o povo palestino. A partir daí, a história do Al-Fatah se confunde com a da OLP e a da luta palestina.

O projeto político do Al-Fatah - a libertação de toda a Palestina pela via armada - baseava-se na conciliação de classes privilegiando os interesses da burguesia palestina aos de milhões de refugiados palestinos espalhados em todo o mundo árabe. Além da conciliação de classes, seu projeto incluía a política de "não-intervenção" na política de outros países o que, na prática, cimentava uma aliança com os reacionários regimes burgueses árabes às custas dos trabalhadores palestinos e árabes em cada país.

Em 1967 é formado o principal partido de esquerda, a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP). A FPLP entendia a libertação da Palestina como uma luta anti-imperialista a ser levada pelas classes trabalhadoras dos países árabes. Rejeitava a política de conciliação de classes e de conciliação com os regimes árabes. Seu slogan era "O caminho para Jerusalém começa pelo Cairo, Amã e Damasco". Inspirada na revolução cubana, defendia ações armadas foquistas e se tornou famosa pelo sequestro de aviões. Dois anos depois é formada a Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP), a partir de uma dissidência mais radical da FPLP.

Ambas organizações se reivindicavam marxistas e faziam uma avaliação negativa do apoio político e militar dado por Stálin e pelo partido comunista palestino à formação do Estado de Israel, uma traição que até hoje pesa sobre o PC mesmo sob a nova denominação de Partido do Povo.

Em setembro de 1970 na Jordânia, o rei Hussein, apoiado por Israel e pelos Estados Unidos, promoveu um massacre de palestinos - que constituíam então 70% da população local - e expulsou a OLP e os partidos palestinos para o Líbano. Vale lembrar que o então chefe da força aérea síria Hafez el-Assad deu um golpe militar justamente para impedir a chegada de ajuda

Assembleia da ONU em 1947.

aos palestinos e dando início à dinastia Assad, uma das piores ditaduras de toda a região e inimigo confesso de Yasser Arafat e da OLP.

O peso desta derrota, e também da derrota dos países árabes para Israel na guerra de outubro de 1973, abriu o caminho para a pressão dos regimes árabes e da União Soviética para que a OLP abandonasse a luta pela libertação da Palestina em troca da formação de um mini-estado palestino na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental - cerca de 22% de todo o território palestino. A FDLP é a primeira organização da resistência palestina a defender publicamente esta política. Nesse mesmo sentido, Yasser Arafat faz um discurso histórico no plenário da ONU em 1974, portando uma metralhadora em uma mão e um ramo de oliveira na outra, no qual oferece um "compromisso histórico" ao criminoso Estado de Israel. Mas o imperialismo americano e Israel não queriam um compromisso. Eles queriam uma rendição.

Em 1975 a burguesia libanesa cristã maronita inicia uma guerra civil para impedir reformas democráticas exigidas pelo movimento nacional libanês liderado pelo burguês druso Kamal Jumblat, em aliança com os partidos de esquerda. O movimento nacional libanês fez uma aliança com a OLP, então a principal força militar no país, aliança esta que impôs uma série de derrotas às forças da extrema-direita maronita. Um ano depois, as tropas sírias invadiram o país a pedido do secretário de estado americano Henry Kissinger para impedir a derrota das forças da extrema direita maronita, e refugiados palestinos foram massacrados no campo de Tel Az-Zatar.

Em 1982 uma ação conjunta do exército israelense e das milícias de extrema-direita maronitas expulsa do Líbano Arafat e as forças da OLP, e promovem o massacre nos campos palestinos de Sabra e Chatila quando cerca de três mil palestinos são executados a sangue-frio por milicianos maronitas com apoio logístico das forças israelenses. O massacre de palestinos provocou um levante popular que expulsou as tropas israelenses de Beirute e depois de todo o Líbano.

Movilização da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP).

A origem do Hamas

Em 1987, os palestinos iniciaram um levante popular em Gaza e na Cisjordânia.

Este levante é chamado de Intifada. A organização Irmandade Muçulmana sofre enorme pressão popular para ter um papel ativo na resistência palestina, a exemplo do al-Fatah, dos partidos de esquerda ou mesmo da Jihad Islâmica - um partido político religioso formado a partir da revolução iraniana e defensor de um regime do tipo iraniano para a Palestina. Esta pressão leva à formação do partido político islâmico Hamas.

O Hamas defende vários valores da Irmandade Muçulmana: o livre-mercado, a propriedade privada, a conciliação de classes, a assistência social para os pobres e a educação através da islamização.

Diferente da Irmandade, o Hamas defende a libertação nacional de todo o território palestino por quaisquer meios necessários, inclusive a resistência armada. Seu primeiro manifesto defendia uma Palestina islâmica.

Posteriormente o Hamas modificou seu programa. Por um lado, já em 1993, seu líder histórico Sheikh Ahmed Yassin defendeu uma proposta de uma trégua de 10 ou 20 anos com Israel (Hudna em árabe) o que implicaria na prática no reconhecimento do Estado de Israel. Esse mesmo conteúdo se expressou em sua plataforma eleitoral de 2006, na qual não há qualquer referência à luta pelo fim do Estado de Israel. Por outro lado, abandonou a proposta de uma Palestina islâmica em seu novo manifesto aprovado em 2017, sem esclarecer qual modelo de Estado a ser defendido. Em Gaza, sitiada há 17 anos pelo Estado de Israel, existe um cerceamento às liberdades democráticas. No entanto, o Hamas é um dos poucos partidos palestinos que realiza eleições internas de seus dirigentes a cada quatro anos, com impacto real nos rumos da organização.

Outro aspecto importante é sua política externa. O Hamas se limita a defender o direito palestino à auto-determinação. Não tem como objetivo interferir na política de outros países. Desta forma, se relacionou em sua história com diferentes regimes tais como o saudita, o iraniano, o turco e o qatari.

Jabra Nicola, trotsquista palestino, em 1944.
Foto: Moshe Mashorer).

A Intifada palestina levou o imperialismo americano e Israel a adotar os Acordos de Oslo em 1993, transformando o Al-Fatah em um gerente da ocupação israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Os acordos de Oslo levaram a uma maior colonização das terras palestinas e institucionalizaram um regime de apartheid contra os palestinos, dando sequencia à limpeza étnica iniciada há 75 anos com a Nakba. Os partidos da esquerda palestina denunciaram os acordos de Oslo mas, posteriormente, capitularam à Al-Fatah e se adaptaram a eles. Além disso abandonaram sua independência frente aos regimes árabes e, em particular, frente ao regime iraniano dos Ayatollahs. Por isso, não tiveram qualquer participação significativa na onda de revoluções árabes que eclodiram a partir de dezembro de 2010. Atualmente são apoiadores do chamado "eixo da resistência" liderado pelo regime iraniano, com a participação da ditadura síria e do partido político libanês Hezbollah. Estão na mesma situação, dissidências dessas organizações como o Masar Badil (Caminho Alternativo - mais conhecido pela rede de libertação dos presos políticos palestinos que impulsionam chamada Samidoun). Liderado pelo ex-dirigente da FPLP Khaled Barakat, o Masar Badil faz oposição à corrupta Autoridade Palestina, e é duramente perseguido em países imperialistas como a Alemanha. No entanto, a exemplo da FPLP, o Masar Badil silencia totalmente perante a prisão de ativistas palestinos na Síria, e também perante o massacre de meio milhão de sírios efetuado pelo regime Assad com o apoio do regime iraniano, do Hezbollah e do regime russo.

Já o Hamas manteve sua oposição à Oslo e acabou por transformar-se na principal organização da resistência palestina, almejando substituir o Al-Fatah como organização líder do movimento nacional palestino.

Entre a juventude palestina, regularmente se formam novas organizações para enfrentar a violência da colonização sionista. Em 2022, jovens palestinos de diferentes organizações se armam para fazer a autodefesa das cidades e campos de refugiados palestinos, por fora da orientação de seus partidos. O grupo que se tornou mais famoso é o Toca dos Leões, na cidade velha de Nablus e o campo de refugiados de Jenin tornou-se o principal centro da nova resistência palestina.

O partido revolucionário e a Quarta Internacional

A luta por uma Palestina laica e democrática será levada até o fim pela classe trabalhadora, pelos camponeses e pela juventude despossuída da Palestina e dos países árabes chocando-se contra os imperialismos, o Estado de Israel, os regimes árabes e a própria burguesia palestina. A dinâmica desta luta por libertação nacional é portanto anti-capitalista e internacionalista. Para levar a frente esse programa, é necessária a construção de um novo partido palestino, de caráter socialista e revolucionário.

A Quarta Internacional, no ano de sua fundação em 1938, impulsionou um pequeno grupo na Palestina, neste momento sob o mandato britânico, chamado Liga Comunista Revolucionária (LCR), sob o impacto de grandes acontecimentos na arena mundial.

Em 1932, a Internacional Comunista (Komintern) aplica uma política ultraesquerdista de "social-fascismo" na Alemanha facilitando a ascensão do nazismo. León Trotsky escreveu extensivamente sobre este evento combatendo a posição do Komintern e atraiu para posições revolucionárias duas pequenas rupturas: um pequeno grupo de jovens liderado por Tony Cliff (Yigael Gluckstein) originário da juventude do Poale Zion e pela sua companheira Chanie integrante do Hashomer Hatzair, que romperam com essas organizações "sionistas de esquerda". A eles se uniram militantes alemães que romperam com o Partido Comunista Alemão (Oposição), uma cisão do KPD liderada por Heinrich Brandler, e que aderiram às posições trotskistas, entre eles o operário Jacob Taut.

Outra grande traição - o pacto entre Hitler e Stálin em 1939 - influenciou a vinda de quadros dirigentes árabes do Partido Comunista Palestino para a LCR: o primeiro foi Jabra Nicola, então membro do Comitê Central do PCP e editor de seu jornal sindical Al-

Nur; depois veio o secretário-geral da Liga pela Libertação Nacional (NLL - formada a partir da divisão do PCP em 1943 entre o PCP exclusivamente com militantes de origem judia, e o NLL exclusivamente com militantes árabes); e um importante dirigente sindical ferroviário.

A orientação política da LCR consistia em, nas palavras de Tony Cliff, "*os trabalhadores árabes deveriam combater o sionismo e o imperialismo, e romper com os líderes árabes reacionários. E os trabalhadores judeus deveriam se unir às massas árabes nessa luta*".

A LCR não tinha qualquer ilusão com a colonização sionista. Ao contrário, se opunha à imigração judia à Palestina pois esta imigração colocava os refugiados judeus europeus a serviço da máquina de colonização sionista contra a população palestina. Defendiam a abertura de fronteiras do Reino Unido e dos Estados Unidos para a imigração judia, destino preferido pelos refugiados judeus, em alternativa à Palestina. Por experiência própria, eles conheciam as organizações sionistas de "esquerda" e os kibbutz (fazendas coletivas para colonos judeus) e sabiam que não representavam nenhum tipo de experimento socialista. Ao contrário, eram a ponta de lança para a colonização das terras árabes e para a expulsão da população palestina[1].

Coerentes com essa posição, a LCR se opôs à partilha da Palestina em 1947 e à formação do Estado de Israel em 1948, ao contrário do Partido Comunista que, seguindo a posição de Stálin, apoiou a partilha e a formação de Israel, pilares da Nakba palestina.

Mas a LCR tinha uma avaliação equivocada sobre o papel das classes sociais na luta pela libertação da Palestina e de todo o leste árabe. Eles defendiam uma aliança entre a classe trabalhadora palestina e a classe trabalhadora judia para enfrentar o imperialismo, o sionismo e as elites árabes reacionárias. Mas essa aliança era impossível devido ao caráter colonialista excludente da empreitada sionista, hoje denominada de colonialismo de povoamento.

O próprio Tony Cliff reconheceu esta questão em sua biografia:

"*É claro que havia conflito de classes dentro da comunidade judaica na Palestina. Os trabalhadores e os capitalistas lutaram em torno dos salários e das condições. Mas a expansão colonial sionista embotou a luta de classes e impediu-a de assumir a forma política de oposição ao sionismo e ao imperialismo, e de solidariedade com os árabes explorados e oprimidos*"[2].

Menina israelense "dedica" uma bomba destinada a Gaza.

O revolucionário marxista palestino Ghassan Kanafani também analisa a relação entre a luta de classes e a colonização:

"*Então a luta de classe se mistura, com extraordinária profundidade, com o interesse nacional e os sentimentos religiosos, e essa mistura eclodiu no âmbito da crise objetiva e subjetiva que a sociedade árabe da Palestina vivia. Devido a isso, a sociedade árabe-palestina permaneceu prisioneira das lideranças feudais-clericais. Tendo em vista a opressão social e econômica sobre os pobres árabes palestinos nas cidades e aldeias, era inevitável que o movimento nacionalista assumisse formas avançadas de luta, adotasse slogans de classe e uma ação baseada em conceitos de classe. Da mesma forma, diante da aliança firme e cotidiana expressa entre a sociedade invasora construída pelos colonos judeus na Palestina e o colonialismo britânico, era impossível esquecer o caráter essencialmente nacionalista dessa luta. E tendo em vista o fervor religioso terrível em que a invasão sionista da Palestina foi baseada, e que era inseparável de todas as suas manifestações, era impossível que o subdesenvolvido mundo rural palestino não praticasse o fundamentalismo religioso como uma manifestação de hostilidade à incursão colonialista sionista*"[3].

Ao não entender a opressão nacional em todas as suas consequências sobre a luta de classes, e ao estar implantados principalmente na classe trabalhadora judia, a LCR teve muitas dificuldades para se desenvolver. Apesar de publicar uma revista em árabe, e outra em hebraico, e também panfletos em inglês para as tropas britânicas,

a LCR contava com quase trinta militantes em 1946, dos quais apenas sete árabes.

Ainda há, nos dias de hoje, organizações socialistas que, distantes da realidade da Palestina ocupada, desprezam a opressão nacional e defendem a unidade das duas classes trabalhadoras contra suas respectivas burguesias.

Essas organizações entendem que a defesa de uma Palestina laica e democrática do rio ao mar é uma visão etapista.

No entanto, qualquer observador atento que conheça a realidade da Palestina ocupada sabe que a classe trabalhadora judia israelense é parte da colonização sionista que lhe garante uma posição material e social privilegiada em relação aos palestinos.

É por isso que o genocídio israelense em Gaza conta com o amplo apoio da classe trabalhadora judia israelense[4].

Na Palestina ocupada, há um pequeno setor de judeus antissionistas que, rompidos com o sionismo, são verdadeiros aliados da libertação da Palestina.

Direito de autodeterminação para a nacionalidade opressora?

Há uma outra discussão importante sobre o direito de autodeterminação na Palestina. O trotskysta palestino Jabra Nicola defendia a unidade da revolução árabe dentro de uma perspectiva de revolução permanente. Ele entendia que no mundo árabe, ao contrário da Europa, não se desenvolveu uma classe burguesa distinta da classe de latifundiários e, portanto, não havia a possibilidade histórica da burguesia cumprir qualquer papel progressivo contra os latifundiários. Por outro lado, o imperialismo dividiu o leste árabe artificialmente e a sua reunificação se tornou uma missão da revolução socialista e da classe operária. Neste sentido, as ideias de Jabra Nicola retomaram a tradição revolucionária anterior ao estalinismo.

No entanto, ele defendia que o direito de autodeterminação para a população judia israelense deveria ser assegurado pela revolução socialista em toda a região após a destruição do Estado sionista. A teoria marxista defende o direito de autodeterminação apenas para as nacionalidades oprimidas, jamais para as nacionalidades opressoras.

Por isso os revolucionários nunca defenderam o direito de autodeterminação aos brancos na África do Sul ou aos colonos franceses na Argélia, ou ainda aos protestantes na Irlanda do Norte (com exceção da corrente britânica vinda do Grantismo). É claro que há espaço na generosidade palestina a todos os israelenses que aceitem viver em paz com os palestinos na Palestina livre. Mas isto não lhes dá o direito de autodeterminação, que em última instância, lhes garantiria o direito de secessão.

Estes debates entre os trotskistas são demonstração viva dos grandes desafios que os revolucionários enfrentam perante a questão nacional. Uma resposta correta a estes desafios, estabelecem as bases para a construção de um partido revolucionário palestino que lidere a classe trabalhadora palestina e árabe em sua luta por emancipação.

Grande parte da base da FDL (Frente Democrática para a Libertação da Palestina vem de setores cristãs.

[1] https://www.marxists.org/archive/cliff/works/1947/xx/palestine.htm

[2] https://www.marxists.org/archive/cliff/works/2000/wtw/ch01.htm

[3] KANAFANI, Ghassan. *A Revolta de 1936-1939 na Palestina*. São Paulo: editora Sundermann, 2015.

[4] https://time.com/6333781/israel-hamas-poll-palestine/ Só 1,8% da população judía israelense entende que os bombardeios sobre Gaza são excessivos.

Por que nos opomos à solução de dois Estados

A solução de dois Estados consiste na formação de um mini-Estado palestino ao lado do já existente Estado racista de Israel. O objetivo desta "solução" é legitimar o Estado racista de Israel e sua política de apartheid e limpeza étnica contra povo palestino, desenvolvida ao longo dos últimos 75 anos.

Esta "solução" não restitui os direitos do povo palestino às suas terras. Apenas legaliza o roubo destas terras pelo Estado de Israel. Além disso, até mesmo aqueles que dizem defender essa "solução", tampouco, até o momento, garantiram a formação de um Estado Palestino.

Promessas não cumpridas de uma solução que não resolve

A formação de um Estado palestino foi prometida pelo imperialismo em dois momentos. A primeira vez, em 1947, por ocasião da votação da partilha da Palestina, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o apoio das duas superpotências da época, os Estados Unidos e a União Soviética.

A segunda, em 1993, quando foram assinados os Acordos de Oslo, nos quais a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) reconheceu o Estado de Israel, estabelecido sobre 78% das terras palestinas, e, em troca, recebeu um plano para a formação de um mini-Estado palestino. Em ambas ocasiões a promessa de um Estado palestino não foi cumprida.

Caso o avanço da luta palestina obrigue o imperialismo a aceitar um mini-Estado palestino, ele também não seria uma solução, pois não garante o direito de retorno dos seis milhões de palestinos refugiados às suas terras, nem qualquer alteração do caráter racista do Estado de Israel, que continuaria a oprimir os palestinos.

Qual Estado? Democratizar Israel é possível?

Entre os apoiadores da causa palestina, há um movimento que defende a formação de "Um Estado Democrático" (ODS, sigla de "One Democratic State", em inglês).

A maioria dos defensores desta proposta entende que o avanço da colonização israelense inviabilizou a "solução de dois Estados".

Parte deles também entende que é impossível derrotar o Estado de Israel, dada à militarização de sua sociedade, ao seu poderio bélico e ao amplo financiamento imperialista. Por fim, defendem que é uma solução igualitária, para todos os atuais habitantes da Palestina.

Por isso, defendem um Estado único, com direitos iguais para israelenses e palestinos e com o direito de retorno para os refugiados palestinos. Também privilegiam os meios pacifistas para conquistar a igualdade para os palestinos, reformando o Estado de Israel.

É impossível reformar um Estado alicerçado no apartheid

No entanto, é impossível mudar a natureza racista das instituições do Estado de Israel através de sua democratização porque Israel não é um Estado burguês normal; mas, sim, um Estado de apartheid, um Estado que se baseia na limpeza étnica permanente dos palestinos e um enclave imperialista no Oriente Médio.

As instituições do Estado israelense têm que ser desmanteladas e um outro Estado, com instituições verdadeiramente democráticas, precisa ser formado, para garantir os direitos do povo palestino à autodeterminação.

Para este fim, o povo palestino tem o direito de utilizar os meios necessários, sejam eles pacíficos ou não, para derrotar Israel, seu chefe imperialista e seus aliados, sejam entre os regimes árabes e sejam entre a burguesia palestina. Quanto à atual população israelense, é necessário lembrar que em uma situação de opressão, nossa atenção deve se dirigir, em primeiro lugar, aos oprimidos; neste caso, o povo palestino. Este deve ter todos os seus direitos assegurados.

Quanto aos israelenses, o povo palestino sempre foi um povo generoso e, por isso, aceitará a parte da população israelense que aceitar viver em paz com os palestinos. Já os israelenses que cometeram crimes contra a humanidade, em particular os líderes sionistas, devem ser julgados e condenados a pagar por seus atos.

Palestina laica e democrática

A proposta original da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) é a de uma Palestina livre, laica (sem qualquer tipo de determinação religiosa) e democrática em todo o seu território histórico. Ou seja, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo.

Esta é a única solução que garante justiça ao povo palestino; isto é, a igualdade de direitos, o retorno dos refugiados e a autodeterminação. Ela será conquistada por uma luta da classe trabalhadora e dos setores oprimidos palestinos, em conjunto com a classe trabalhadora árabe e internacional, enfrentando os três inimigos da causa palestina: Israel/imperialismo, regimes árabes e burguesia palestina.

Uma vez no poder, a classe trabalhadora palestina, naturalmente, implementará medidas de ruptura com o imperialismo e o capitalismo para garantir justiça social para trabalhadores, trabalhadoras e a juventude. Nesse combate, uma outra onda de revoluções árabes acontecerá e criará as condições para a formação de uma Federação de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio.

As mentiras do sionismo e a cumplicidade da grande mídia preparam a 'solução final'

O dia 7 de outubro vai ficar na história da luta pela libertação nacional na Palestina e no Oriente Médio. Foi o dia em que a resistência palestina conseguiu infligir uma derrota ao exército ocupante e romper por um período o cerco a que são submetidos diariamente por Israel, há 17 anos.

JOSÉ WELMOWICKI

A mídia internacional lotou de notícias, fotos e vídeos falsificados difundidos pelo sionismo.

Uma incursão preparada e coordenada conseguiu romper em vários pontos a cerca em volta de Gaza, que impede a saída de qualquer palestino.

As câmeras e dispositivos de vigilância não funcionaram porque foram inutilizadas pelos combatentes. Até esse dia, a fama acumulada por Israel em várias guerras contra seus vizinhos árabes e da guerra permanente contra os palestinos havia dado um prestígio macabro, a tal ponto que sua tecnologia de vigilância, seus carros blindados de repressão à população vinham sendo exportada para muitos países.

Foi um fiasco do exército israelense. Em geral, os especialistas da área apontam centralmente a uma falha do aparato de inteligência, tais como Mossad. A nosso ver, não foi somente esse o fracasso. A reação das tropas da brigada que vigia Gaza foi derrotada facilmente pelos militantes de Hamas. Pelas informações que foram divulgadas, muitos oficiais e até mesmo coronéis e generais foram aprisionados. A reação do restante do exército foi tardia e lenta. O que pode estar por trás dessa derrota são dois fatores: 1) toda ocupação colonial leva a um desgaste das tropas envolvidas, e vai gerando uma incapacidade crescente para combater. É o que aconteceu com as tropas francesas na Indochina e Argélia, as norte-americanas no Vietnam. Sua atividade cotidiana é reprimir a população desarmada em forma perversa e covarde. 2) Quando os oprimidos se rebelam e enfrentam essas tropas elas não têm confiança em suas forças, ficam assustadas com a reação dos rebeldes oprimidos. No caso dos soldados sionistas em Gaza, os vídeos gravados mostram esse tipo de reação das tropas da guarnição a cargo da repressão em Gaza.

Mas o que é trazido para nós e se vê em forma esmagadora na mídia é que tudo

se tratou de um atentado terrorista de Hamas contra a população civil de Israel. Não tem nenhuma causa, a não ser a sanha assassina' dessa organização.
E como aconteceu na guerra do Iraque, e em muitas outras do Oriente Médio, uma série de fake News foram sendo divulgadas. A falsa história da suposta decapitação de bebês chegou a ser divulgada pelo presidente dos EUA, Biden, que chegou a mentir dizendo que viu essas fotos, quando eram apenas uma invenção de um blogueiro israelense de ultradireita, sem nenhuma comprovação. Ela acabou sendo desmentida, mas sem nenhum destaque. Vídeos distribuídos como prova de 'ataques a civis' mostravam na verdade um ataque a uma base militar israelense em que soldados surpreendidos tratam de se esconder de uma coluna de Hamas, que acaba invadindo e depois esses mesmos soldados aparecem mortos. Ou seja, era uma batalha militar. E invasões a aldeias e bairros de cidades israelenses vizinhas a Gaza são apresentadas como ataque premeditados a civis, quando numa guerra assimétrica como essa entre o Estado de Israel e a faixa de Gaza, cercada e bombardeada sistematicamente, as aldeias e cidades próximas à Gaza fazem parte do dispositivo militar do ocupante, no caso Israel, e, portanto, tem que ser enfrentados quando fazem uma incursão militar em resposta ao cerco, são alvos militares. Pelo menos, é assim que Israel trata tanto a própria Gaza como a Cisjordânia há décadas, que é a fonte de toda a violência, mas esses mesmos meios de comunicação não dizem uma palavra de condenação quando os colonos e o exército sionista invadem aldeias, destroem as casas da população, e matam seus habitantes.
O que chama a atenção é que para a mídia e os governos e partidos dos EEUU e da UE, e para essa mídia, os bombardeios massivos sobre Gaza que matam civis em uma quantidade impressionante são apenas "uma retaliação" de Israel! Portanto, segundo eles, justificada. Ou seja, seguem o mesmo roteiro do ministro da defesa israelense que classificou os habitantes de Gaza como "animais humanos". O máximo que alguns fazem é sugerir 'contenção' aos genocidas.

Tanque israelense tomado e destruido por palestinos de Gaza.

A mídia não mostra nada do sofrimento das crianças palestinas, nem antes, nem depois dos ataques. Não dão nenhuma importância a fatos como: 9 funcionários da ONU em Gaza foram assassinados pelo exército de Israel quando tentavam socorrer os habitantes feridos. Mas Israel declara que todos os seus alvos são militantes terroristas que "se escondem nas casas dos palestinos', e, portanto, qualquer alvo residencial ou até mesmo instalações médicas e escolas em Gaza são parte dos seus objetivos de guerra.
Estamos assistindo, em tempo real pela mídia mundial e as redes sociais, cenas idênticas à Nakba de 1948. O governo israelense, não contente com o deslocamento forçado de mais de um milhão de pessoas em poucas horas, declara que devem sair do território imediatamente para não ser atingidos por seus bombardeios. E ainda mandou bombardear um comboio de palestinos que tentaram sair do Norte para chegar ao Sul da Faixa. E que diz a mídia? É parte da "contraofensiva" de Israel, que de princípio está justificada e não mostra nenhuma foto ou filmagem das atrocidades e dos assassinatos de civis palestinos em Gaza.
Há mais uma omissão vergonhosa da mídia mundial: inundam a TV e os jornais com as declarações das entidades judaicas sionistas e ligadas a Israel, todas defendendo os ataques do estado racista de Israel (chegam a dizer que um Estado que nasceu de uma limpeza étnica, que mantem uma ocupação por décadas e trata os palestinos como cidadãos de segunda classe ou prisioneiros em suas cidades é a única democracia do Oriente Médio!).
Mas não dão uma linha para os movimentos judaicos que se colocam contra a linha genocida de Israel. Alguns deles são bastante fortes, como Jewish Voices for Peace (Vozes judaicas pela Paz) dos Estados Unidos, que tem mais de 440 mil membros e apoiadores. Movimentos como esse já vinham fazendo campanhas contra o apartheid israelense e o racismo colonial. E nesse momento, mantiveram sua postura frente ao processo em Gaza. A seguir reproduzimos um trecho do pronunciamento de Jewish Voices for Peace (JVP) do dia 7/10/2023:
"O governo israelense pode ter acabado de declarar guerra, mas a sua guerra contra os palestinianos começou há mais de 75 anos. O apartheid e a ocupação israelenses – e a cumplicidade dos Estados Unidos nessa opressão – são a fonte de toda esta violência. A realidade é montada de acordo a quando você inicia o relógio.
Durante o ano passado, o governo mais racista, fundamentalista e de extrema-direita da história de Israel intensificou impiedosamente a sua ocupação militar sobre os palestinianos em nome da supremacia judaica, com expulsões violentas e demolições de casas, assassínios em massa, ataques militares a campos de

refugiados, cercos implacáveis e humilhação diária. Nas últimas semanas, as forças de Israel atacaram repetidamente os locais muçulmanos mais sagrados em Jerusalém. Durante 17 anos, o governo israelita sufocou os palestinos em Gaza sob um bloqueio militar aéreo, marítimo e terrestre draconiano, prendendo e matando de fome dois milhões de pessoas e negando-lhes assistência médica. O governo israelita massacra rotineiramente palestinos em Gaza; crianças de dez anos que vivem em Gaza já ficaram traumatizadas por sete grandes campanhas de bombardeamento nas suas curtas vidas".

Nos Estados Unidos existiam pesquisas recentes apontando que mais de 50% da juventude judaica desse país não se sente identificada com Israel, um dado que assusta os dirigentes sionistas locais e a Organização Sionista Mundial. Há outros movimentos que unem esses setores a movimentos progressistas e comunidades de origem árabe ou muçulmana nos EUA, como mostra a carta escrita pelo Comitê de Solidariedade com a Palestina de Graduação de Harvard, que afirmava que os estudantes "responsabilizam inteiramente o regime israelense por toda a violência em curso", carta que foi assinada por 33 grupos de estudantes. Que haja sido em Harvard, universidade de elite desse país surpreendeu sua cúpula. A reitoria se pronunciou se diferenciando da carta assim como vários ex-alunos, que foram ou hoje são executivos de grandes empresas ou ministros no governo americano. Também na New York University (NYU), os alunos se expressaram em uma declaração contra o genocídio de Israel.

A mídia tampouco dá cobertura aos protestos dos judeus ultra religiosos que vivem em Jerusalém, no bairro Mea Shearim, são anti-sionistas, e colocaram uma bandeira palestina em seu templo para mostrar repúdio ao massacre. Por causa disso foram duramente reprimidos, golpeados pela polícia israelense e seu templo foi invadido para retirar a bandeira palestina de lá[1]. Só há uma verdade e um ponto de vista válido para a mídia e o stablishment imperialista: o do governo genocida de Netanyahu e seu defensor incondicional, o imperialismo norte-americano, através do governo Biden.

Qual é a situação dos palestinos na Cisjordânia?

Na Cisjordânia, existem três 'áreas' destinadas umas aos palestinos, outras aos colonos judeus, que já somam 750 mil. Estes têm total liberdade de ir e vir tanto na Cisjordânia, como em Israel. Jerusalém Oriental, que pela própria partição de 1948 deveria pertencer ao estado palestino a ser criado, foi anexada em 1967 à Jerusalém judaica sob controle dos sionistas. Para os palestinos circular de uma área à outra somente através de inúmeros checkpoints, onde muitas vezes passam horas se submetendo a revistas humilhantes pelas tropas israelenses. Os colonos têm um comportamento abertamente racista e agressor sobre os palestinos, e são protegidos pelo exército. O mesmo acontece com os palestinos que vivem na cidade de Jerusalém.

Um dos argumentos falaciosos dos defensores de Israel na mídia é que se trata de uma "guerra contra o Hamas", não contra todos os palestinos. Por isso, a questão está em Gaza. Essa é outra mentira. A guerra contra os palestinos se centra em Gaza hoje, mas ao mesmo tempo está submetendo a Cisjordânia a um cerco semelhante e a assassinatos de civis. Esse processo já vinha desde muito antes, mas agora se multiplicaram em forma macabra a partir de 7 de setembro. Segundo os informes de agências de notícias, do Crescente Vermelho (a Cruz Vermelha dos muçulmanos), e de organizações dos direitos humanos, desde o dia 7 de setembro ao dia 14, 55 palestinos foram assassinados e 1.100 feridos por ataques dos colonos sionistas na Cisjordânia, com a cumplicidade ou participação das forças armadas israelenses. Todos eram civis, famílias indo de uma cidade à outra, trabalhadores ou pequenos comerciantes tentando abrir seus negócios. Até mesmo o cortejo de um funeral foi atacado a tiros, matando pelo menos 4 palestinos que participavam. Em nenhum desses ataques seus integrantes eram militantes de Hamas. Só tinham uma característica em comum: eram árabes palestinos. Essa é mais uma demonstração de que a política é de guerra e expulsão de todos os palestinos. O Estado racista de Israel nasceu em 1948 com a Nakba, a limpeza étnica que expulsou 750 mil árabes das suas terras. Mas como não pôde se livrar completamente dos palestinos, seguiu sua ação nestes 75 anos. A partir de 1967, com a ocupação de Gaza e Cisjordânia, manteve seus habitantes submetidos a um regime militar, que tratava seus habitantes

Moradores de Gaza fugem do ataque israelense.

como prisioneiros e se beneficiava de seu trabalho escravo, e elas não tinham quaisquer direitos. Ao mesmo tempo, colonizavam novas terras expropriando os palestinos, seja em Jerusalém Oriental, seja na Cisjordânia, com colonos judeus

Devido à resistência permanente, as duas Intifadas em 1988 e 2000, e a persistente resistência, sua estratégia veio mudando. Agora, frente à resistência armada, essa estratégia se tornou explicita: a limpeza étnica de todo o território da Palestina. Para eles, ou saem da Palestina, ou morrem. Por isso, se veem os colonos da Cisjordânia gritarem: "Morte aos árabes" e atuarem de acordo a suas palavras, ou seja, executando pogroms. Da mesma forma como os antissemitas faziam contra os judeus na Europa Oriental. Os últimos foram em Huwara y Turmus Ayya, na Cisjordânia.

Netanyahu apresentou na sessão da ONU do último mês de setembro um 'novo mapa' da região. Nele, não existe mais Palestina, nem sequer territórios ocupados. Só existe Israel, ocupando todo o território entre o mar Mediterrâneo e o Rio Jordão.

Uma analogia com a resistência judaica contra os nazistas: o Levante do Gueto de Varsóvia

A partir da invasão nazista à Polónia, em 1939, o ocupante alemão decidiu concentrar os judeus de todo o país em uma pequena região da capital, que ficou conhecida como "Gueto de Varsóvia"[2]. Os nazistas assim o fizeram para poder controlá-los como numa prisão, tinha muros e cercas em toda a volta do gueto, de modo tal que só podiam sair os que tinham determinado cartão, com a finalidade de utilizar seu trabalho em forma semelhante à escravidão. A comunidade judaica na Polônia era a maior dos países ocupados por Hitler.

Essa política dos nazistas para os judeus poloneses concentrados em Varsóvia durou até que eles resolveram partir para a 'solução final' em 1942: construir os campos de concentração com câmaras de gás para exterminar todos os judeus. A partir daí foram capturando os que ainda sobreviviam no gueto e enviando-os para a morte. De 380 mil residentes no início do gueto, cerca de 300 mil foram enviados para a morte entre 1942 e 1943.

Participantes do Levante do Gueto de Varsóvia capturados pelos nazistas, 1943.

Quando perceberam que esse era o destino que esperava a todos, os judeus sobreviventes resolveram resistir armados mesmo estando em uma enorme inferioridade militar e logística. Formaram uma organização de resistência unida, a ZOB, e organizaram um levante em abril de 1943 que conseguiu enfrentar os soldados alemães por mais de 30 dias, causando baixas importantes às tropas nazistas. Sabiam que havia uma decisão de serem levados e mortos nas câmaras de gás dos campos de extermínio nazista. Optaram por resistir e morrer lutando. Os nazistas chamavam os combatentes judeus de 'terroristas'.

Como afirma Haidar Eid, professor da Universidade al Aqsa em Gaza, em seu artigo Gaza 2023: Nosso momento semelhante ao Levante do Gueto de Varsóvia[3], "uma clareza do destino que Israel impôs aos palestinos de Gaza e também da Cisjordânia os levou a assumir o mesmo tipo de decisão: "Em Gaza e Jenin[4], recusamo-nos a marchar para as câmaras da morte de Israel. Em Gaza e Jenin – na verdade, em toda a Palestina histórica – deixamos absolutamente claro que resistiremos ao regime de colonos, ao regime colonial e de apartheid entre o Rio Jordão e o mar Mediterrâneo."

É nesse quadro que tem de se entender a luta armada desencadeada pelos residentes palestinos.

Do genocídio lento ao extermínio

O que está passando hoje, frente a resistência armada palestina e o fracasso do intento sionista de escravizar o povo palestino e obrigá-lo a viver em condições sub-humanas para sempre, é a decisão de Netanyahu de arrasar toda Gaza, transformar o genocídio em marcha lenta dos últimos 30 anos em genocídio direto através dos bombardeios contra todos os habitantes, corte definitivo de abastecimento de água, energia.

O governo israelense fez um chamado cínico a quem quiser sobreviver, que saia da faixa imediatamente, isso ao mesmo tempo que Israel bombardeia a passagem entre Gaza e Egito, a única ainda aberta. Como denunciaram os médicos da Cruz Vermelha e funcionários da missão da ONU em Gaza, assim como a própria Organização Mundial de Saúde, vinculada à ONU, é uma ordem impossível de ser cumprida por uma população de mais de um milhão e equivale a uma condenação à morte de doentes e feridos hospitalizados em Gaza. Ou seja, com a escusa de estar fazendo uma 'retaliação' aos ataques do Hamas, Israel condenou à morte toda a população residente sob a cobertura de destruir os 'terroristas'. Em forma semelhante ao

Joseph Goebbels, ministro de propaganda nazi, junto a Hitler.

que fez Hitler contra os judeus a partir da 'solução final' de 1942 em diante e frente à revolta, decidiu acabar com o gueto de Varsóvia pela sua destruição.

Com a cobertura dos governos ocidentais, da esmagadora maioria da mídia e a cumplicidade dos governos que se dizem 'amigos dos palestinos', como Lula no Brasil, Israel argumenta que tem o "direito a defender-se" para declarar guerra e praticar um massacre de um povo inteiro em Gaza e na Cisjordânia. O representante israelense na ONU ficou irritado porque houve alguns embaixadores que sugeriram que tentasse poupar os civis palestinos em Gaza. Ele reafirmou que não é hora de preocupar-se com os 'danos colaterais', e sim em liquidar o Hamas, nem que para isso tenha que demolir e destruir totalmente a cidade. Ou seja, os mais de 2,2 milhões de habitantes, que obviamente inclui uma grande maioria de civis, dos quais mais da metade são mulheres e crianças, não lhes importa. E esse governo tem o cinismo de se fazer de vítima e chamar Hamas de terrorista. Outra característica copiada do regime nazista: a propaganda mentirosa de Goebbels, que tinha uma frase definidora: "uma mentira repetida inúmeras vezes vira verdade".

Um governo que tem entre seus ministros defensores de matar ou expulsar os árabes de todo o território palestino. Como Itamar Ben Gvir, que já foi processado como terrorista até pelos tribunais israelenses, mas foi liberado e hoje é ministro de Segurança Nacional. Ele declarou publicamente que todos os árabes devem ser mortos, de tal forma que até os liberais israelenses o classificam de "fascista". Ou seu ministro da defesa, Yoav Gallant que declarou abertamente que vai manter um cerco total a Gaza, e cortar todo o abastecimento de água, combustível e energia, porque assim destruirá Hamas. E obviamente matará dezenas se não centenas de milhares de civis, em especial crianças. O que constitui um crime de guerra para o ICIC. Anistia Internacional e Human Rights Watch já haviam classificado o regime de Israel como de apartheid. O embaixador de Israel na ONU fala abertamente e adverte publicamente na ONU "que não me venha barrar o caminho com essa preocupação pelos 'civis palestinos'".

Netanyahu é um sucessor político de Vladimir Jabotinsky e Menachem Begin, que eram dirigentes da ala diretamente fascista do sionismo, que manteve um grupo terrorista próprio chamado Irgun Zvai Leumi, que atacava os árabes tratando-os como um povo inferior; esse grupo foi responsável pelo massacre de Deir Yassin em que assassinaram todos os palestinos que puderam, para criar um pânico que levasse à retirada dos árabes da Palestina, como parte da Nakba[5].

Por isso, é um cinismo abjeto de Netanyahu ao reivindicar estar vingando o assassinato em massa dos judeus pelo nazismo ao mesmo tempo que praticam a mesma metodologia de Hitler, quando eles são hoje o nazi-fascismo sionista. A diferença com o nazismo original, é que desta vez se dá contra os palestinos. O cinismo de Netanyahu não surpreende, só que desta vez contra os palestinos, não surpreende, mas o cinismo maior vem do coro que inclui os dois partidos norte-americanos, Democrata e Republicano, o governo Macron da França, Scholz da Alemanha, Sunak da Inglaterra. Que publicamente se colocam ao lado deste genocida, projetando a bandeira de Israel em seus prédios símbolo, como a Torre Eiffel em Paris ou o Portão de Brandeburgo em Berlim, e assim como a União Europeia se enfileiram apoiando o "direito de Israel a se defender". Ou seja, os fascistas sionistas querem licença total para liquidar o povo palestino, e estão conseguindo.

A solidariedade à resistência palestina

O repúdio à ação genocida de Israel e a essa campanha demonizadora dos palestinos pela via de colocar Hamas como "terrorista" e classificar todos os que apoiam a resistência de terroristas ou apoiadores de terroristas está gerando uma indignação e importantes manifestações.

Houve muitas manifestações em distintos países, as maiores no Oriente Médio, como na Jordânia, no Iêmen, Iraque, Egito. Na Jordânia cantavam "somos Hamas, se Hamas é terrorista, nós somos terroristas". Estão havendo mobilizações também nos EUA, Inglaterra, França, em outros países da Ásia, como Coréia do Sul, e ainda na Austrália e na Indonésia. Apesar do apoio incondicional a Israel por governos como Macron na França, Sunak na Grã Bretanha apareceu a resistência do movimento que embora reprimido, saiu às ruas contra o genocídio do povo palestino.

Em Paris, a polícia usou gás lacrimogêneo e canhões de água para dispersar uma manifestação de apoio aos palestinos, após o governo francês ter proibido qualquer protesto do tipo. Apesar da proibição, milhares de manifestantes reuniram-se em Paris, Lille, Bordéus e

outras cidades na quinta-feira 12 de outubro.

Na Inglaterra, a polícia britânica alertou que qualquer pessoa que demonstre apoio ao Hamas, uma organização considerada "terrorista" pelo governo britânico, ou que se desvie da rota, poderia ser presa. Mesmo assim, milhares de pessoas saíram às ruas em Londres, Manchester, Liverpool, Bristol, Cambridge, Norwich, Coventry, Edimburgo (Escócia) e Swansea.

Na Alemanha, Scholz disse aos deputados no Bundestag (Parlamento alemão) que a segurança de Israel era uma política de Estado alemã. E proibiu as manifestações pró-Palestina.

Agora frente a continuação da guerra genocida de Israel contra Gaza, se abre um espaço para intervir com coragem nos organismos do movimento sindical, democrático propondo que se pronuncie contra o genocídio sionista em Gaza e chamar a manifestações de apoio em todo o mundo. Apoiamos o BDS, um movimento amplo de boicote a qualquer investimento e intercâmbios artístico e esportivo em Israel até que termine o regime de apartheid, seguindo o exemplo do boicote internacional contra a África do Sul e seu regime de apartheid nos anos 1970 e 1980.

E chamamos ao apoio à resistência palestina, que é a forma direta para enfrentar o estado racista de Israel e seu regime de apartheid. Como se mostrou em mais de 20 anos após os acordos de Oslo, o caminho do 'diálogo'', da "paz" e da não violência não levou a nenhum resultado concreto, a não ser desarmar a luta palestina e a criar autoridades que não tem nenhum poder, fora o de obedecer às ordens do colonizador, como sempre foi a ANP de Mahmoud Abbas.

Qualquer alternativa de buscar um caminho do meio, tipo "dois estados" só paralisa o movimento. Inclusive já ficou completamente impossibilitado pela colonização sionista em toda a Cisjordânia.

A saída é o fim do estado racista de Israel e o surgimento de uma Palestina laica, democrática e não racista, uma Palestina livre, do rio ao mar, como parte da luta socialista em todo Oriente Médio.

Nossas diferenças com Hamas

Apoiamos a resistência palestina porque é a forma direta e legítima de enfrentar e derrotar o apartheid sionista. E o Hamas esteve à cabeça desse ato de resistência que mostrou um caminho para o povo palestino. Nossas diferenças não estão sobre se é justo fazer ações armadas contra o regime sionista genocida, como fizeram todas as revoluções coloniais contra seus opressores.

Manifestação de judeus antisionistas nos Estados Unidos.

Milhares de isrealenses judeus de Jerusalém cantaram "Morte aos árabes" durante uma manifestação (https://estaticos-cdn.prensaiberica.es/).

Mas consideramos a proposta que eles apresentam como saída, de um Estado Islâmico equivocada e estreita, afastando os setores seculares palestinos, democráticos e socialistas de seu projeto. Também tem uma política repressiva para a luta das mulheres, e dos LGTBQI+ como se vê no Irã atual. Por isso, sua gestão em Gaza partindo dessas premissas, teve um efeito negativo para a necessária unidade e a democracia no interior do movimento palestino.

Mas hoje é fundamental apoiar a resistência palestina, nesse combate de David contra Golias e que hoje é encabeçada por Hamas. E não caímos nas armadilhas do imperialismo, nem de setores que se dizem democráticos e de uma parte da esquerda que devido a esses problemas retira seu apoio à resistência palestina, cedendo à pressão do imperialismo e do sionismo, ao aceitar o argumento que os palestinos são atrasados enquanto Israel é avançada, devido a algumas leis como o matrimonio LGTBQI+. Nenhuma dessas medidas pode nos fazer esquecer que Israel hoje tem o objetivo de exterminar todo o povo palestino, e que temos de estar ao lado da resistência palestina a esse intento genocida.

[1] "A polícia israelense queria retirar as bandeiras palestinas no bairro judeu. Os judeus não permitiram isso e entraram em confronto com a polícia. A polícia israelense invadiu o bairro de Mea Shearim, onde os judeus vivem em Jerusalém, e queria retirar as bandeiras palestinas do bairro. Os judeus não permitiram isso, opuseram-se à polícia sionista e a polícia espancou brutalmente os judeus". Publicado por Torah Judaism, 11/10/2023.

[2] Essa prisão nazista a céu aberto foi chamada de 'gueto' em referência aos bairros que os antigos reinos europeus da Idade Média obrigaram a que se concentrassem os judeus daquela época, para poder controlá-los melhor e submete-los a massacres (os *pogroms*) quando bem entendessem. Esses bairros eram chamados de guetos.

[3] Publicado por Al Jazeera 10/10/2023.

[4] Jenin é uma cidade na Cisjordânia, onde está um campo de refugiados que tem se destacado por uma forte resistência aos massacres sionistas.

[5] O Irgun chegou a explodir o hotel Rei David em 1946, matando ingleses, árabes e até judeus ainda durante o mandato britânico (para assustar os ingleses pois o Irgun não concordava que se reservasse **qualquer parte** da Palestina aos árabes).

State of Palestine
LEBANON
Damascus
Tyre
Al Qunayṭirah
SYRIA
Acre
Haifa
Lake Tiberias
Tiberias
Nazareth
'Afula
As Suwayda'
Dar'a
Irbid
Buṣrá ash Shām
Al Mafraq
Jarash
Ṭūlkarm
Nābulus
Jordan River
Az Zarqā'
Amman
Yafo
Rām Allāh
Ramla
Jericho
Jerusalem
Mādaba
Bethlehem
Dead Sea
Gaza
Hebron
MEDITERRANEAN SEA
PALESTINE
Beersheba
Khān Yūnis
Al Karak
Al Qaṭrānah
Al Arīsh
Aş Ṣāfī
Bīr Lahfān
Abū Ujaylah
JORDAN
NEGEV
'Ayn al Quṣaymah
Al Jafr
Ma'ān
EGYPT
Al Kuntillah
Ra's an Naqb
SINAI
An Nakhl
0 10 20 30 40 50 60 km
0 10 20 30 40 mi
Ṭābā
Al 'Aqabah
SAUDI ARABIA

Por uma Palestina Laica, Democrática e Não Racista (do rio ao mar)